

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Túlio Pustrelo Celini

**Os sentidos da democracia e da liberdade em disputa no  
Brasil contemporâneo: uma análise a partir dos discursos e  
pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro (2019-2022)**

Brasília

2023

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**TÚLIO PUSTRELO CELINI**

**DISSERTAÇÃO – MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Área de concentração: Democracia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Democracia e Desigualdades

**Os sentidos da democracia e da liberdade em disputa no  
Brasil contemporâneo: uma análise a partir dos discursos e  
pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro (2019-2022)**

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Brasília

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PC392s Pustrelo Celini, Túlio  
Os sentidos da democracia e da liberdade em disputa no  
Brasil contemporâneo: uma análise a partir dos discursos  
e pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro (2019-2022)  
/ Túlio Pustrelo Celini; orientador Luis Felipe Miguel. -  
Brasília, 2023. 153 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) --  
Universidade de Brasília, 2023.

1. Ciência Política. 2. Teoria Política. 3. Política  
Brasileira. I. Miguel, Luis Felipe, orient. II. Título.

Túlio Pustrelo Celini

**Os sentidos da democracia e da liberdade em disputa no Brasil contemporâneo: uma análise a partir dos discursos e pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro (2019-2022)**

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.  
Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Aprovado em: 27/03/2023

MEMBROS DA BANCA

---

Prof. Dr. Luis Felipe Miguel – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política  
(orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Messenberg Guimarães – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais

---

Prof. Dr. Ricardo Musse – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

---

Prof. Dr. Thiago Aparecido Trindade – Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política (suplente)

## **Agradecimentos**

A pesquisa que deu origem a esta dissertação de mestrado foi orientada pelo Prof. Dr. Luis Felipe Miguel e contou com o financiamento público do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre maio de 2020 e fevereiro de 2022, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre março e maio de 2022, por meio de bolsa de estudos. Ambos foram importantes para que a realização deste trabalho fosse, de fato, possível. Sendo assim, deixo registrado o meu profundo agradecimento.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Biroli pelos apontamentos feitos durante a sua participação na banca de qualificação do projeto inicial desta dissertação, bem como pelo nosso diálogo, especialmente, durante o período em que fui o seu monitor de pós-graduação na disciplina de Política Brasileira 2, no primeiro semestre letivo de 2022. Estar em sala de aula, aprendendo mais do que ensinando, foi uma das melhores experiências da minha trajetória profissional até então.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Messenberg pelas interpelações feitas tanto no momento da qualificação quanto da banca de defesa desta dissertação. Não tenho dúvidas de que todas elas foram tão necessárias como indispensáveis e, em virtude disso, me acompanharão ainda por muitos anos.

Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Musse pela generosa disponibilidade em participar da banca de defesa, assim como pela riqueza de sua leitura atenta e crítica ao texto apresentado.

Agradeço, ainda, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danusa Marques, por todos os ensinamentos compartilhados comigo desde o meu primeiro semestre como aluno de graduação. E, mais do que isso, sou muito grato por ela ter me encorajado a não desistir da ciência política.

Agradeço, também, a Universidade de Brasília (UnB), como um todo, por ser um ambiente acadêmico instigante, plural e, certamente, transformador.

Gostaria de agradecer, além disso, aos meus pais, Miriam e Alexandre, e às minhas irmãs, Carolina e Maria Luisa, pelo apoio incondicional. A família, como nos alerta a crítica feminista, não é um espaço social isento de conflitos e contradições. Mas tampouco

o é dos afetos. Tenho a certeza, portanto, de que sem o amparo de vocês esta conquista não seria factível, ou mesmo faria sentido.

Agradeço, por fim, às amigas-irmãs do 93 e a Ana Flávia Padua pelo incentivo constante, Camila Galetti e Nayra Ramos pelas trocas acadêmicas ou não, Daniela Magalhães pela parceria que se iniciou em um wod de sábado, Eveline Sayão pelos cafés e vinhos na varanda, Gilson Santos de Oliveira pela escuta e saberes compartilhados, Gustavo Chagas e demais colegas e professores da Carrasco CrossFit pelo cuidado com a minha saúde, Karina Damous Duailibe e Stella D'Agostini pelo acolhimento e suporte na reta final do mestrado e a Lara Caldas pela amizade que construímos em tempos pandêmicos.

## **Resumo**

O objetivo desta dissertação de mestrado é investigar quais foram os principais sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Jair Bolsonaro, durante o período em que ele esteve à frente do governo federal brasileiro. Para tanto, o trabalho realiza uma análise qualitativa de conteúdo dos 326 discursos e pronunciamentos oficiais proferidos pelo, então, presidente da República, entre 2019 e 2022, que mencionaram às palavras “democracia” e/ou “liberdade”.

Palavras-chave: democracia; liberdade; Jair Bolsonaro; Brasil.

## **Abstract**

The goal of this dissertation of master is to investigate what were the main meanings attributed to the terms “democracy” and “freedom” by Jair Bolsonaro, during the period in which he was at the head of the brazilian federal government. To this end, the work accomplishes a qualitative content analysis of the 326 speeches and official pronouncements performed by the President of the Republic, between 2019 and 2022, which mentioned the words “democracy” and/or “freedom”.

Keywords: democracy; freedom; Jair Bolsonaro; Brazil.

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Total de discursos e pronunciamentos oficiais no *corpus* da pesquisa, por ano (2019-2022) 29

Tabela 2 – Frequência das unidades de registro no *corpus* da pesquisa, por ano (2019-2022) 30



## Lista de Abreviaturas e Siglas

APF	Aliança pela Paz e a Liberdade
BCE	Banco Central Europeu
Brexit	<i>Britain Exit</i>
CIA	Agência Central de Inteligência
CIERL	Comissão Internacional de Estudo para Renovação do Liberalismo
CQC	Custe o Que Custar
DN	Democracia Nacional
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo
Fidesz	União Cívica Húngara
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FÖP	Partido da Liberdade da Áustria
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
IP	Partido Identidade e Democracia
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Pessoas Trans e Intersex
MBL	Movimento Brasil Livre
MENF	Movimento pela Europa das Nações e das Liberdades
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NDP	Partido Nacional-Democrático
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PFL	Partido da Frente Liberal
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista

PPR	Partido Progressista Reformador
PR	Partido da República
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PVD	Fórum pela Democracia
PVV	Partido pela Liberdade
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
STE	Supremo Tribunal Eleitoral
Syriza	Coligação da Esquerda Radical
UDC	União Democrática do Centro
UE	União Europeia
UP	Unidade Popular
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Sumário

<b>Introdução</b>	12
<b>Delineamento da pesquisa e estratégias metodológicas</b>	23
<b>Capítulo I – A crise da democracia liberal no século XXI</b>	33
I.1 A crise da democracia liberal em tempos de crises	33
I.2 Um percurso pelo debate contemporâneo	41
I.2.1 A crise da democracia liberal desde o <i>mainstream</i>	42
I.2.2 A crise da democracia liberal desde a teoria política crítica	61
I.3 Considerações finais ao capítulo	95
<b>Capítulo II – A extrema-direita e a crise da democracia liberal</b>	99
II.1 Extrema-direita em cena, democracia em crise	99
II.2 Considerações finais ao capítulo	115
<b>Capítulo III – Em defesa da “democracia” e da “liberdade”, <i>pero no mucho</i></b>	117
III.1 “Democracia” e “liberdade” como antípodas do comunismo/socialismo	117
III.2 “Democracia de verdade” como governo da maioria	127
III.3 “Liberdade” como não-interferência	134
<b>Conclusão</b>	143
<b>Referências bibliográficas</b>	146

## **Introdução**

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo investigar os principais sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Jair Bolsonaro, durante o período em que ele esteve à frente do governo federal brasileiro. Para tanto, o trabalho realiza uma análise qualitativa de conteúdo dos 326 discursos e pronunciamentos oficiais proferidos pelo, então, presidente da República, entre 2019 e 2022, que mencionaram às palavras “democracia” e/ou “liberdade”. Trata-se, em resumo, de um estudo de caso, de caráter exploratório, desenvolvido no âmbito do campo disciplinar da ciência política e situado na área temática de teoria política, especificamente.

A presente proposta tem como ponto de partida o debate teórico contemporâneo mais amplo acerca da chamada “crise da democracia liberal” no século XXI. Isso, no entanto, não significa que esta pesquisa tenha a ambição de esgotar esse tema ao longo deste trabalho, pelo contrário. O que se pretende aqui, na realidade, é identificar se há, ou não, possíveis padrões nos sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Jair Bolsonaro, nesse intervalo de tempo. E, se sim, quais são eles.

Sendo assim, este estudo parte do pressuposto de que, mesmo que Jair Bolsonaro não atribua sentidos fixos, restritos ou limitados aos termos “democracia” e “liberdade”, uma análise dos padrões assumidos por esses sentidos pode nos ajudar a avançar na compreensão das bases autoritárias e antidemocráticas sob às quais a sua visão de mundo se assenta e ganha forma. O que subjaz esse raciocínio é a suposição de que investigar os sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por um notório representante político de extrema-direita pode nos ajudar a situar o modo como essas mesmas disputas se relacionam com outros conflitos, mais amplos e profundos, presentes no contexto atual, marcado por um processo de atrofia ou recesso da democracia liberal como forma legítima de exercício da dominação política, em âmbito global (Ballestrin, 2018; Miguel, 2022).

Não há dúvidas de que, tanto na teoria como na prática política concreta, os sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade”, assim como “igualdade” e “justiça”, têm sido alvos de constantes controvérsias e incansáveis disputas. Na história ocidental moderna, afinal de contas, ao menos desde as “revoluções democráticas”, que ocorreram entre os séculos XVII e XIX, é possível observar que esses conceitos foram,

tal como ainda hoje são, mobilizados e interpretados de diferentes formas, em contextos distintos, a depender das necessidades variadas, dos interesses particulares e das perspectivas sociais em conflito (Bobbio, 1997[1995]; Young, 2000).

Estudos recentes, no entanto, têm chamado a atenção para o fato de que, nos últimos anos, em diferentes partes do mundo, lideranças, movimentos e partidos políticos, vinculados ao que se poderia chamar de uma “quarta onda”<sup>1</sup> de extrema-direita (Mudde, 2022[2019], pp. 34-37), são quem têm se apresentado, na esfera pública, de modo mais explícito e incisivo, como sendo os autênticos defensores da “democracia” e da “liberdade”, em particular, apesar de reproduzirem discursos e valores autoritários, abertamente contrários às normas, práticas e instituições democráticas que constituem o repertório político liberal-pluralista, hegemônico em grande parte das sociedades ocidentais contemporâneas entendidas como expressões elementares das “democracias realmente existentes” (cf., entre outros, Brown, 2019; Mouffe, 2019[2018]; Mounk, 2019[2018]; Runciman, 2018).

A ideia de uma “democracia não liberal” ou “iliberal” concebida, explicitamente, como tipo ideal de governo pelo primeiro-ministro húngaro de extrema-direita, Viktor Orbán, do partido Fidesz, ainda em 2014, é um exemplo bastante conhecido e citado, pela literatura acadêmica e na grande mídia. Mas há outros tantos casos que demandam maior atenção e análise crítica.

O notório partido de extrema-direita espanhol, Democracia Nacional (DN), por exemplo, enfatiza que a “democracia”<sup>2</sup> defendida por ele “é diferente da ‘democracia’ de hoje”, porque só “há democracia onde há um ‘demos’, um povo, uma nação: democracia, soberania popular e soberania nacional são termos equivalentes” e, no entanto, a “‘democracia’ atual foi sequestrada pelo poder das elites financeiras, pela oligarquia dos partidos e pela desigualdade de oportunidades na mídia”. O DN deduz daí, então, que o

---

<sup>1</sup> A partir do trabalho realizado pelo cientista político alemão Klaus von Beyme, no final dos anos 1980, Cas Mudde (2022[2019], p. 26) apresenta uma genealogia da extrema-direita desde o pós-Segunda Guerra Mundial até o tempo presente, por meio da metáfora das “ondas”. Sob esse prisma, o autor considera que, a chamada “quarta onda”, que, segundo a sua cronologia, teve início nos anos 2000, na esteira dos atentados ao *World Trade Center*, em setembro de 2001, e sofreu um recrudescimento com os desdobramentos das crises econômica de 2008 e migratória de 2015, é marcada pela “naturalização e consolidação” de atores heterogêneos, porém, com perfis ideológicos de extrema-direita, tanto no sistema político-partidário como no âmbito da formação da opinião pública, em sociedades democráticas do Norte ao Sul Global (Mudde, 2022[2019], pp. 34-35).

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://democracianacional.org/dn/wp-content/uploads/2014/06/programa\\_dn.pdf](http://democracianacional.org/dn/wp-content/uploads/2014/06/programa_dn.pdf)>. Acessado em: 5 de março de 2023.

“caráter democrático” do seu programa partidário emana diretamente da defesa das “liberdades individuais”, desde que o seu exercício seja “distinguido cuidadosamente” da liberdade de “incitação à prática de crime”, bem como da “adoção do sufrágio universal”, mas “não como um método de produzir verdade ou racionalidade, mas como um simples instrumento de consenso em prol da concórdia civil”, muito embora ele defenda abertamente também a “limpeza étnica”.

Já na Alemanha, o Partido Nacional-Democrático (NPD), um quadro partidário reconhecidamente neonazista, que se utiliza do lema “*Arbeit, Familie, Vaterland*” [Trabalho, Família, Pátria], abraça a “luta pela paz, liberdade e soberania”<sup>3</sup>. O NPD, vale ressaltar, é um dos integrantes da Aliança pela Paz e a Liberdade (APF), um partido político “pan-europeu”, composto por diversas legendas partidárias da atual extrema-direita europeia, que “procura promover o patriotismo baseado na tradição” e na “defesa da família”, ao mesmo tempo em que se “opõe à imigração em massa” e visa “reverter o déficit democrático existente nas estruturas da UE, dando voz, de fato, a um grande número de cidadãos, especialmente jovens, que atualmente estão alienados do processo democrático”<sup>4</sup>.

Outro partido pan-europeu de extrema-direita, o Identidade e Liberdade (ID), anteriormente denominado Movimento pela Europa das Nações e das Liberdades (MENF), do mesmo modo, expressa o seu nacionalismo chauvinista, ao defender “a preservação da identidade dos povos e nações da Europa”, sob pretextos racistas e xenófobos, por meio da restrição das políticas de imigração, de estrangeiros e refugiados, apesar de atestar que o seu “projeto político” está “em conformidade com os princípios democráticos e a carta dos direitos fundamentais”, rejeitar explicitamente “qualquer filiação, conexão ou simpatia passada ou presente a qualquer projeto autoritário ou totalitário” e asseverar “a importância particular de se proteger a liberdade de expressão entre as quais as liberdades digitais que, hoje, estão cada vez mais em perigo”<sup>5</sup>.

Já na Áustria, o Partido da Liberdade Austríaco (FPÖ), cujas origens remontam ao nazismo alemão, por sua vez, tanto traz em seu próprio nome a palavra “liberdade”

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://npd.de/themen/>>. Acessado em: 5 de março de 2023.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://npd.de/apf-alliance-for-peace-and-freedom/>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.id-party.eu/platform>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2023.

como se diz defensor da “liberdade, segurança, paz e bem-estar”<sup>6</sup> do país, mesmo sendo favorável a uma agenda anti-imigração, antissecular e nacionalista. É possível, ainda, observar algo semelhante na Holanda. Um dos partidos políticos mais expressivos do país, o Partido pela Liberdade (PVV), criado em 2006 e liderado por Geert Wilders, além de ser de extrema-direita, também publiciza a defesa intransigente da “liberdade”, supostamente ameaçada pelo islamismo em particular<sup>7</sup>. O PVV, no entanto, não é o único partido político de extrema-direita holandês. Wilders e o seu respectivo partido, mais recentemente, vêm disputando a hegemonia da extrema-direita, no país, com Thierry Baudet, líder do Fórum pela Democracia (PVD), isto é, uma legenda partidária que exalta valores morais conservadores, racistas, antisemitas e islamofóbicos e, ao mesmo tempo, se diz favorável à “democracia direta” e à “liberdade de expressão”<sup>8</sup>.

Na Suíça, o União Democrática do Centro (UDC) se apresenta como “um partido conservador que luta pela defesa da independência nacional e pela liberdade”<sup>9</sup>. Na Suécia, da mesma forma, o partido Democratas Suecos, apesar de seu histórico fascista e supremacista branco, se posiciona como legítimo protetor da democracia e dos interesses nacionais a fim de “tornar a Suécia novamente grande”<sup>10</sup>. Donald Trump, nos Estados Unidos, sob o *slogan* “*Make America Great Again*” [Tornar a América Grande Novamente], também, passou a se identificar – e ser identificado – como mantenedor da “liberdade”, especialmente no contexto da pandemia global do novo coronavírus e das eleições presidenciais de 2020 no país (Brown, 2020). O caso de Jair Bolsonaro, no Brasil, ao que parece, é igualmente emblemático nesse sentido. E é, mais especificamente, sobre ele que esta dissertação de mestrado convida à reflexão.

Jair Messias Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Bolsonaro ou apenas “mito” – como é chamado pelos seus apoiadores e seguidores mais ferrenhos (cf. Kalil, 2018; Solano, 2018) –, a essa altura, dispensa longas apresentações. Ex-capitão do Exército brasileiro, Bolsonaro iniciou a sua carreira política, em 1989, como vereador da cidade do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), tendo como mote os interesses corporativos de amplos segmentos das forças nacionais de segurança pública, civis e

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.fpoe.at/themen/parteiprogramm/parteiprogramm-englisch/>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2023.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.pvv.nl/verkiezingsprogramma.html>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2023.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://fvd.nl/standpunten>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2023.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.swissinfo.ch/por>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2023.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://sd.se/vilka-vi-ar/>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2023.

militares. Já no ano seguinte, contudo, ele se elegeu deputado federal, assumindo oficialmente o cargo em 1991. Desde então, Bolsonaro foi reeleito para outras seis legislaturas enquanto parlamentar, sendo o candidato a deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro, na eleição geral de 2014<sup>11</sup>, com mais de 464 mil votos (Lacerda, 2022, p. 324).

Ao longo de seus 28 anos na Câmara dos Deputados, porém, Jair Bolsonaro transitou por outras tantas legendas partidárias – PPR/PPB/PP-PTB-PFL-PSC-PSL – e era jocosamente considerado, por seus pares e pela grande mídia, como um típico representante do chamado “baixo clero”, diante da aparente inexpressividade de sua atuação parlamentar no quadro mais amplo dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional brasileiro (Avritzer, 2019; Lacerda, 2019). Mas, ainda assim, apesar desse baixo prestígio no âmbito do campo político-institucional, o fato é que, durante esse período, Bolsonaro conseguiu se tornar uma figura política conhecida na esfera pública em geral, sobretudo, por causa de seus posicionamentos autoritários e de suas declarações, no mínimo, polêmicas, especialmente no Plenário da Câmara dos Deputados e em programas de rádio e *talk shows* de televisão – como CQC na Rede Bandeirantes, o Programa do Ratinho no SBT, o Pânico na TV e o Superpop na RedeTV!, entre outros exemplos. E, posteriormente, nas suas redes sociais, como o Twitter, a respeito de temas e questões variadas (Lacerda, 2022; Nicolau, 2020).

Dentre elas, chama atenção: elogios à época da ditadura militar, com foco no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); exaltação de notórios torturadores, tal como o coronel e ex-chefe do DOI-Codi do II Exército, de São Paulo, Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar brasileiro condenado pelo crime de tortura, inclusive de crianças, durante o regime ditatorial instaurado em 1964, sendo a própria ex-presidente Dilma Rousseff uma de suas vítimas; críticas aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em geral, e aos direitos humanos e às lutas por justiça social, em específico; declarações em defesa da flexibilização da posse e do porte de armas de fogo por civis, como forma de legítima defesa, e, também, da tortura, da pena de morte, da redução da maioria penal e da castração química, enquanto saídas legítimas para a resolução de problemas socioeconômicos relacionados à segurança pública; citações

---

<sup>11</sup> A título de nota, vale lembrar que, a conformação parlamentar do Congresso Nacional brasileiro gerada nessa eleição, em particular, foi considerada a mais conservadora desde a redemocratização do país (DIAP, 2014, p. 16).



infundadas a respeito de políticas públicas e órgãos governamentais voltados para a preservação ecológica; ataques e ameaças explícitas, inclusive de morte, aos governantes e políticos profissionais democraticamente eleitos durante a Nova República; alusões preconceituosas e pejorativas aos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; comentários machistas e misóginos; ofensas racistas e LGBTI+fóbicas – e o show de horrores, certamente, não para por aqui.

Há, na realidade, outros tantos exemplos capazes de ilustrar o compromisso bastante duvidoso de Jair Bolsonaro, ao longo de sua trajetória, com preceitos básicos da democracia e do liberalismo político, como a igualdade e o pluralismo<sup>12</sup>. Apesar disso, durante a sua escalada rumo ao Palácio do Planalto, Bolsonaro passou a se apresentar publicamente como sendo um autêntico defensor da “democracia” e da “liberdade”, ao menos do ponto de vista discursivo.

Em janeiro de 2018, durante uma *live* realizada em Recife e transmitida nas suas redes sociais, Bolsonaro anunciou a sua pré-filiação ao PSL, após confirmar que já havia estabelecido com Luciano Bivar, presidente do partido em exercício, que ele seria candidato, nas eleições de outubro, para a Presidência da República pelo PSL<sup>13</sup>. Durante a sua fala, Bolsonaro, também, convidou “todos aqueles que queiram, que comunguem dos ideais democráticos, do liberalismo, de uma política econômica sem viés ideológico, que defendam os valores familiares, que sejam contra a ‘ideologia de gênero’, o Escola sem Partido, que valorizem os bens que Deus nos deu”, a se juntarem ao partido<sup>14</sup>.

Meses depois, Jair Bolsonaro, de fato, sacramentou a sua filiação ao PSL, em uma cerimônia realizada no Congresso Nacional, no dia 7 de março, após um longo discurso, precedido de uma oração realizada pelo pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Vitória em Cristo e cantor gospel, além de senador pelo estado do Espírito Santo, Magno Malta, então filiado ao antigo PR<sup>15</sup>. Na ocasião, Bolsonaro expressou muito daquilo que viria a ser a sua candidatura e, posteriormente, o seu governo. Ao menos desde aí, foi se

---

<sup>12</sup> Para uma espécie de repositório com diversas frases de Jair Bolsonaro, assim como de seus apoiadores, nesse sentido, ver Barretto Jr. (2021).

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6jMfRyNffQY>>. Acessado em: 2 de abril de 2022.

<sup>14</sup> Cumpre notar que, de acordo com Marina Basso Lacerda (2022, p. 325), Jair Bolsonaro já havia externalizado a possibilidade de ser candidato ao cargo de presidente, nas eleições de 2018, em março de 2016, durante um pronunciamento realizado no Congresso Nacional, quando ainda era filiado ao PSC.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3gmtX9N6Nxo&t=4293s>>. Acessado em: 2 de abril de 2022.

tornando mais evidente o modo como certas noções de “democracia” e “liberdade” passaram a ser ativadas por ele, ao mesmo tempo, como uma forma de legitimar as suas propostas e opiniões, ainda que, por vezes, antidemocráticas e antiliberais, e de atacar os seus adversários, tidos como inimigos políticos e potenciais ameaças à democracia e às liberdades civis dos brasileiros.

O modelo exemplar de democracia e desenvolvimento mencionado, nesse discurso, pelo então deputado, curiosamente, ou não, é o Estado de Israel, tido como “uma ilha chamada democracia, num mar de ditaduras”. E a isso se somam outras questões.

As Forças Armadas, por um lado, são apresentadas como fiéis “amantes da liberdade e da democracia”. Já os partidos e movimentos de esquerda do país, como o PT, PCdoB e o PSOL, assim como o MST e MTST, por outro, são categoricamente acusados de apoiarem ditaduras comunistas ou socialistas, como Cuba, de Fidel Castro, a Coreia do Norte, de Kim Jong-un, e a Venezuela, de Hugo Chávez e Nicolás Maduro. E, também, de violarem direitos e garantias individuais inalienáveis, tais como o direito de legítima defesa e a propriedade privada, tanto quanto os valores morais tradicionais, em geral, vinculados aos preceitos religiosos judaico-cristãos e ao nacionalismo patriótico. Bolsonaro, assim, aproveitou o momento para reafirmar publicamente, mais uma vez, a sua postura “antiesquerdista” (Lacerda, 2022, p. 327), descolada de qualquer vínculo ideológico com o pluralismo democrático, ao defender, em particular, que “quem reza nessa cartilha da esquerda não merece conviver com os bens da democracia e com os bens do capitalismo”.

Essa retórica, como um todo, não por acaso, também esteve presente no discurso feito pelo capitão reformado, na convenção nacional do PSL, em julho, no Rio de Janeiro, quando ele, de fato, oficializou a sua candidatura ao cargo de presidente da República pelo partido. “Uma arma, mais do que defender a nossa vida, defende a nossa liberdade”, disse o ex-capitão, instantes após pontuar que “não há nada mais importante, na nossa vida, do que a nossa liberdade”<sup>16</sup>. E é, justamente, diante do reconhecimento de que a liberdade dos brasileiros, tanto quanto o funcionamento das instituições democráticas, estariam supostamente em risco no país, em um futuro governo do PT ou do PSDB, que Jair Bolsonaro assume “a missão” de concorrer no pleito à Presidência.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cg660J3ecLI>>. Acessado em: 2 de abril de 2022.

No mês de agosto, por conseguinte, a candidatura de Bolsonaro, bem como de seu vice, o general da reserva, Hamilton Mourão, então filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), foi protocolada no TSE<sup>17</sup>. O plano de governo da chapa, intitulado “O caminho da prosperidade”, nesse mesmo momento, também foi divulgado<sup>18</sup>. A coligação PSL-PRTB, sob o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, em evidente referência ao mote nazista, “*Deutschland über alles*” [Alemanha acima de tudo], assim, foi ganhando contornos políticos e ideológicos um pouco mais nítidos (Melo, 2020, p. 27).

Dessa forma, ainda que as propostas presentes no plano de governo, em particular, tenham sido redigidas em termos muito amplos e vagos, esse registro apresenta pontos dignos de nota, na medida em que eles também são capazes de ilustrar o modo como certas noções de “democracia” e “liberdade” foram explicitamente ativadas pela chapa PSL-PRTB, já naquele contexto. Afinal, além do discurso *antiestablishment* e antipolítico, presente em diversos trechos desse documento, é possível observar, ali, novamente, o uso dos termos “democracia” e, sobretudo, “liberdade”, como fonte de legitimação e, também, de crítica aos adversários, com destaque para “as esquerdas”, transformadas em potenciais inimigos, tanto da “democracia” e da “liberdade”, como da “soberania nacional”, da “família”, do “mercado” e da “propriedade privada”.

Isso fica evidente na medida em que ao compromisso assumido inicialmente, de se fazer “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios”, soma-se a proposta de constituição de um “governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a liberdade” e que “devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros”. Mas isso não é tudo. Aparece, também, o atestado de que um dos “desafios urgentes” a ser enfrentado pelo futuro presidente, e o seu respectivo governo, é “iniciar o processo de recuperação do país, da economia e da democracia”. Sob esse aspecto, apesar de a *Constituição* de 1988 ser considerada “imperfeita”, um dos trechos do documento afirma que “as leis”, presentes na Constituição Cidadã, serão o “mapa” do futuro governo,

---

<sup>17</sup> Em decisão unânime, o registro da coligação PSL-PRTB foi aprovado pelo TSE no dia 6 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-aprova-registro-de-candidatura-de-jair-bolsonaro>>. Acessado em: 9 de abril de 2022.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR.pdf>>. Acessado em: 9 de abril de 2022.

enquanto que a sua “bússola serão os princípios liberais democratas”, em direção ao “caminho da prosperidade”.

A chapa, em virtude disso, propõe, depois de “30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia” do país, a construção de “uma aliança da ordem com o progresso”, isto é, a formação de “um governo liberal democrata”, capaz de enfrentar “o viés totalitário do Foro de São Paulo, que desde 1990 tem enfraquecido nossas instituições democráticas”, assim como, “os valores da nação e da família brasileira”. O Brasil, a partir de então, deixará “de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália”.

No documento, há, ainda, uma defesa da “prosperidade”, ou “felicidade”, atrelada a manutenção da liberdade. Aos “clamores” de que “PRECISAMOS NOS LIBERTAR! VAMOS NOS LIBERTAR!”, a chapa compreende que os brasileiros “devem ter liberdade de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas, desde que não interfiram em aspectos essenciais da vida do próximo”. Esses “aspectos essenciais”, assim como os frutos daí emergentes, porém, aparecem atrelados a duas dimensões ou esferas, intimamente, conectadas em si. A primeira leva o nome de “propriedade privada”, já a segunda de “família”.

A primeira é tida como resultado do trabalho e representa bens que “não podem ser roubados, invadidos ou expropriados”, seja pelo Estado, ou por qualquer outro agente social. O que subjaz tal raciocínio, em poucas palavras, se expressa, outra vez, em forma de “clamor”: “O GOVERNO VAI CONFIAR NOS INDIVIDUOS! O GOVERNO RECUARÁ, PARA QUE OS CIDADÃOS POSSAM AVANÇAR!”. A segunda, por seu turno, é considerada como fruto dos afetos, e, portanto, “ela é sagrada e o Estado não deve interferir”. O plano de governo, nesse sentido, assume, em meio a um cálculo de utilidade, no qual a ordem dos fatores, aparentemente, não altera o produto, a defesa da liberdade “das pessoas e de suas famílias em poder escolher os rumos da vida na contínua busca da felicidade” como um compromisso inegociável. Ao que parece, a chapa PSL-PRTB não entende que a defesa de liberdade se restrinja a própria liberdade, como se, na prática, a liberdade fosse, simplesmente, um fim em si. A defesa da liberdade, na realidade, aparece como condição necessária para que os próprios valores e interesses do povo brasileiro possam prosperar. A liberdade, afinal, é a um só tempo descrita e prescrita enquanto “o caminho da prosperidade” na contramão do “caminho da servidão”.

Mas, seja como for, é verdade que, do mês de agosto, quando se deu o início do período de campanha eleitoral, de acordo com as normas do TSE, até a divulgação do resultado do segundo turno, no final de outubro, muitas coisas polêmicas aconteceram no país. Apesar delas, ou por causa delas, a chapa presidencial PSL-PRTB foi a vencedora no pleito. No começo da noite, do dia 28 de outubro, por volta das 19 horas, a ministra Rosa Weber, então presidente do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE), veio a público oficializar o resultado do segundo turno das eleições à Presidência da República<sup>19</sup>. Com 57.797.847 de votos, isto é, cerca de 55% dos votos válidos<sup>20</sup>, Jair Bolsonaro, à época filiado ao Partido Social Liberal (PSL), foi eleito o 38º presidente do Brasil. O país, em virtude disso, passou a ter como chefe do Executivo Federal um dos mais notórios quadros da “nova” extrema-direita mundial, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Jairo Nicolau (2020, p. 11), não obstante, descreveu a vitória de Bolsonaro como sendo “o feito mais impressionante da história das eleições brasileiras”, visto que, na prática, esse resultado não apenas modificou o padrão de competição das disputas presidenciais, entre PT e PSDB, observado ao menos desde 1994 no país. Mas, também, colocou em perspectiva outros tantos aspectos que vinham balizando o processo eleitoral brasileiro, nos últimos anos. E, nesse sentido, eram tidos, por muitos dos cientistas políticos, como sendo indispensáveis para que um candidato fosse potencialmente competitivo e, de fato, tivesse chances reais de chegar à Presidência da República.

Bolsonaro, afinal de contas, concorreu por meio de uma legenda partidária, até então, inexpressiva; contou, durante o primeiro turno, com pouco menos de dez segundos de propaganda de rádio e televisão no horário eleitoral gratuito; gastou pouquíssimo dinheiro, sobretudo, quando comparado aos demais candidatos que concorriam ao cargo de presidente; e, talvez, o mais importante, não moderou completamente o seu discurso, em busca de eleitores de centro ou indecisos, muito pelo contrário, em diversos momentos, ele o radicalizou profundamente (Nicolau, 2020, p. 12). Não custa lembrar, por exemplo, que, às vésperas do segundo turno, Jair Bolsonaro realizou uma ligação de vídeo, que foi exibida em uma manifestação organizada pelos seus apoiadores, na Avenida Paulista, em São Paulo, na qual ele ameaça a existência e viola direitos e garantias individuais de seus

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>>. Acessado em: 13 de outubro de 2022.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>>. Acessado em: 13 de outubro de 2022.

opositores políticos de esquerda, em particular, chamados de “marginais vermelhos”, “petralhada” e “bandidos”<sup>21</sup>.

Como era de se esperar, porém, instantes depois da confirmação do resultado das urnas, Jair Bolsonaro veio a público fazer o seu primeiro pronunciamento, enquanto candidato eleito ao cargo de 38º presidente do Brasil, por meio de uma breve *live* nas suas redes sociais<sup>22</sup>. Após gratificar “o milagre” operado pelos profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora e do hospital Albert Einstein, frente ao incidente da fachada que o acometeu, ainda no início de setembro, durante um evento de campanha, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, Bolsonaro direcionou os seus agradecimentos ao “povo brasileiro”, “pelas orações e pela confiança”.

A sua vitória eleitoral, nesse contexto, é apresentada, por ele próprio, como sendo uma resposta veementemente contrária aos rumos “para onde o Brasil estava marchando”, não sendo mais possível o governo “continuar flertando com o socialismo, com o comunismo e com o populismo, e com o extremismo da esquerda”. O capitão reformado, assim, ratifica “a missão” de “mudar o destino do Brasil”, “seguindo os conhecimentos de Deus e ao lado da Constituição brasileira, inspirando-se em grandes líderes mundiais, com uma boa assessoria técnica e profissional, isenta de indicações políticas de praxe”. “Missão”, em seus termos, afinal, “não se escolhe e nem se discute, se cumpre”.

Logo em seguida, nas dependências de sua residência, na Barra da Tijuca, bairro nobre da capital fluminense, Bolsonaro falou, mais diretamente, com os canais de televisão de notícias, após uma prece, com ares de pregação, feita por Magno Malta, segundo a qual: “Os tentáculos da esquerda jamais seriam arrancados [*do Brasil*] sem a mão de Deus”<sup>23</sup>. Na esteira, então, do tom messiânico e paternalista do pastor evangélico, Bolsonaro iniciou o seu “discurso da vitória” citando o versículo bíblico João 8:32 – “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” –, tido como um dos motes centrais de

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7vxX3nQccTU>>. Acessado em: 13 de outubro de 2022.

<sup>22</sup> Jair Bolsonaro, ainda no início da transmissão *online*, fez questão de pontuar: “Esse primeiro contato meu, via *live*, deve-se ao respeito, à consideração e à confiança que tenho no povo brasileiro. E, também, só cheguei aqui porque vocês, internautas, o povo brasileiro, realmente vocês acreditaram em mim”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8DhMsMZD5rw>>. Acessado em: 10 de dezembro de 2022.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iwD81eWSQNA&t=708s>>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2022.

sua campanha eleitoral, e, em seguida, de seu governo. Desde aí, o candidato eleito voltou a afirmar, categoricamente, que o seu “governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade”. E prosseguiu dizendo que esse compromisso não era a promessa “de um partido”, e tampouco representava a “palavra vã de um homem”. Tratava-se, antes, de “um juramente a Deus”.

Na condição de presidente eleito, portanto, Jair Bolsonaro fez questão de enfatizar que o seu governo “trabalhará verdadeiramente para todos os brasileiros”, com o objetivo de “transformar” o Brasil “em uma grande nação”. Bolsonaro, também, destacou, mais de uma vez, que a liberdade é, para ele, “um princípio fundamental. Liberdade de ir e vir. Andar nas ruas, em todos os lugares desse país. Liberdade de empreender. Liberdade política e religiosa. Liberdade de informar e de ter opinião. Liberdade de fazer escolhas e ser respeitado por elas”. Condizente com tal narrativa, e em tom mais comedido, Bolsonaro, então, finalizou o seu discurso, reafirmando, mais uma vez, que o propósito do seu mandato será construir um “governo que defenda e proteja os direitos do cidadão, que cumpre seus deveres e respeita às leis”, a fim de garantir que o país se torne uma autêntica “nação livre, democrática e próspera”. O Brasil, afinal, “é um país de todos”. E “somos todos um só país”.

O problema de pesquisa que esta dissertação pretende investigar, frente a essa realidade, então, pode ser formulado nos seguintes termos: *quais foram os principais sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Jair Bolsonaro, durante o período em que ele ocupou o cargo de presidente do Brasil (2019-2022)?*

### **Delineamento da pesquisa e estratégias metodológicas**

Para investigar os sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Jair Bolsonaro, a presente dissertação adotou como objeto empírico de análise os discursos e pronunciamentos oficiais realizados pelo presidente em exercício, entre os anos de 2019 e 2022. A escolha desse objeto de estudo se deu, em especial, por três motivos.

O primeiro deles se deve a sua dimensão operacional. Os discursos e pronunciamentos oficiais realizados por Jair Bolsonaro, nesse período, encontravam-se

transcritos e disponíveis *online*, de forma pública e gratuita, no site da Presidência da República<sup>24</sup>. Isso, sem dúvidas, reduziu significativamente o tempo de coleta e organização dos documentos. E, ao mesmo tempo, me possibilitou trabalhar com um *corpus* mais abrangente, tanto do ponto de vista temporal quanto geográfico. O material em questão, afinal, contém todos os discursos e pronunciamentos oficiais proferidos pelo, então, presidente, ao longo de aproximadamente quatro anos, nas mais variadas ocasiões, seja no Brasil ou no exterior.

O segundo diz respeito a sua dimensão política. Não se trata, na prática, de qualquer discurso ou pronunciamento de Jair Bolsonaro. O fato desse material ter sido produzido e disponibilizado pelo próprio site da Presidência da República não é algo secundário. Esse repositório, na realidade, mesmo que sujeito a uma série de limitações – dada a possibilidade de veto e/ou filtro do conteúdo final acessível ao público, por exemplo<sup>25</sup> – nos permite apreender uma visão geral, ainda que incompleta e parcial, daquilo que foi a retórica adotada pelo ex-presidente, desde uma perspectiva institucional, visto que a fonte primária desses registros é o próprio governo em questão.

O terceiro motivo, e não menos importante, tem relação com a sua dimensão analítica. Apesar de sua relevância, cabe ressaltar que, poucos trabalhos na área das ciências humanas e sociais, em geral, e da ciência e teoria política, em particular, têm explorado, de forma mais sistemática ou sistematizada, esse material, como um todo, mesmo entre os estudos críticos preocupados em compreender os principais elementos políticos e ideológicos presentes na gramática de Jair Bolsonaro, enquanto presidente<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Na página do governo federal, os documentos, em questão, estão organizados por data e título, respectivamente. Essa data, no entanto, não corresponde necessariamente ao dia exato em que determinado discurso ou pronunciamento oficial foi realizado, mas sim publicado. Ainda que na maioria dos casos elas coincidam, vale o registro. Cabe mencionar, além disso, que cada título contém uma breve descrição com o nome e o local do evento no qual o referente discurso ou pronunciamento, de fato, ocorreu. O material estava disponível em: <[https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos?b\\_start:int=0](https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos?b_start:int=0)>. E foi acessado pela última vez em: 30 de novembro de 2022.

<sup>25</sup> Creio que seria ingênuo descartar essa possibilidade. Além do mais, em alguns casos, há, de fato, trechos que foram explicitamente suprimidos dos documentos, pois eles se encontram entre colchetes ou parênteses. A hipótese mais provável, para tanto, talvez seja a incompreensão do conteúdo, por parte dos responsáveis pela transcrição do material. A dicção e a oratória de Jair Bolsonaro, afinal de contas, não são das melhores. Mas, sem dúvidas, há outras questões em jogo, sobretudo, quando levamos em consideração “o quê” e/ou “onde” determinado discurso ou pronunciamento foi realizado. Isso, no entanto, não invalida por si só a relevância analítica e o teor geral do material em questão.

<sup>26</sup> Esses trabalhos, na maioria das vezes, têm dedicado atenção especial às redes sociais. E isso, sem dúvidas, é mais do que justificável, tendo em vista às novidades e os desafios impostos pelas estratégias comunicacionais adotadas por Bolsonaro e seus apoiadores. Outros, ainda, têm optado pela análise e interpretação de discursos ou pronunciamentos pontuais, muitas vezes, escolhidos de acordo com o teor prévio de seu conteúdo e/ou da ocasião na qual determinado discurso se deu, como é o caso das falas feitas



Daí a aposta de que uma análise exploratória desses registros, em especial, pode ajudar a ilustrar empiricamente alguns dos aspectos constitutivos da retórica de Bolsonaro que já têm sido discutidos pela literatura especializada. Ou, então, trazer questões que ainda não foram investigadas e/ou, também, contribuir para a formulação de hipóteses explicativas futuras, a partir de seus principais achados.

Já o recorte temporal adotado, por sua vez, foi definido exclusivamente em virtude de uma questão de ordem técnica. Essa temporalidade, na prática, abarca todos os discursos e pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro que foram transcritos e disponibilizados no site da Presidência da República até o dia 30 de novembro de 2022 – isto é, o período final de coleta e revisão do *corpus* empírico desta pesquisa. Cumpre notar, entretanto, que, a data do último documento disponível *online*, corresponde ao dia 20 de setembro, especificamente<sup>27</sup>.

É possível especular que a ausência de outras publicações, desde então, esteja, de algum modo, relacionada com o calendário oficial das eleições gerais de 2022 e/ou com o próprio resultado das urnas, visto que, sobretudo após a derrota na disputa pela reeleição, Bolsonaro adotou uma postura mais reclusa, evitando fazer grandes aparições e declarações públicas. É razoável pensar, ainda, que isso se deve também ao fato de que, pouquíssimo tempo depois do segundo turno eleitoral, realizado no dia 30 de outubro, começaram os trabalhos de transição de governo, impactando, assim, o funcionamento da burocracia estatal e a agenda do governo de Bolsonaro, pois, apesar de derrotado, ainda permanecia em exercício. Mas, seja como for, isso são apenas elocubrações. O importante, aqui, é que esses foram os principais motivos que balizaram a escolha desse material como objeto empírico de análise.

---

“no cercadinho”, em propagandas ou pronunciamentos oficiais do governo na mídia tradicional, ou ainda, dos discursos proferidos em eventos nacionais ou internacionais específicos. Escolha também justificável. Especialmente, por causa da urgência teórica e política de se compreender o que estava sendo dito, onde estava sendo dito, como estava sendo dito e por que estava sendo dito. E, também, é claro, em virtude das dificuldades conceituais e metodológicas que constituem a reflexão crítica do tempo presente – algo que, de certa forma, não escapa ao escopo desta dissertação.

<sup>27</sup> A título de confirmação desta datação, no início de fevereiro de 2023, tornei a acessar a página do governo federal a fim de verificar se mais alguma publicação havia sido feita após esse período. Os discursos e pronunciamentos oficiais realizados por Jair Bolsonaro, porém, já haviam sido retirados do ar, e substituídos pelos do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Disponível em: <[https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos?b\\_start:int=0](https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos?b_start:int=0)>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2023.

Para o exame deste material, a principal técnica de pesquisa utilizada foi a análise qualitativa de conteúdo, seguindo os moldes do esquema de investigação proposto por Laurence Bardin (2011[1977]), em seu já clássico livro a respeito desse método de investigação científica.

Essa técnica de pesquisa é descrita, pela autora, como sendo um “esforço de interpretação” que “oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. Trata-se, portanto, de “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (Bardin, 2011[1977], p. 15). Isso significa que, “para além de suas funções heurísticas e verificativas”, uma de suas principais vantagens “reside [...] no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas” (Bardin, 2011[1977], p. 15).

O seu objetivo principal, dessa forma, é conferir uma maior sistematicidade aos momentos de descrição e interpretação do conteúdo presente em determinado material, na medida em que busca contornar “certa intuição aleatória e fácil”, por meio da utilização de um roteiro analítico, mais ou menos rígido, capaz de mediar e explicitar o modo como se deu o processo de formulação das inferências, deduzidas a partir do diálogo dos dados empíricos com a teoria, a fim de torná-las passíveis de exame crítico *a posteriori* (Bardin, 2011[1977], p. 15). A definição apresentada pela autora, assim, entende que esse método, em particular, consiste na aplicação de um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2011[1977], p. 48, ênfases supridas).

A aplicação prática da análise de conteúdo, sugerida por Bardin (2011[1977], p. 125), então, segue três etapas principais, sendo elas: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e, por fim, (3) o tratamento dos resultados.

Os processos de coleta-organização-seleção, categorização e descrição- interpretação do *corpus* empírico desta dissertação, não obstante, foram realizados tendo como base cada uma dessas três fases. Em alguns momentos, no entanto, elas foram adaptadas ou rearticuladas entre si, não correspondendo, desse modo, às diretrizes elencadas acima *tout court* – tal como explicitado, de forma mais detalhada, a seguir.

A primeira etapa, sem dúvidas, foi uma das mais longas e desafiadoras da pesquisa empírica, como um todo. E isso não se deve apenas a questões de ordem técnica e/ou operacional. Mas, também, de ordem política.

Após a defesa do meu projeto de qualificação, que ocorreu no final de janeiro de 2022, uma coisa estava certa: eu precisava encontrar um objeto empírico de análise específico, a fim de melhor situar o meu problema de pesquisa.

Desde aí, passei a investigar, de forma exploratória, os discursos proferidos por Jair Bolsonaro nas suas redes sociais, tendo como foco, em particular, as *lives* que se encontravam disponíveis no seu canal do YouTube. A escolha das redes sociais era bastante óbvia. Bolsonaro, assim como muitos outros políticos da “nova” extrema-direita, tem utilizado, estrategicamente, as novas tecnologias de informação e comunicação, de forma ímpar. A opção pelas *lives*, também, parecia de fácil justificativa. Bolsonaro, para além da campanha de 2018, continuou a fazer *lives* diárias ou semanais, com o intuito de manter uma comunicação mais direta com os seus apoiadores e seguidores, mesmo após assumir o cargo de presidente, em janeiro de 2019.

Ao assistir algumas delas, sobretudo, aquelas que foram realizadas durante o período eleitoral de 2018, em geral, e após o atentado da facada, em especial, muitas coisas contidas ali me chamaram a atenção, principalmente, porque várias delas me eram estranhas e, ao mesmo tempo, esclarecedoras sobre a visão de mundo autoritária, da política e da sociedade, na qual a gramática de Bolsonaro se assenta.

Não caberia aqui, porém, recuperar os pormenores dessas questões – elas, sem dúvidas, renderiam páginas e páginas, repletas de digressões, muitas delas, inclusive, sem sentido aparente, ao menos caso seguissem o roteiro da performance ou performatividade, discursiva e/ou imagética, expressa, em determinados momentos, pelo capitão reformado, por exemplo. Mas, apesar disso, vale notar que, a mais controversa e inquietante delas, ao menos para mim, naquele momento, era que, apesar de seu inegável viés autoritário, Bolsonaro se apresentava, incessantemente, como sendo um autêntico defensor da “democracia” e da “liberdade”.

A partir daí, então, reformulei o meu problema de investigação. A pesquisa, de maneira mais específica, assim, passou a ter o objetivo de compreender quais eram as concepções de “democracia” e “liberdade” mobilizadas por Jair Bolsonaro em suas *lives*.

Com o intuito de tornar o estudo factível, optei pela seleção de *lives* realizadas em momentos distintos da trajetória de Jair Bolsonaro, a fim de observar, na prática, quais eram essas concepções e, ao mesmo tempo, se haviam mudanças entre elas, ao longo do período em questão. Para tanto, adotei como recorte temporal três períodos específicos: a campanha eleitoral de 2018 (realizada de agosto a outubro), os primeiros meses após a emergência da pandemia global do novo coronavírus (março e abril de 2020), e, por fim, o contexto marcado pelas manifestações golpistas agitadas por parte do presidente em exercício no feriado de comemoração da independência do país (agosto e setembro de 2021).

Em uma operação homérica, eu e mais dois bolsistas de graduação<sup>28</sup>, passamos a nos reunir quinzenalmente, durante três meses, isto é, de março a maio de 2022, a fim de mapear e transcrever as *lives* realizadas por Bolsonaro, nesse período, que se encontravam disponíveis no seu canal do YouTube e/ou no seu perfil do Facebook. Além de discutir artigos acadêmicos, publicados nos principais periódicos científicos nacionais e internacionais, a respeito do tema da crise da democracia, em geral, e da ascensão e normalização da extrema-direita, em particular.

Apesar da riqueza do material coletado, no entanto, eu e os bolsistas de graduação não conseguimos encontrar a totalidade das *lives* que, de fato, aconteceram, em cada um desses momentos, na internet. Nós descobrimos isso na medida em que, em uma determinada *live*, era mencionado, por exemplo, que haveria outra *live*, no dia X, na hora Y, mas o vídeo de tal *live* permanecia um grande mistério. Uma tentativa inicial de construção de categorias ou dimensões analíticas, a partir daí, também se mostrou um tanto quanto frustrada, frente ao objetivo principal de investigar quais concepções de “democracia” e “liberdade” apareciam, no discurso de Jair Bolsonaro, e se elas mudavam, ou não, nesse período, como um todo.

Isso ocorreu, principalmente, porque o recuso às *lives* colocou em cena, além de Bolsonaro, uma grande quantidade de atores sociais, sobretudo, políticos profissionais, empresários e/ou religiosos, que o apoiavam, à época, e passaram, então, a participar de algumas das suas transmissões ao vivo nas redes sociais, resultando, nesse sentido, na

---

<sup>28</sup> Agradeço aos estudantes de graduação do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Ana Luiza Marques Azevedo e Pedro Rodrigues Guedes Frei, que contribuíram para a realização desta etapa inicial da pesquisa. Isso só foi possível graças ao apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) que concedeu financiamento por meio do projeto “Democracia em crise: impasses e impossibilidades” (Edital 4/2021), coordenado pelo Prof. Dr. Luis Felipe Miguel. A quem, mais uma vez, agradeço.

expressão de interesses e perspectivas das mais diversas. O que, na prática, trouxe a necessidade de articular os pronunciamentos desses atores com os de Bolsonaro, e vice-versa. Ao mesmo tempo, aspectos específicos da conjuntura acabavam por ganhar uma proeminência muito maior do que a própria mobilização dos termos “democracia” e “liberdade” por parte de Jair Bolsonaro, pelo menos neste circuito de comunicação.

Ou seja, para além da incompletude do material coletado. Conforme a “leitura flutuante” ia sendo realizada, parecia, cada vez mais, difícil desenvolver uma justificativa de pesquisa que fosse capaz de, a um só tempo, articular e sustentar o recorte empírico adotado, sem, com isso, exigir que a análise fosse expandida aos demais atores e que os pormenores do contexto político, em cada um desses períodos, fossem aprofundados. Tarefa que, pouco a pouco, foi se mostrando infrutífera e irrealizável, ao menos nos termos de uma dissertação de mestrado.

A sensação, diante desses fatos, não obstante, era de profundo desalento. Mas, felizmente, ela não durou muito. Encontrei, pouco tempo depois, o repositório institucional *online*, contendo os discursos e pronunciamentos oficiais do presidente em exercício, naquele momento. E, depois de uma leitura um tanto quanto telegráfica do material, optei, então, por utilizar esses documentos governamentais, em particular, como objeto empírico de investigação, conforme justificado antes. A partir daí, portanto, iniciei a primeira etapa da análise de conteúdo que, de fato, deu origem a este trabalho.

O foco principal dessa fase foi a coleta, organização e seleção do *corpus* empírico da dissertação. O período de coleta e organização dos discursos e pronunciamentos oficiais, de Jair Bolsonaro, ocorreu entre junho e novembro de 2022. Tal durabilidade, vale ressaltar, se deu especialmente por motivos políticos, ao contrário das questões técnicas e/ou operacionais mencionadas antes.

Ainda em julho, após tentar acessar a parte específica do site da Presidência da República, onde, até então, encontrava-se disponível o material em questão, levei um susto. Ele não estava mais lá. Interpretei essa ausência, em um primeiro momento, como uma possível censura por parte do governo – como é de praxe em regimes e/ou governos autoritários. Alguns colegas e professores, afinal, já haviam comentado sobre a dificuldade que vinham tendo em acessar dados governamentais, desde 2019. Mas não era esse o caso.

Um bom tempo depois de protocolar um pedido formal de acesso à informação<sup>29</sup>, assegurado pela Lei nº 12.527/2011, obtive a resposta de que o material não estava disponível por causa da Resolução do TSE nº23.674/2021, segundo a qual seria proibido constar, em páginas do governo, durante o “período de defeso eleitoral”, qualquer comunicação referente ao próprio governo, visto que, isso configuraria como propaganda eleitoral. Conforme apresentado na justificativa, então, o material só retornaria ao site após o termino das eleições gerais, no dia 2 ou 30 de outubro, a depender de um eventual segundo turno. E foi o que, de fato, aconteceu. No dia 31 desse mesmo mês, por conseguinte, o repositório retornou ao site – e eu ao processo de coleta e organização do *corpus* empírico desta pesquisa.

Em um primeiro momento, foram coletados todos os discursos e pronunciamentos oficiais publicados no site da Presidência da República. Isso significa que, nessa fase inicial, não foi adotado qualquer critério de seleção previamente estabelecido do material disponível *online*. Após a coleta, eles foram organizados em tabelas, de acordo com a data de sua divulgação e o seu respectivo título, totalizando, assim, 617 discursos e pronunciamentos oficiais, entre 1º de janeiro de 2019 e 20 de setembro de 2022, no geral.

Posteriormente, tendo como base o objetivo deste trabalho, foi feita uma seleção e reorganização do material empírico. Isso se deu, a partir da identificação da menção às palavras-chave “democracia” e/ou “liberdade” nos discursos e pronunciamentos oficiais, então, coletados, por ano. Assim, é que se chegou ao *corpus* empírico específico da dissertação, posteriormente, submetido às demais etapas da análise. A partir daí, então, ele passou a contar com 326 discursos e pronunciamentos oficiais, ao todo, conforme indicado na tabela 1.

**Tabela 1 – Total de discursos e pronunciamentos oficiais no *corpus* da pesquisa, por ano (2019-2022)**

ano	geral		específicos	
	nº	%	nº	%
2019	201	32,6%	99	30,4%
2020	131	21,2%	54	16,6%
2021	161	26,1%	94	28,8%
2022	124	20,1%	79	24,2%
<b>total</b>	617	100,0%	326	100,0%

<sup>29</sup> Agradeço ao colega de pós-graduação, Igor Novaes Lins, pela ajuda e o incentivo durante o processo de formalização deste requerimento junto ao Governo Federal.

**Fonte:** o autor, com base nos arquivos do site da Presidência da República.

A segunda etapa, por seu turno, consistiu na construção das categorias de análise. Para tanto, as palavras-chave “democracia” e “liberdade”, tomadas como unidades de registro, foram localizadas no *corpus* empírico da pesquisa e destacadas, sendo possível observar, então, na tabela 2, a respectiva frequência de cada uma delas, por ano.

**Tabela 2 – Frequência das unidades de registro no *corpus* da pesquisa, por ano (2019-2022)**

ano	“democracia”		“liberdade”	
	nº	%	nº	%
2019	91	35,1%	186	21,0%
2020	44	17,0%	111	12,5%
2021	54	20,8%	309	34,8%
2022	70	27,1%	281	31,7%
<b>total</b>	259	100,0%	887	100,0%

**Fonte:** o autor, com base nos arquivos do site da Presidência da República.

A partir de então, com o intuito de compreender possíveis padrões de sentidos atribuídos a esses termos por Bolsonaro, adotei como unidade de contexto, especialmente, os períodos ou parágrafos em que elas apareciam. Feito isso, realizei uma leitura preliminar desse material, a fim de apreender quais sentidos é que se destacavam no conteúdo do material sob análise. Cumpre notar que, essa leitura não seguiu, necessariamente, uma ordem temporal cronológica, mas, sim, a frequência das unidades de registro no *corpus* empírico da pesquisa como um todo. O objetivo aqui, afinal, foi identificar os sentidos predominantes atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Jair Bolsonaro, nesse intervalo de tempo, e não aspectos específicos da conjuntura política, por exemplo. Assim, cheguei a três sentidos que, com base na terminologia de Bardin, se tornaram as minhas categorias de análise.

Daí o início da terceira, e última etapa da análise qualitativa de conteúdo, que teve como foco a descrição e interpretação do *corpus* empírico da pesquisa, conforme apresentado no capítulo 3, desta dissertação.

### **Estrutura da dissertação**

A presente dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. Os dois primeiros possuem um caráter mais teórico, visto que o foco deles

recaí em apresentar e articular os principais pontos trabalhados pela literatura especializada, desenvolvida no âmbito da ciência e teoria política contemporânea em particular, que versa sobre o tema geral desta dissertação. O último deles, por seu turno, se debruça, mais diretamente, sobre o objeto empírico da pesquisa, assumindo, assim, uma feição mais analítica e explicativa-descritiva, em comparação aos demais.



## Capítulo I – A crise da democracia liberal no século XXI

O objetivo principal deste capítulo é apresentar um panorama geral do debate contemporâneo a respeito da crise enfrentada pelas democracias liberais no século XXI, a partir de uma revisão bibliográfica das principais interpretações e hipóteses explicativas presentes na literatura especializada produzida sobre este tema, sobretudo, no âmbito da ciência e teoria política.

Ele está dividido em duas partes, seguidas das considerações finais ao capítulo. Na primeira, contextualizo muito brevemente a crise democrática e chamo atenção para as múltiplas dimensões que constituem esse fenômeno. Em seguida, abordo, mais diretamente, o que tem sido produzido sobre a crise, dando destaque para os trabalhos situados tanto no *mainstream* como nas franjas mais críticas da ciência e teoria política.

### I.1 A crise da democracia liberal em tempos de crises

Nos últimos anos, do Norte ao Sul Global, nós temos assistido a uma série de acontecimentos capazes de ilustrar empiricamente as tensões, os limites e as contradições sistêmicas e estruturais que circunscrevem os regimes democráticos liberais existentes, na maioria dos países ocidentais, sobretudo, a partir do início da “terceira onda” global de democratização (Huntington, 1991), com a eclosão da Revolução dos Cravos, em Portugal (1974), que depôs o regime autoritário salazarista vigente no país desde 1926, e o final da Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim (1989), a reunificação da Alemanha (1990) e a dissolução da URSS (1991).

Ao menos desde aí, afinal, houve, na prática, um aumento significativo do número de Estados nacionais independentes que iniciaram os seus processos de liberalização e democratização (Crouch, 2004; Tilly, 2013[2007]). Isso, no entanto, não se deu de forma linear, homogênea e sem conflitos – muito pelo contrário. Diversos estudos comparados internacionais<sup>30</sup>, na realidade, observaram, à época, efeitos diversos e padrões específicos, em âmbito global, regional e mesmo (sub)nacional, a depender, por exemplo, do compromisso concreto de atores políticos-chave com as normas estabelecidas e os

---

<sup>30</sup> Para uma crítica, situada a partir do contexto latino-americano, ver Vitullo (2001).

procedimentos, formais e informais, necessários para a mudança do regime e a construção democrática (cf. Linz e Stepan, 1999[1996]).

Mas, seja como for, a verdade é que, diante da magnitude e abrangência da chamada “terceira onda”, as teses um tanto quanto teleológicas, de que a humanidade havia chegado ao “fim da história” (Fukuyama, 1992), em virtude de uma aparente vitória triunfal, irreversível e inexorável do capitalismo de mercado neoliberal e da democracia liberal sobre o “socialismo real” e as chamadas “democracias populares” do Leste europeu, na esteira da globalização, passaram a ser cada vez mais difundidas e incorporadas pelos imaginários social e político vigentes, contribuindo, assim, para a edificação de um clima geral de bastante otimismo ou de profunda resignação, por parte de intelectuais e ativistas, em relação ao modelo democrático hegemônico, tido como a principal forma legítima de dominação e canalização dos conflitos sociais (Miguel, 2018; Miguel e Vitullo, 2021).

Dessa forma, embora a crítica ao funcionamento das “democracias realmente existentes” não seja algo inédito, ao menos não no âmbito das teorias da democracia e da justiça, tendo em vista a manutenção de uma série de desigualdades e violências sociais no interior da democracia liberal-pluralista (cf., entre outros, Santos e Avritzer, 2002; Miguel, 2016), é inegável que, especialmente após 2016, os diagnósticos de que estaríamos vivendo uma “crise democrática”, uma “grande recessão”, uma “terceira onda reversa”, um processo de “desdemocratização”, de “desconsolidação democrática”, de “morte democrática” das democracias liberais, de “autocratização” – ou ainda, a emergência de um novo fenômeno, ou mesmo regime, político, denominado, por alguns, de “pós-democracia”, e, por outros, de “democracia iliberal” – têm conquistado uma centralidade inquestionável nos debates travados pelas ciências humanas e sociais, em geral, e pelo campo disciplinar da ciência política, nas suas diferentes áreas temáticas, em particular (Ballestrin, 2018).

Esses termos, em linhas gerais, têm sido mobilizados, por pesquisadores de diferentes correntes, a fim de compreender os diversos desafios teóricos e políticos enfrentados pelas democracias liberais, em nível global, no século XXI. Nesse sentido, ainda que existam importantes diferenças analíticas entre essas expressões, dependendo da abordagem conceitual e do contexto empírico, elas, grosso modo, chamam a atenção para o fato de que, na atual quadra histórica, a atrofia ou erosão dos regimes democráticos liberais tem

se dado, de forma gradual, isto é, a partir de “dentro” do próprio repertório institucional vigente (Ballestrin, 2018; Moreira, 2020).

Ou seja, em contraposição aos “clássicos” *coup d’État*, marcados pelo fechamento de instituições políticas, pela suspensão de eleições livres e periódicas e pela restrição de direitos políticos e liberdades civis, por meio da instauração de órgãos governamentais de censura, do enquadramento de partidos e grupos políticos na ilegalidade, de torturas e prisões arbitrárias como política de Estado, da usurpação autoritária do poder por segmentos das Forças Armadas, por exemplo. As democracias liberais, hoje, têm sido minimizadas e fragilizadas, na maioria das vezes, a partir da captura estratégica e da deslegitimação dos consensos que configuram e orientam normas, valores e práticas, formais e informais, centrais para a manutenção do próprio “jogo” democrático enquanto tal [*the only game in town*], sem que isso implique, necessariamente, em uma ruptura completa com o mesmo (Levitsky e Ziblatt, 2018; Runciman, 2018).

Na prática, então, segundo as análises correntes, isso vem acontecendo, especialmente, por meio da ampliação do poder de veto de setores específicos das classes dominantes em relação aos processos decisórios democráticos, que, ao fim e ao cabo, contrariem os seus interesses materiais e simbólicos, bem como, da atuação de lideranças políticas autoritárias e “populistas”, em sua maioria, de extrema-direita, que têm sido eleitas aos principais cargos representativos, como o de chefe do poder Executivo, por meio de eleições formalmente competitivas, com uma quantidade bastante expressiva de votos, ou então, que têm chegado a eminência da vitória, perdendo somente no segundo turno, apesar de reproduzirem e incitarem práticas e discursos notadamente violentos, antidemocráticos, anti-igualitários e anti-pluralistas (Ballestrin, 2018; Miguel, 2022).

Institutos de pesquisa internacionais, com um evidente viés analítico mais formal ou procedimental, como a *Freedom House*<sup>31</sup>, a *The Economist Intelligence Unit*<sup>32</sup>, a *Democracy Matrix*<sup>33</sup> e o *V-Dem Institute*<sup>34</sup>, não por acaso, também têm apresentado diversos dados empíricos que corroboram esse cenário de retrocesso democrático em diversas partes do mundo – como o aumento da desconfiança e insatisfação popular em

---

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world>>. Acessado em: 1 de outubro de 2021.

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2020/01/22/global-democracy-has-another-bad-year>>. Acessado em: 1 de outubro de 2021.

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://www.democracymatrix.com/>>. Acessado em: 1 de outubro de 2021.

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>>. Acessado em: 20 de novembro de 2022.

relação ao sistema político vigente, além do cerceamento de direitos políticos e liberdades individuais, apenas para mencionar alguns dos exemplos mais destacados.

Logo, apesar da forte carga ideológica desses índices e de suas limitações metodológicas, tendo em vista as suas evidentes arbitrariedades conceituais, assim como, os seus interesses geopolíticos revestidos de uma aparente neutralidade quantitativa e uma pretensa imparcialidade axiológica<sup>35</sup> (Bourdieu, 1998[1989]; Young, 1990), de certa forma, creio que essa informação é importante porque ela demonstra o fato de que essa temática não está restrita apenas aos circuitos teóricos e ativistas mais críticos, vinculados ao campo das esquerdas, em geral. Mas, também, atinge, ainda que sob outros pontos de vista, os interesses e as agendas de pesquisa ligadas ao *mainstream* da ciência política, na maioria das vezes, preocupadas apenas em restabelecer o modelo de dominação preexistente ao “tsunami” da crise, sem qualquer discussão aprofundada sobre às múltiplas contradições congênicas que o circunscrevem (Miguel e Vitullo, 2021; Moreira, 2020).

Essa realidade, afinal, tem interpelado até mesmo as democracias liberais tidas como “consolidadas”, “exemplares”, “estáveis” ou “modelares” pela literatura especializada, em sua maioria, localizadas nos países desenvolvidos do Atlântico Norte – como atestado pelo resultado do plebiscito do *Brexit*, que, no dia 23 de junho de 2016, ratificou a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), e, principalmente, pela inesperada vitória eleitoral do empresário bilionário Donald Trump, ao cargo de 45º presidente dos Estados Unidos, pelo Partido Republicano, em 8 de novembro desse mesmo ano (Ballestrin, 2018; Miguel, 2022). Outros acontecimentos e conjunturas, porém, também vêm sendo enquadradas como expressões elementares desse fenômeno político em âmbito global, apesar de suas especificidades geográficas e distinções temporais (Ballestrin, 2018, p. 149 e 153).

A emergência de uma “onda global de protestos” (Tavares e Pfrimer, 2020, p. 3), na esteira das respostas governamentais dadas ao *crash* do sistema financeiro, iniciado,

---

<sup>35</sup> Para não ser de todo injusto, vale ressaltar que, o relatório elaborado pelo *V-Dem* apresenta uma maior sofisticação analítica e interpretativa em relação aos demais, por pelo menos dois motivos. O primeiro é porque reconhece – e procura lidar com – o aspecto normativo do termo “democracia”, diferenciando, assim, a sua dimensão eleitoral da liberal, em termos de forma e conteúdo, dada uma variedade de atributos democráticos, por exemplo. Já o segundo é porque avança na caracterização dos processos de autocratização em curso, nos últimos anos, ao levar em consideração tanto a dimensão institucional, quanto social, dos regimes daí emergentes, enquadrados como autocracias eleitorais ou fechadas (cf. *V-Dem*, 2022, p. 13 e 34, respectivamente).

sobretudo, após a falência do banco estadunidense *Lehman Brothers*, em setembro de 2008, como a adoção de uma série de medidas de austeridade fiscal e de transferência direta de recursos públicos para investidores privados (Blyth, 2017[2013]; Varoufakis, 2016[2015]), em diferentes partes do mundo, por exemplo, tem sido interpretada como um dos principais indicativos desse processo mais amplo, de disputas em torno dos regimes e consensos democráticos, seja nos espaços institucionais de tomada de decisão, ou não (Ballestrin, 2022; Mendonça, 2018) – conforme atestado por eventos como a Revolução das Panelas na Islândia, a Primavera Árabe, que se iniciou na Tunísia, mas, posteriormente, tomou conta de outros países do norte do continente africano e do Oriente Médio, o movimento *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, os embates na Praça Syntagma em Atenas, o *Movimiento 15-M* na Espanha, Movimento dos Girassóis em Taiwan, as jornadas de junho de 2013 no Brasil, entre outros casos.

Se, por um lado, afinal, como afirmam os analistas, é difícil estabelecer uma única causa capaz de explicar a “geopolítica da indignação global” daí emergente (Bringel, 2015, p. 134, tradução própria), na medida em que ela articula, ao mesmo tempo, arranjos e processos políticos específicos, situados em escalas temporais e geográficas particulares, com questões estruturais relacionadas às contradições e crises inerentes ao próprio capitalismo, sobretudo em sua fase atual. É possível observar, por outro, o fato de que existem padrões compartilhados entre os repertórios de contestação mobilizados, visto que muitos deles aparecem vinculados aos “anseios por democratização” e ao “rechaço às políticas econômicas e sociais de inspiração neoliberal” (Tavares e Pfimer, 2020, p. 5), evidenciando, assim, a dimensão transnacional deste fenômeno (Ballestrin, 2022, p. 229).

Rodrigo Nunes (2022, pp. 10-12), dessa forma, considera, em sentidos próximos aos de Nancy Fraser (2015, p. 182), que, essa conexão que se estabelece entre a crise de 2007-8 e a “onda global de protestos”, observada, em particular, entre 2009 e 2016 (Tavares e Pfimer, 2020, p. 9), “não deriva”, necessariamente, “de um determinismo econômico simplista que supõe uma relação linear entre piora das condições de vida e aumento da mobilização social”. Trata-se, antes, “do entendimento de que, para além de seus efeitos materiais imediatos”, essa realidade pôs em perspectiva “um momento histórico em que a intensificação de algumas tendências mais deletérias do neoliberalismo coincide com uma crise de legitimidade deste último e, por extensão, de sistemas e partidos políticos que permanecem incapazes de colocá-lo em questão” (Nunes, 2022, p. 10).

O caso grego, sob esse aspecto, tem sido considerado exemplar, sobretudo quando comparado com outros países da zona do euro, em situação de aguda recessão econômica, tendo em vista a não aceitação, por parte das autoridades públicas do país, do resultado final do plebiscito convocado pelo primeiro-ministro à época, Aléxis Tsípras, líder do *Syriza*, no dia 5 de julho de 2015, a respeito da implementação, ou não, das condicionalidades requeridas para o recebimento da “ajuda” financeira de credores internacionais, como a própria UE, na figura do BCE, e outros agentes, tais como o Banco Mundial e o FMI, para o pagamento da dívida nacional – a chamada *Troika* (Varoufakis, 2016[2015], pp. 244-245 e 277). Na prática, afinal, a maioria do povo grego que participou do referendo negou a adoção das medidas de austeridade fiscal que estavam sendo “sugeridas” pelo mercado financeiro. Mas, ainda assim, elas foram implementadas, colocando em xeque a legitimidade da soberania popular (Miguel, 2022, pp. 26-27).

Na América Latina, por seu turno, para além do resultado do plebiscito ocorrido na Colômbia, em 2 de outubro de 2016, no qual 50,2% da população negou o histórico acordo de paz com as FARC-EP, proposto pelo governo de Juan Manuel Santos, após uma massiva campanha contrária, ancorada na desinformação e na difusão de pânico morais, como a noção de “ideologia de gênero” (cf. Junqueira, 2022), outros tantos eventos recentes, também, têm chamado a atenção dos especialistas (Ballestrin, 2018, p. 149; Miguel, 2022, p. 25).

Dentre eles, em geral, destaca-se a emergência do chamado “neogolpismo” (Silva, 2019, p. 94) ou “golpe parlamentar” (Santos, 2017, p. 157), isto é, uma forma de deposição ilegítima de presidentes democraticamente (re)eleitos que é relativamente distinta dos golpes militares que marcaram boa parte da conjuntura latino-americana durante o século XX, na medida em que prevalece certa aparência de respeito a legalidade instituída e/ou a atuação das Forças Armadas é relativamente coadjuvante, embora isso seja passível de discussão, dependendo das circunstâncias. Até onde se sabe, afinal, nos casos de Honduras (Manuel Zelaya, 2009) e da Bolívia (Evo Morales, 2019), a participação direta de setores das Forças Armadas é de difícil refutação. O recurso ao dispositivo do *impeachment*, por parte da oposição, nos casos do Paraguai (Fernando Lugo, 2012) e do Brasil (Dilma Rousseff, 2016), por outro lado, fez com que os respectivos processos de interdição e substituição de governos assumisse uma forma mais “constitucionalizada”, ao menos em termos de jurisprudência, daí a ideia de “golpe de novo tipo” (Miguel, 2022, pp. 26-27).

Apesar das diferenças entre si, no entanto, não há dúvidas de que essas rupturas institucionais colocaram em questão o funcionamento do sistema político e a trajetória recente dos regimes democráticos na região (Avritzer, 2019; Ballestrin, 2019). Os processos e resultados eleitorais, bem como a eclosão de vários protestos, em diversos países latino-americanos, desde então, são prova disso, visto que, eles têm evidenciado, cada qual ao seu modo, os padrões estruturais de seletividade das instituições políticas vigentes, em especial, na periferia do capitalismo (Miguel, 2022; Nobre, 2022).

Cumprir notar que, esse quadro, certamente, incompleto e parcial, além, é claro, de provisório, também, assumiu tonalidades ainda mais complexas, e, em certo sentido, profundamente distópicas – tal como um conto de Jorge Luis Borges (2009[1975]), ou um episódio de *Black Mirror* –, a partir de 11 de março de 2020, quando o diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, decretou a pandemia global do novo coronavírus, causada pelo SARS-CoV-2 (cf. Agamben, 2020; Davis, 2020).

Desde então, já foram registrados mais de 6 milhões de óbitos causados pela doença no mundo todo, sem contar a subnotificação. Países tão diversos entre si, como Estados Unidos, Índia e Brasil, lideram o *ranking* global de mortes. Coincidentemente, ou não, todos eles tinham a frente do poder Executivo nacional, ao menos durante o primeiro ano da pandemia, lideranças negacionistas de extrema-direita – Donald Trump, Narendra Modi e Jair Bolsonaro, respectivamente –, que, de diferentes formas, relativizaram os riscos da doença, assim como as medidas sanitárias indicadas, por epidemiologistas e agências de saúde especializadas, para a sua contenção – como o distanciamento social, o uso de máscaras e, mais adiante, o próprio esquema de vacinação (Finchelstein, 2020, pp. 10-14). Apesar disso, houve, felizmente, um refluxo significativo da taxa de mortalidade pela Covid-19, ao menos nos últimos meses, graças à vacina, ainda que os casos da doença não tenham cessado completamente e de tempos em tempos novas ondas de contágio em massa ganhem forma, dada a alta mutabilidade do vírus.

De todo modo, é certo que a emergência da pandemia de novo coronavírus representou um importante momento de inflexão na história do tempo presente (Žižek, 2020). Assim, embora muitas das consequências da pandemia ainda não sejam conhecidas, o fato é que as fronteiras artificiais e movediças entre o mundo real e o virtual, entre o espaço público e o privado, entre a política e a economia, e, no limite, entre a vida e a morte, foram aceleradamente redesenhadas desde então.

O regime de quarentena, enquanto principal forma de conter o avanço da Covid-19, em um momento em que sequer havia vacina, produziu efeitos em diferentes esferas e dimensões, impactando o mundo do trabalho e as dinâmicas de circulação e acumulação de capital (Antunes, 2022; Harvey, 2020), tanto quanto outros domínios da reprodução social, como as relações de cuidado, especialmente de crianças, idosos e doentes, em geral, ancoradas no trabalho não-remunerado, ou precariamente pago, realizado, sobretudo, por meninas e mulheres, dada a divisão sexual do trabalho, estreitamente vinculada ao modo como nós nos organizamos enquanto sociedade e, dessa forma, nos relacionamos uns com os outros no cotidiano (Biroli, 2020b). Ao mesmo tempo em que muitas das formas como sentimos e expressamos os nossos afetos, também, foram reconfiguradas frente a perda eminente e ao trabalho de luto daí emergente, bem como da intensificação do processo de digitalização das trocas interpessoais, tendo em vista a necessidade de distanciamento e isolamento social (Dunker, 2020; Homem, 2020; Nobre, 2022).

É possível afirmar, diante disso, que a pandemia causada pelo Covid-19 não só incidiu sobre uma série de dinâmicas sistêmicas e estruturais, ao potencializar muitas das desigualdades de gênero, de raça, de classe, de concentração de renda e dos circuitos de violências sociais preexistentes à emergência do novo coronavírus, por exemplo (Miguel e Vitullo, 2021). Mas expôs também, nesse mesmo processo, de forma latente, a vulnerabilidade humana e a interdependência concreta dos seres vivos, não apenas entre si, como em relação à natureza não humana (Biroli, 2020a), além dos diferentes aspectos e vetores, paralelos ou sobrepostos, que constituem a chamada “crise da democracia liberal” no século XXI, a despeito de seu desenvolvimento desigual e instável (Ballestrin, 2018 e 2022).

A crise da democracia liberal no século XXI, não obstante, vem sendo interpretada de diferentes formas, em estudos elaborados por pensadores das mais variadas orientações teóricas e filiações políticas, especialmente no âmbito da ciência e teoria política contemporânea. Essa crise, afinal, tem sido compreendida, por vezes, como o sendo o produto – e ao mesmo tempo a produtora – de um emaranhado de outras crises, ou, então, como sendo a expressão de uma crise geral ou de hegemonia, em virtude de sua multidimensionalidade e de seu caráter ambivalente e dinâmico. Além, é claro, de suas consequências catastróficas. Várias análises, sobretudo aquelas de caráter mais crítico, em consequência disso, têm ressaltado as suas distintas dimensões: civilizatórias,



conjunturais, culturais, ecológicas, econômicas, epistemológicas, humanitárias, materiais, objetivas, políticas, sistêmicas, simbólicas, sociais, subjetivas – e essa lista, certamente, não para por aqui (Ballestrin, 2022, p. 225; Fraser, 2020[2019], pp. 64-65; Przeworski, 2020[2019], p. 23), conforme discutido a seguir.

## **I.2 Um percurso pelo debate contemporâneo**

Os trabalhos acadêmicos dedicados ao tema da crise da democracia liberal no século XXI, de maneira geral, podem ser enquadrados em dois grandes grupos. O primeiro se encontra mais próximo ao *mainstream* da ciência política, tendo como foco central de análise aspectos e dinâmicas institucionais da política na construção de seus problemas e hipóteses. O segundo, por sua vez, aparece vinculado a uma teoria política de cunho mais crítico, na medida em que tenciona a “autonomia do político”, reivindicada, com tanto afinco, pelo novo institucionalismo, especialmente por aquele fundamentado nos pressupostos unidimensionais da chamada teoria de escolha racional, a partir da incorporação de questões usualmente tidas como exógenas ao campo político, ou seja, relacionadas às esferas econômica e social, em suas interpretações. Ao mesmo tempo em que assumem, de modo mais evidente, os seus parâmetros normativos e as suas perspectivas ideológicas.

Essa divisão, contudo, é mais esquemática e com fins propriamente analíticos. Existem, afinal, significativas variações e discordâncias internas em cada um desses grupos. Há, além disso, aspectos epistêmicos e alguns valores normativos – como é o caso da democracia, em particular – que permeiam e são compartilhados, de forma explícita ou implícita, por ambos os diagnósticos apresentados, mesmo que os prognósticos prescritos sejam bastante distintos, dependendo da abordagem em questão.

Isso significa que, embora essas questões não sejam algo secundário, muito pelo contrário, creio que o enquadramento adotado, neste capítulo, permite organizar “o estado da arte” em que o debate sobre a crise democrática no século XXI se encontra, por assim dizer. Daí o seu valor heurístico. Mas, de todo modo, deixo registrada a preocupação que se teve, aqui, de evitar certos reducionismos maniqueístas, ao tratar de um tema tão complexo como este. Estamos, ao que parece, afinal, frente a uma crise em tempos de *crises*.

### **I.2.1. A crise da democracia liberal desde o *mainstream***

Ainda no ano de 2015, o dossiê especial de comemoração dos 25 anos de publicação do renomado período internacional *Journal of Democracy* trouxe como título a pergunta: “Is democracy in decline?”. O questionamento proposto por si só é sugestivo de que, ao menos desde aí, já havia uma certa preocupação, ainda que não consensual, quanto ao futuro da democracia liberal por parte do *mainstream* da ciência política.

O cientista político e coeditor fundador da revista, Marc Plattner (2015, pp. 5-6), no texto de abertura do dossiê, não por acaso, ao recuperar os temas e discussões das edições comemorativas anteriores do periódico, chama atenção para a presença de uma certa desconfiança a respeito dos horizontes da democracia liberal no mundo, desde meados dos anos 2000, em contraposição ao otimismo vigente nos anos 1990, na crista da terceira onda global de democratização, em particular. Desse modo, embora o diagnóstico geral compartilhado, pelo menos até 2010, fosse de que as coisas não pareciam tão ruins assim, principalmente no contexto das “democracias estabilizadas”, o fato é que, pouquíssimo tempo depois, os questionamentos sobre se as democracias eleitorais ou liberais estavam, mesmo, entrando em um período de “recessão”, e, se sim, o por que disso, tornavam-se, cada vez mais, presentes (cf. Diamond, 2015; Levitsky e Way, 2015).

Plattner (2015, p. 6), naquele momento, então, considera que uma possível resposta para essas questões deveria englobar dois aspectos principais. O primeiro deles está diretamente relacionado com a forma institucional assumida pelos regimes considerados democráticos. Ou seja, para que o declínio da “democracia realmente existente” seja empiricamente comprovado, é necessário averiguar se, na prática, procedimentos formais e informais centrais para a manutenção deste regime político, como a realização de eleições livres e a vigência do Estado de direito, apenas para mencionar alguns de seus componentes centrais, estavam mesmo em vigor, e se sim, quais foram as mudanças que aconteceram, nos últimos anos, que são capazes de indicar uma inflexão no “jogo” democrático. Já a segunda, abarca uma dimensão mais subjetiva, na medida em que se relaciona com a legitimidade e atratividade [*attractiveness*] assumidas pelas normas, valores e práticas democráticas, entre as elites políticas e financeiras, em âmbito global.

Dáí que, de acordo com a sua análise, este segundo aspecto é indispensável para compreensão dos desafios atuais às democracias liberais, pois o autor entende que, no tempo presente, houveram mudanças significativas em relação à deseabilidade da democracia como forma de governo e de gestão dos conflitos, dada: “1) a crescente sensação de que as democracias avançadas estão com problemas em termos de suas performances econômicas e políticas; 2) a nova autoconfiança e aparente vitalidade de alguns países autoritários; e 3) a mudança no equilíbrio geopolítico entre as democracias e seus rivais” (Plattner, 2015, p. 8, tradução própria). Ao tratar desses três pontos, o cientista político, então, recupera algumas das questões trabalhadas em outros artigos do dossiê, destacando, assim, a relevância dessas interpretações, especialmente, por causa do *timing* em que elas foram propostas. Mas, ainda assim, a sua breve inserção no tema revela, sobretudo, muitas das limitações analíticas que perpassam boa parte dos diagnósticos sugeridos pelo *mainstream* da ciência política a respeito desse fenômeno.

É evidente que, no primeiro ponto mencionado, por exemplo, Marc Plattner (2015, p. 8) está se referindo aos impactos concretos da crise de 2007-8, como o aumento do desemprego, especialmente entre as pessoas mais jovens e recém formadas, e a adoção de uma série de medidas de austeridade fiscal por parte dos Estados nacionais (cf. Blyth, 2017[2013]). A sua argumentação, entretanto, não se preocupa em tratar da relação entre capitalismo e democracia como um problema democrático (Dahl, 2001[1998]; Wood, 2011[1995]). O autor, além disso, considera como “rivais”<sup>36</sup> da democracia países bem distintos entre si, como a Arábia Saudita, a China, o Irã, a Rússia e a Venezuela, mas não discute, de forma aprofundada, o por que disso e/ou se há, ou não, qualquer diferença substantiva entre eles, redundando, assim, em certa leitura caricata do fenômeno (Plattner, 2015, p. 9).

O seu foco, portanto, recaí mais em descrever o modo como essas “nações antidemocráticas” têm, na prática, contribuído para que a legitimidade da democracia liberal seja colocada em xeque no interior do sistema internacional (Plattner, 2015, p. 9), do que propriamente avaliar as contradições sistêmicas que constituem e são inerentes às “democracias realmente existentes” e/ou debater o que vem a ser enquadrado como sendo autoritário ou antidemocrático no século XXI. Talvez, por isso, a sua análise perca de

---

<sup>36</sup> Em suas próprias palavras: “A China não é a única potência não democrática assertiva. Rússia, Irã, Arábia Saudita e Venezuela também aprenderam uma com a outra e até mesmo cooperando diretamente para impedir o progresso da democracia” (Plattner, 2015, p. 9, tradução própria).

vista a reprodução de dinâmicas autoritárias e antidemocráticas no interior das próprias relações de dominação que constituem o ordenamento (neo)liberal hegemônico, desde o colapso do mundo ideológico bipolar, como um possível sintoma e/ou causa desse mal-estar, especialmente nos países do Sul Global (Ballestrin, 2018, p. 161).

A “recessão democrática” e o “ressurgimento autoritário”, por conseguinte, aparecem intimamente atrelados a mudanças na hegemonia política e econômica internacional, estabelecida no contexto pós-Guerra Fria dos anos 1990, sob a tutela dos Estados Unidos, frente ao fortalecimento geopolítico da China, sobretudo nos continentes asiático e africano, e as empreitadas militares da Rússia, em particular na fronteira com a União Europeia, tendo em vista a anexação da Crimeia pelos russos e a eclosão de um conflito armado no leste ucraniano, em 2014 (Plattner, 2015, pp. 9-10). Em olhar retrospectivo, o alerta quanto ao potencial destrutivo dos anseios bélicos de Vladimir Putin parece quase premonitório, dado o contexto atual de guerra na Ucrânia, após a invasão militar russa, no final de fevereiro de 2022. Mas, por outro lado, não há qualquer menção quanto a uma possível vitória eleitoral de um líder autoritário, como Donald Trump, no “coração” da democracia liberal. O autor, na realidade, conclui o seu texto dizendo que:

“Essa nova proeminência da geopolítica ameaça mudar as regras do jogo. Pode limitar a centralidade do equilíbrio interno de forças na formação das escolhas de regime de um país e aumentar as chances de que a imposição de força externa seja decisiva. Além disso, se o equilíbrio geopolítico parece pender para o lado dos autoritários, eles parecerão muito mais atraentes para muitos indivíduos e nações que buscam, acima de tudo, estar do lado mais forte. Nessas condições, a democracia perderia muito de seu esplendor. Onde ele se perdesse, haveria menos demanda para restaurá-lo. Não poderia mais se ter certeza de que o tempo ainda estaria do lado da democracia.

Este cenário sombrio está longe de ser predeterminado. Os autoritários têm muitas fraquezas (que aumentarão se a recente queda do preço do petróleo persistir), e a democracia tem muitos pontos fortes, incluindo a capacidade de autocorreção. Embora muitas vezes ela seja complacente e lenta para agir, a democracia também tem mostrado uma capacidade notável de responder a crises. Ela provavelmente estava em apuros mais profundos na década de 1970 do que hoje, mas se recuperou. Ela pode fazê-lo novamente. Mas primeiro os seus apoiadores devem realizar uma avaliação clara de seu declínio atual e convocar a determinação e a seriedade de propósito necessárias para revertê-lo” (Plattner, 2015, p. 10, tradução própria).

Esse desfecho, sem dúvidas, evidencia, de fato, uma certa inquietação quanto ao contexto democrático no século XXI. Mas, para além de certo otimismo pueril, é bastante evidente que essa preocupação aparece bem mais direcionada a contextos outros que não

os dos países do Atlântico Norte, isto é, da América do Norte (Canadá e Estados Unidos, é claro) e da Europa Ocidental (Alemanha, França e Reino Unido, em particular). O artigo de Larry Diamond (2015), sob esse aspecto, é exemplar.

Frente aos quarenta anos do início da “terceira onda” global de democratização, o sociólogo argumenta, com base nos dados da *Freedom House*, que, desde 2006, é possível observar “uma recessão democrática modesta, mas prolongada” no mundo (Diamond, 2015, p. 144, tradução própria). Assim, embora ele julgue não haver indícios suficientes de que seria possível aventar uma “terceira onda reversa”, tal como preconizada por Samuel Huntington (1991, p. 315), nem por isso, o declínio global da democracia eleitoral ou liberal deveria ser completamente subestimado. Em sua visão, na verdade, “há um perigo crescente de que essa recessão possa se aprofundar e se transformar em algo muito pior” (Diamond, 2015, p. 153, tradução própria). Esse “perigo”, porém, é identificado, especialmente, em países pobres e/ou em grandes nações com economias emergentes – muitas delas, inclusive, localizadas em regiões consideradas geopoliticamente estratégicas, como os casos da Indonésia e da Ucrânia, conforme mencionado sob o rótulo de “Estados oscilantes” [“*swing states*”] (Diamond, 2015, p. 144 e 153). Tal realidade, ao mesmo tempo, se interliga a outras questões.

Entre elas, ganha destaque e é aprofundada, sobretudo, a relação entre o desempenho das “democracias estabilizadas” e a recessão dos regimes democráticos liberais nos níveis nacionais e internacional. Os problemas nacionais enfrentados pelas “democracias consolidadas”, de acordo com Diamond (2015, p. 152), têm impactos significativos na garantia da estabilidade democrática em escala global, na medida em que a performance política e econômica desses países influencia, diretamente, a promoção efetiva das normas democráticas, no mundo como um todo:

“É difícil exagerar o quão importante a vitalidade e autoconfiança da democracia dos Estados Unidos tem sido para a expansão global da democracia durante a terceira onda. Embora cada país em processo de democratização tenha feito a sua própria transição, a pressão e a solidariedade dos Estados Unidos e da Europa, com frequência, geraram um significativo ambiente propício, e até mesmo crucial, que ajudou a inclinar situações delicadamente equilibradas em direção a mudança democrática e, em alguns casos, gradualmente em direção a consolidação democrática. Se essa solidariedade agora diminuiu muito, também diminuirão as perspectivas globais de curto prazo para reviver e sustentar o progresso democrático” (Diamond, 2015, p. 153, tradução própria).

O autoritarismo existente em Estados nacionais não-democráticos, como a China, a Rússia e a Venezuela, também é uma delas (Diamond, 2015, p. 151). Mas quanto a isso não falta otimismo na leitura do autor. Para ele, afinal de contas, esses regimes, logo mais logo menos, “enfrentarão seus próprios desafios” e crises internas, visto que as “mudanças de valores” em curso, produzidas pelo “desenvolvimento econômico”, pela “globalização” e pela “revolução informacional”, “vêm minando” a legitimidade instituída de “todas as formas de autoridade e empoderando os indivíduos”, na contramão dos padrões de dominação necessários para a manutenção do consenso social em torno dessa forma política particular (Diamond, 2015, p. 153, tradução própria).

O sociólogo, além disso, sustenta, com base nos dados do *Afrobarometer*, que, apesar do declínio ou estagnação no número de regimes democráticos eleitorais ou liberais, “não houve uma erosão significativa no apoio público à democracia”, pelo contrário. “Muitos africanos”, na sua visão, por exemplo, “entendem a importância da *accountability* política, da transparência, do Estado de direito e da restrição do exercício do poder, e eles gostariam de ver seus governos manifestarem essas virtudes” (Diamond, 2015, p. 153, tradução própria). O que ele depreende daí, então, é que:

“É vital que os democratas nas democracias estabelecidas não percam a fé. Os democratas têm o melhor conjunto de ideias. A democracia pode estar retrocedendo um pouco na prática, mas ainda é globalmente ascendente nas aspirações e nos valores das pessoas. Isso cria significativas novas oportunidades para o crescimento democrático. Se a atual e modesta recessão da democracia desembocar em uma depressão, será porque nós, nas democracias estabelecidas, éramos nossos piores inimigos” (Diamond, 2015, p. 154, tradução própria).

Cumprir notar que, nesse mesmo dossiê, os cientistas políticos estadunidenses, Steven Levitsky e Lucan Way (2015, p. 45), a partir de uma análise dos dados de quatro *surveys* distintos<sup>37</sup>, realizados entre 1990 e 2013, argumentam, na contramão dos dois autores anteriores, que, não há evidências empíricas robustas de que os regimes democráticos enfrentam uma recessão global, ou, mesmo, de que estaríamos diante de uma reemergência tão avassaladora assim do autoritarismo no interior do próprio sistema

---

<sup>37</sup> Levitsky e Way (2015, pp. 46-47) mobilizam os dados de *surveys* que foram realizados, nesse período, pelos seguintes institutos: *Freedom House*, *Polity IV*, *Economist Intelligence Unit* e *Bertelsmann Index*, respectivamente.

internacional, em que pese os casos da China e da Rússia, por exemplo<sup>38</sup>. O cenário contemporâneo, pessimista e emergencial, descrito em alguns estudos, para os autores, é, em certo sentido, bastante melancólico e, na prática, deriva de um otimismo excessivo, assim como de certa carga teleológica, presente nas análises e interpretações a respeito da chamada “terceira onda” global de democratização, especialmente durante a última década do século XX (Levitsky e Way, 2015, p. 45 e 48).

Para sustentar esse argumento, os cientistas políticos estabelecem uma divisão analítica da “terceira onda” em dois grandes períodos. O primeiro é situado entre a Revolução dos Cravos (1974) e a queda do muro de Berlim (1989), e envolve os processos de transição democrática em países localizados no Centro-Sul da Europa (Bulgária, Espanha, Grécia, Hungria, Polónia, Portugal, Tchécoslováquia) e na região da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai). Já o segundo, por sua vez, aparece vinculado ao imediato contexto pós-Guerra Fria, e trata das mudanças de regime em alguns países africanos e nas antigas repúblicas soviéticas, ao longo dos anos 1990.

Esse enquadramento, de acordo com os autores, é importante porque, na visão deles, as expectativas frustradas quanto ao porvir democrático, no momento atual, ao fim e ao cabo, são fruto de equívocos analíticos presentes nos estudos a respeito dessa segunda etapa da “terceira onda”. Isso, na prática, se deve ao fato de que esses trabalhos não foram capazes de apreender às diferenças contextuais entre esses dois momentos. Logo, muitas questões específicas ao primeiro período foram transpostas para o segundo, de forma quase que automática e voluntarista, sem que aspectos culturais, políticos e econômicos particulares recebessem a devida atenção. A tragédia dessa situação, segundo os cientistas políticos, se resume ao fato de que “a importante lição de que a democratização pode acontecer em qualquer lugar foi interpretada por alguns observadores como significando que ela *deveria acontecer em todos os lugares*” (Levitsky e Way, 2015, p. 50, grifos dos autores, tradução própria).

Assim, crises internas aos próprios regimes autoritários, provocadas “não pela pressão social pela democracia, mas sim por uma grave crise fiscal, fraqueza do Estado ou sua vulnerabilidade externa”, foram postuladas, sem grandes preocupações, enquanto

---

<sup>38</sup> Em seus próprios termos: “Tailândia, Venezuela e talvez Hungria estão sofrendo recessões democráticas. Mas as alegações de uma crise democrática mundial carecem de fundamento empírico” (Levitsky e Way, 2015, p. 48, tradução própria).

indícios que havia em curso uma avalanche democrática em potencial (Levitsky e Way, 2015, pp. 50-51, tradução própria). Esse quadro, no entanto, mudou significativamente, nas últimas décadas, na medida em que

“a recuperação econômica, a reconstrução do Estado e um ambiente internacional mais permissivo reduziram o nível de fraqueza e instabilidade autoritária que caracterizou grande parte da África, da antiga União Soviética e da Ásia durante o período inicial pós-Guerra Fria. Menos vulneráveis à pressão internacional, e com maiores receitas e Estados mais eficazes à sua disposição, autocracias altamente vulneráveis na década de 1990 conseguiram, em muitos casos, reconsolidar o poder” (Levitsky e Way, 2015, p. 52, tradução própria).

Daí, então, o argumento dos autores de que o diagnóstico a respeito da recessão democrática no século XXI deveria ser relativizado, afinal, diante dos dados de que dispunham, até aquele momento, parte significativa dos casos considerados como sendo capazes de corroborar as hipóteses de que a democracia liberal estaria em crise, por autores como Larry Diamond, citado no artigo, nem sequer haviam sido capazes de construir uma institucionalidade política ancorada, de fato, em princípios básicos da democracia eleitoral. Seria mais adequado, desse modo, entendê-los apenas como “momentos democráticos” efêmeros” (Levitsky e Way, 2015, p. 53, tradução própria), não como democracias em colapso. Ao contrário de sinalizarem uma crise, portanto, esses dados, na realidade, estariam indicando a “resiliência” dos regimes democráticos liberais, estáveis ou consolidados, “diante de uma paisagem geopolítica cada vez mais sombria”, marcada, ao mesmo tempo, pelo fortalecimento geopolítico da China e da Rússia em contraposição a uma perda de influência externa por parte dos Estados Unidos, em particular (Levitsky e Way, 2015, p. 56, tradução própria).

Ou seja, tudo isso para dizer que, o tema da crise da democracia liberal no século XXI, na prática, só ganhou a proeminência, ou mesmo a legitimidade, que tem hoje, enquanto agenda de pesquisa, no interior do *mainstream* da ciência política, sobretudo anglófona, a partir do ano seguinte, em virtude de dois eventos específicos – a polêmica vitória do *Brexit* no Reino Unido e a eleição inesperada de Donald Trump nos Estados Unidos, já mencionados antes.

Diversos livros sobre a “crise da democracia”, desde então, têm sido publicados por autores vinculados ao *mainstream* da ciência política e feito bastante sucesso no debate acadêmico e midiático, assim como no mercado editorial, nacional e internacional,



em geral – tanto é que alguns deles, inclusive, tornaram-se grandes *best-sellers*. Os seus títulos, não por acaso, fazem referências explícitas a metáfora da “vida” e “morte” das democracias liberais. Ou, ainda, mobilizam às noções correlatas de “ruptura”, “recessão”, “colapso”, “crise” e, até mesmo, “fim” dos regimes democráticos.

O mais famoso entre eles, certamente, é o *Como as democracias morrem*, publicado em 2018 e escrito pelos professores de ciência política, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, da renomada Universidade de Harvard – curiosamente, ou não, o primeiro deles é um dos autores, mencionados acima, que negou, pouco tempo antes, haver qualquer indício substantivo de que as democracias liberais estariam em risco no tempo presente. Mas há, de fato, outras tantas obras, ao gosto do freguês.

A tese trabalhada pelos cientistas políticos, neste livro, de modo geral, é que o enfraquecimento das democracias liberais está acontecendo de uma maneira distinta em relação aos padrões históricos observados anteriormente, tais como os casos dos golpes de Estado militares clássicos, ao estilo daqueles que ocorreram durante a Guerra Fria, em vários países da América Latina, por exemplo, na medida em que, na atualidade, a erosão das normas democráticas vem sendo concretizada a partir de dentro das próprias instituições políticas que deveriam protegê-las. Trata-se, portanto, de um processo gradual que, na prática, tem sido desencadeado pela captura e/ou questionamento das regras, formais e informais, que regem o jogo democrático, por parte de *outsiders* populistas, com tendências autocráticas, eleitos pelo voto popular. Isso significa que, para eles, “o retrocesso democrático hoje começa nas urnas” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 17).

Os autores, com base em uma abordagem comparativa, então, apresentam algumas das principais características capazes de identificar esses líderes demagogos autoritários, tais como a rejeição ou o questionamento das regras do jogo político, a negação da legitimidade de seus oponentes, a tolerância ou o incentivo à violência aberta, por meio de golpes armados, gangues e guerrilhas, ou mesmo, a propensão de restringir as liberdades civis dos adversários políticos, incluindo aí, a mídia e/ou outros grupos de pressão da sociedade, em geral. Cumpre notar, no entanto, que os autores afirmam que não é necessário que essas figuras *antiestablishment* apresentem todas essas características para que elas sejam consideradas uma ameaça real ao regime democrático. Apenas uma delas, na realidade, já é mais do que o suficiente para que as “grades de proteção” da democracia apertem os seus cintos e liguem o sinal de alerta (Levitsky e Ziblatt, 2018, pp. 33-34).

Dáí, então, os cientistas políticos entendem que os populistas:

“são figuras *antiestablishment* – figuras que, afirmando representar a “voz do povo”, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora. Os populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder “ao povo”. Esse discurso deve ser levado a sério. Quando populistas ganham eleições, é frequente investirem contra as instituições democráticas” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 32).

Esses populistas, na visão dos autores, porém, não têm sido eleitos simplesmente porque são capazes de mobilizar públicos insatisfeitos com o sistema político como um todo. Levitsky e Ziblatt, para além disso, consideram que os políticos profissionais, em geral, os partidos políticos, em particular, também têm a sua parcela de culpa nesse processo de erosão da democracia, na medida em que eles não foram capazes de impedir que esses autocratas se tornassem, de fato, candidatos competitivos e, posteriormente, fossem eleitos. Os autores, por conseguinte, não poupam críticas ao fato de que, no interior do partido republicano estadunidense, muitos políticos se juntaram ao trumpismo, de forma oportunista, a fim de tirar proveito de sua popularidade política e eleitoral, com base na esperança de cooptá-lo e/ou na confiança eterna de que as amarras institucionais seriam capazes de controlá-lo (Levitsky e Ziblatt, 2018, pp. 71-75).

Mas, apesar disso, ou por causa disso, os partidos políticos, assim como as lideranças partidárias, são entendidos, por eles, como sendo os principais “guardiões da democracia”, visto que, ambos são os responsáveis por barrar a ascensão desses *outsiders* populistas (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 31). Tais figuras, afinal de contas, quando chegam ao poder, passam a deslegitimar e subverter as regras do jogo democrático em benefício próprio, colocando em risco, então, o funcionamento do sistema de freio e contrapesos vigente. Ou seja, na visão deles, os “guardiões da democracia” têm, sim, que assumir com seriedade essa responsabilidade, tendo em vista a importância das normas políticas, sobretudo informais, para a manutenção da própria democracia:

“As normas são as grades flexíveis de proteção da democracia; quando elas param de funcionar, a zona de comportamentos políticos aceitáveis se expande, dando origem a discursos e ações que podem pôr a democracia em perigo. Comportamentos que outrora foram considerados impensáveis na política norte-americana estão se tornando pensáveis. Mesmo que Donald Trump não ponha abaixo as grades de proteção da nossa democracia constitucional, ele aumentou

a probabilidade de que um futuro presidente o faça” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 193).

De maneira mais específica, os autores chamam atenção para duas dessas normas informais, sendo elas: a tolerância mútua e a reserva institucional (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 103 e 107, respectivamente).

A primeira está relacionada com o chamado *fair play*, isto é, a importância de que os adversários políticos se respeitem mutuamente, dentro das regras do jogo, mesmo que discordem amplamente entre si. Já a segunda, por seu turno, diz respeito a importância de que os próprios atores políticos não assumam posições capazes de colocar em risco a reprodução do sistema político, pois, mesmo que elas não representem algo expressamente ilegal, determinadas ações podem ferir diretamente o espírito das leis. Ambas, para eles, nesse sentido, estão intimamente relacionadas entre si e não podem ser subestimadas. Lideranças populistas, hoje, afinal, têm estrategicamente deslegitimado os seus adversários políticos, na medida em que eles são vistos como inimigos ou traidores que conferem uma ameaça existencial e, ao mesmo tempo, utilizado das regras do jogo democrático a fim de minar a própria possibilidade de que o jogo da democracia se mantenha factível nos termos vigentes, dando margem, com isso, para a expressão de bravatas autocráticas – como discuto, pelos cientistas políticos, a partir do primeiro ano da administração de Donald Trump, em particular (cf. Levitsky e Ziblatt, 2018, cap. 8).

O foco nos Estados Unidos, contudo, leva os autores a especular, mais diretamente, três cenários possíveis de “morte lenta da democracia” pós-Trump. O primeiro deles é o fracasso do trumpismo e uma queda na popularidade do Partido Republicano. O segundo, por outro lado, é o sucesso do trumpismo e o agravamento da crise política. E o terceiro, que eles julgam mais provável, é o acirramento da polarização e radicalização política e social. Com o objetivo de evitar uma “democracia sem grades de proteção”, desse modo, Levitsky e Ziblatt (2018, pp. 215-218) advogam pela criação de uma ampla coalizão político-eleitoral em defesa da restauração e expansão das normas democráticas vigentes. Tal feito, para eles, é a condição necessária para que a possibilidade de recuperação da democracia, de fato, se concretize no país:

“Para salvar a democracia, os norte-americanos precisam restaurar as normas básicas que a protegiam no passado. Entretanto, é preciso fazer mais do que isso. Nós temos que estender essas normas por toda uma sociedade diversificada.

Temos que torná-las realmente inclusivas. Em seu âmago, as normas democráticas dos Estados Unidos, sempre foram saudáveis. Porém, por grande parte da nossa história, elas foram acompanhadas – com efeito, sustentadas – por exclusão racial. Hoje, é preciso fazer essas normas funcionarem numa era de igualdade racial e diversidade étnica sem precedentes. Poucas sociedades conseguiram ser multirraciais e genuinamente democráticas. Esse é o nosso desafio” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 218).

Mas vale destacar que, embora Steven Levitsky e Daniel Ziblatt reconheçam o risco que a figura de Donald Trump representa para a democracia tanto em uma perspectiva nacional como global, eles julgam equivocada a ideia de há um amplo e profundo processo de recessão dos regimes democráticos no mundo hoje, mantendo, assim, de certo modo, o argumento apresentado pelo primeiro autor e Lucan Way, no artigo mencionado antes:

“Antes da eleição de Donald Trump, afirmações sobre recessão democrática global eram exageradas. O número de democracias cresceu dramaticamente entre os anos 1980 e 1990, chegando ao auge em 2005 e permanecendo estável desde então. Retrocessos dão manchete e capturam nossa atenção, mas para cada Hungria, Turquia e Venezuela há uma Colômbia, um Sri Lanka ou uma Tunísia – países que se tornaram mais democráticos ao longo da última década. A vasta maioria das democracias do mundo – de Argentina, Brasil, Chile e Peru até Grécia, Espanha, República Checa e Romênia, passando por Gana, Índia, Coreia do Sul e África do Sul – permanece intacta. E embora democracias europeias possam estar enfrentando muitos problemas, de economias frágeis ao ceticismo da União Europeia e à reação anti-imigração, há pouca evidência em qualquer uma delas do tipo de corrosão fundamental de normas que temos visto nos Estados Unidos” (Levitsky e Ziblatt, 2018, pp. 194-195).

Já David Runciman (2018, p. 11), ao tratar do contexto contemporâneo, considera que a democracia liberal está diante de uma “crise de meia idade”. Isso significa que, o regime democrático já não funciona mais como observado outrora. Mas, ao mesmo tempo, não é possível deduzir daí que ele tenha chegado ao fim. Ou até mesmo descartar que existam possibilidades reais de adiamento desse final. Assim, se, por um lado, as democracias realmente existentes não morreram de fato, por outro, é importante se ter a consciência de que elas não voltarão mais a ser o que já foram um dia, mesmo que os desafios atuais sejam superados, afinal, “a história não anda para trás” e o “futuro será diferente do passado” (Runciman, 2018, p. 10 e 15, respectivamente).

Tal diagnóstico, é um desdobramento do seu entendimento de que:

“Os reformadores democráticos do início do século XX puderam se aproveitar das enormes folgas que havia no sistema. Havia espaço para o crescimento dos direitos, o crescimento da dívida, o crescimento do poder do governo nacional, o crescimento da base fiscal, o crescimento do sistema partidário, o crescimento do movimento trabalhista, o crescimento da sensação de confiança do povo no Estado. Havia espaço para o crescimento da democracia. Nada disso foi fácil, porque a política nunca é fácil (...) Hoje, o sistema não tem mais folgas equivalentes. A democracia não é mais jovem. Não há mais a sensação inebriante que predominava um século atrás, de um potencial vasto e ainda por realizar. As batalhas para aumentar os direitos dos cidadãos já foram travadas e em grande parte vencidas. O Estado arca com os custos da vasta gama de serviços públicos que se espera que forneça. Os níveis da dívida, tanto pública quanto privada, são altos. Os impostos talvez pudessem subir – já foram mais altos em alguns períodos, ao longo dos cem últimos anos –, mas o apetite popular por pagar um valor maior é extremamente limitado. A reação populista que vem acontecendo nas democracias estabelecidas ocorre em lugares que, já faz um bom tempo, fizeram o melhor que podiam com a democracia. As pessoas estão enfurecidas com as instituições que se mostram incapazes de dar respostas melhores, não porque sejam subdesenvolvidas, mas porque estão cansadas” (Runciman, 2018, pp. 79-80).

Runciman, nesse sentido, afirma que, apesar das semelhanças e paralelos dessa crise com àquelas observadas em outros momentos históricos, como a emergência dos fascismos, no período entreguerras, ou o golpe militar na Grécia, em 1967, a erosão democrática hoje não segue nenhum desses roteiros. Trata-se, na realidade, de um processo silencioso e gradual, arquitetado de maneira sutil, capaz de manter a aparência de normalidade, que pode se dar de diferentes formas, sendo que, em muitas delas, “a democracia não é o inimigo a destruir. Ela funciona como disfarce para a subversão, e por isso é amiga dos conspiradores” (Runciman, 2018, p. 51).

O cientista político enfatiza, portanto, que é necessário que as interpretações a respeito do tempo presente não se limitem ao que foi o passado. Não se trata, porém, de negá-lo. Mas de aceitar a novidade e o caráter contingente desse fenômeno, em particular, a fim de que a própria complexidade que o subjaz seja capaz de ser apreendida, tanto do ponto de vista teórico como político.

Um dos argumentos que o autor mobiliza para sustentar esse raciocínio é que as dinâmicas contemporâneas, especialmente em virtude do advento da internet e das novas tecnologias de informação e comunicação, têm se transformado de forma cada vez mais veloz. E, ao que parece, nem o campo político-institucional, nem mesmo a própria sociedade, parecem estar conseguindo acompanhar na mesma velocidade. O papel desempenhado pelos efeitos, materiais e simbólicos, produzidos pela “revolução tecnológica” na crise atual, desse modo, não são entendidos como sendo secundários pelo

autor, ao contrário. Ele, na realidade, entende que isso por si só já traz importantes singularidades ao tempo presente, especialmente quando levamos em consideração a lógica de funcionamento das redes sociais, em um contexto de insatisfação política crescente:

“A democracia moderna é cheia de falhas. Muitas pessoas se sentem ignoradas. Suas opiniões parecem contar pouco, e é raro seus representantes darem a impressão de algum interesse em ouvi-las. O populismo contemporâneo se alimenta dessa sensação de desligamento. Mesmo que as redes sociais não possam funcionar como substituto da democracia moderna, podem proporcionar maneiras tentadoras de tapar alguns buracos” (Runciman, 2018, p. 151).

Runciman chama atenção, nesse sentido, para o fato de que as novas tecnologias digitais estão sendo estrategicamente utilizadas por lideranças políticas populistas enquanto um mecanismo de manipulação das frustrações das pessoas com as próprias democracias. Isso tem se dado, em especial, por meio do uso de sofisticados sistemas artificiais, como os *bots* e *sockpuppets*, que difundem teorias da conspiração e informações falsas (Runciman, 2018, pp. 167-168).

O autor, nem por isso, ignora o modo como as redes sociais têm se tornado um importante espaço de socialização, inclusive política, na medida em que elas fornecem uma sensação de pertencimento e escuta, ao aparentarem serem espaços democratizados e, amplamente, participativos, na contramão da distante relação das pessoas comuns com os políticos profissionais, por exemplo. Mas, para ele, não se pode perder de vista que a socialização produzida nesses espaços também gera um clima de indiferença entre as pessoas. Além disso, Runciman não ignora que as redes sociais, e outros aplicativos similares, são gerenciadas por grandes corporações que, muitas vezes, vendem os dados pessoais dos usuários para outras empresas, e que isso tem sido mobilizado, também, como forma de controle social capaz de, a um só tempo, influenciar resultados eleitorais e enfraquecer instituições, valores e práticas democráticas. O autor, inclusive, cita o caso da empresa *Cambridge Analytica*, durante o pleito que deu a vitória a Trump, em 2016, a título de exemplo (Runciman, 2018, p. 166). Daí que, na sua visão,

“A imagem mental de espectadores e atores que domina as concepções modernas de democracia é humanística demais para a era digital. Esses sistemas de coleta de dados não passam de máquinas, e as máquinas não observam o mundo como os seres humanos – limitam-se a acumular informações. Significamos pouco para elas como indivíduos porque elas nem sequer nos veem como indivíduos –

somos apenas a entidade por acaso postada diante da tela. Pessoas assistem ao desempenho de outras pessoas. As máquinas as submetem a processamento. A ameaça à democracia não é a manipulação. É a indiferença” (Runciman, 2018, pp. 168-169).

Essa análise do cientista político ressoa, em certo sentido, a crítica feita por Shoshana Zuboff (2018[2015]) ao modo como a lógica da big data, ou da informatização da economia, gerida por empresas como a Google, tem sido utilizada, ao mesmo tempo, enquanto uma forma de gerar ou maximizar riquezas e de exercer controle sobre as condutas dos sujeitos em suas esferas mais íntimas.

Sob a lógica do “capitalismo de vigilância”, afinal, a autora considera que é possível observar a extração, mercantilização e/ou politização de dados disponíveis *online*, sem que isso, necessariamente, implique em um consentimento ou em uma prática deliberada por parte dos indivíduos que, muitas vezes, fornecem informações pessoais sobre suas vidas desconhecendo, na prática, o que será feito, ou o que pode ser feito, com elas, por exemplo. O que está em questão, em virtude disso, são os novos contornos assumidos pelos domínios daquilo que vem a ser reconhecido e regulamentado como público ou privado, em meio a um processo mais amplo de reestruturação do capitalismo e dos dispositivos de vigilância ativados a fim de se garantir a manutenção e/ou a criação de novas formas de dominação necessárias para a própria reprodução sistêmica do capital:

“Com a nova lógica de acumulação do capitalismo de vigilância, uma quarta mercadoria fictícia emerge como característica dominante da dinâmica do mercado no século XXI. A própria realidade está passando pelo mesmo tipo de metamorfose fictícia por que passaram as pessoas, a natureza e a troca. A “realidade” é agora subjugada à mercantilização e à monetização e renasce como “comportamento”. Os dados sobre os comportamentos dos corpos, das mentes e das coisas ocupam importante lugar em uma dinâmica compilação universal em tempo real de objetos inteligentes no interior de um domínio global infinito de coisas conectadas. Esse novo fenômeno cria a possibilidade de modificar os comportamentos das pessoas e das coisas tendo por objetivo o lucro e o controle. Na lógica do capitalismo de vigilância, não há indivíduos, apenas o organismo mundial e todos os elementos mais íntimos em seu interior” (Zuboff, 2018[2015], p. 56).

Apesar da pertinência dessa reflexão, entretanto, David Runciman não traz a discussão nesses termos, e apenas menciona, muito brevemente, a influência que a economia política exerce nesta crise de meia idade da democracia. O foco de seu trabalho, assim, é explorar, de maneira mais geral, a hipótese de que a crise de meia idade enfrentada pela democracia é uma crise daquilo que foi e não será mais. Uma crise que é

fruto de um processo de dissolução gradativa da própria democracia liberal. Ou seja, em poucas palavras, é uma crise da crescente incompatibilidade entre as demandas populares, as capacidades estatais de realizar tais demandas e, ainda, o risco eminente de catástrofes, ambientais e/ou nucleares, por exemplo. As lideranças populistas, para ele, então, têm mobilizado públicos, sim, por meio da disseminação de *fake news* e da manipulação deliberada de suas preferências políticas e eleitorais. Mas, frente a esse cenário, os populistas têm, também, canalizado às insatisfações das pessoas com a inaptidão do sistema político em concretizar as suas próprias promessas:

“A democracia não está funcionando bem – se estivesse, não veríamos esse retrocesso populista. Mas as tentativas de fazê-la funcionar melhor se concentram no que julgamos ter perdido, e não no que nunca chegamos a tentar. As discussões políticas giram em torno das ideias de recuperação e resgate – do Estado de bem-estar social, da Constituição, da economia, da nossa segurança, da nossa liberdade. Cada lado aspira a recuperar algo que lhe foi tirado. E isso ajuda a alimentar a disposição conspiratória. A tentação é sempre pôr no outro lado a culpa pelo que se perdeu – foram eles que roubaram! Os democratas deram cabo das liberdades constitucionais! Os republicanos acabaram com os direitos das minorias! A Europa roubou a soberania britânica! Os partidos do Brexit usurparam os direitos dos trabalhadores! Todas essas acusações se apresentam como defesas do resgate da democracia. Tentar algo novo pode ser uma experiência democrática coletiva. Resgatar alguma coisa que se perdeu é sempre parcial – e os perdedores procuram mais alguém para culpar” (Runciman, 2018, p. 80).

Nada disso, para o cientista político, no entanto, significa que esse seja o fim da democracia liberal. Trata-se, antes, do modo como ela está chegando ao fim (Runciman, 2018, p. 233).

O sociólogo Manuel Castells (2018[2017], p. 7), também, procurou contribuir para essa discussão a partir da hipótese explicativa de que a crise democrática atual é reflexo de uma “ruptura da relação entre governantes e governados”. Assim, ainda que o sociólogo aponte outras dimensões que constituem a crise contemporânea, como a econômica e ecológica, e reconheça que a crise se manifesta de diferentes formas a depender do contexto, ele interpreta que a sua face política é “mais profunda”, na medida em que ela expressa, ao mesmo tempo, os limites e as potencialidades da própria política, fundamentada em normas e instituições liberais, como uma atividade humana legítima e necessária, a fim de que os conflitos sociais sejam administrados.

O autor, nesse sentido, considera que a principal força motriz dessa crise é o “colapso gradual” do “modelo político de representação e governança” vigente, em



virtude de uma crescente insatisfação popular em relação ao modo como o funcionamento do sistema institucional estabelecido está ancorado em uma “distância crescente entre a classe política e o conjunto dos cidadãos” (Castells, 2018[2017], p. 10).

A eclosão de diversas manifestações e movimentos populares, ao redor do mundo, como o 15-M na Espanha, dessa forma, é descrita como um dos principais sintomas da crise atual. A crise democrática, por conseguinte, é entendida enquanto uma crise de legitimidade do sistema político liberal. Desde aí, Castells discute o fato de que o descontentamento e a desconfiança popular, em relação ao desempenho autônomo das instituições democráticas, têm como um de seus principais vetores a perda de credibilidade dos políticos profissionais e de suas respectivas legendas partidárias. Além dos diversos escândalos de corrupção política reportados e da ampliação de inseguranças e medos cotidianos, muitas vezes relacionados com os processos de globalização e financeirização, como a violência, a precarização do trabalho e o desemprego, por exemplo. Nos seus próprios termos:

“Em situação de crise econômica, social, institucional, moral, aquilo que era aceito porque não havia outra possibilidade deixa de sê-lo. E aquilo que era um modelo de representação desmorona na subjetividade das pessoas. Só resta o poder descarnado de que as coisas são assim, e aqueles que não as aceitarem que saiam às ruas, onde a polícia os espera. Essa é a crise de legitimidade” (Castells, 2018[2017], p. 14).

Frente a essa crise, Castells considera, então, que é possível observar o fortalecimento de regimes autoritários, de caráter autocrático, fundamentalista e/ou teocrático, em diversos países do mundo, como a China e a Rússia. Assim como, a emergência de novos atores políticos, na maioria dos casos de direita ou extrema-direita, mas não só, que vêm buscando, cada vez mais, conquistar o apoio político-eleitoral de amplos setores da sociedade civil, a partir da radicalização de seus discursos, fundamentados essencialmente em propostas *antiestablishment*.

O sociólogo chama atenção, no entanto, para o fato de que há diferenças significativas entre as críticas e propostas antissistêmicas oferecidas por atores como Donald Trump, um notório representante da *alt-right*, e o Podemos, partido de esquerda radical, por exemplo. Isso significa que, embora ambos ativem, de algum modo, certa rejeição popular ao modelo político liberal, o conteúdo de seus programas e as alternativas apresentadas distinguem significativamente entre si.

O trumpismo, em particular, assim como outros movimentos de extrema-direita semelhantes, segundo Castells, estão pautados em uma visão de mundo antidemocrática e intolerante, profundamente racista e xenófoba, contrária ao multiculturalismo e ao cosmopolitismo decorrentes do processo de globalização. Para o autor, então, esta forma específica de ver o mundo, na prática, se reproduz a partir do uso estratégico de técnicas de manipulação, tanto no âmbito das novas tecnologias digitais de informação e comunicação, por meio da propagação de *fake news*, como da instrumentalização de afetos específicos, com destaque para o medo, sobretudo em relação ao suposto “terrorismo” vigente no mundo ocidental, dada a capacidade que essa noção tem de mobilizar subjetividades e identidades políticas coletivas (Castells, 2018[2017], pp. 37-39).

Castells (2018[2017], p. 37), com isso, entende que “a desconfiança nos partidos e nas instituições, construídos em torno dos valores e interesses de outra época, deriva em uma busca por novos atores políticos nos quais seja possível crer” (Castells, 2018[2017], p. 37). Essa busca pela renovação dos quadros políticos e partidários, entretanto, não pode ser interpretada, de acordo com o autor, como sendo o resultado de “uma rejeição à democracia”, como ideal normativo, “mas à democracia liberal tal como existe em cada país” (Castells, 2018[2017], p. 8). A crise, nesse sentido, é entendida, por ele, muito mais como sendo uma crise da forma assumida pela democracia liberal do que propriamente do conteúdo emancipatório que subjaz o termo.

A análise apresentada por Yascha Mounk (2019[2018]), de certo modo, também compartilha desta percepção. De acordo com o cientista político, embora a desilusão dos cidadãos em relação à política, em geral, não seja algo completamente novo na história, o fato é que, no tempo presente, esse desencanto tem se direcionado para a democracia liberal, em particular. Na contramão do otimismo presente em certas interpretações, produzidas logo após o colapso do “socialismo real”, quanto ao futuro estável dessa forma específica de democracia, como o único sistema político legítimo, ao menos nos países ricos do Atlântico Norte, então, Mounk destaca, de forma pessimista e até mesmo saudosista, que a ascensão do “populismo autoritário”, na atualidade, é um sinal de que ela “corre perigo”:

“Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos das democracias liberais estava muito satisfeita com seus governos e o índice de aprovação de suas instituições

era elevado; hoje, a desilusão é maior do que nunca. Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver numa democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo; hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas; hoje, candidatos que violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam grande poder e influência” (Mounk, 2019[2018], p. 19).

A partir daí, o autor considera que a “desconsolidação democrática”, assistida hoje em diversas partes do mundo, decorre, em última instância, das contradições que constituem a conciliação contingente entre a democracia e o liberalismo, historicamente responsável por moldar as “democracias realmente existentes”, visto que, as “demandas do povo”, por um lado, têm apresentado traços “iliberais”, enquanto que, por outro, as “preferências das elites” têm se mostrado “antidemocráticas”. Essa realidade, para ele, tem levado a emergência de dois híbridos políticos disformes, sendo eles: a “democracia iliberal” e o “liberalismo antidemocrático”, especificamente (Mounk, 2019[2018], pp. 29-30).

As causas da crise, na visão do autor, têm origens variadas. Sendo assim, ele entende, por exemplo, que as novas tecnologias e os novos circuitos comunicacionais têm dado uma maior visibilidade para comentários e grupos extremistas, com perspectivas um tanto quanto radicais, contribuindo, assim, para a difusão e o fortalecimento de discursos de ódio, sobretudo, entre os jovens. A recessão econômica, além disso, é mencionada, na medida em que ela afeta diretamente o cotidiano dos cidadãos, produzindo, então, descontentamentos em relação à capacidade das instituições políticas de produzirem medidas efetivas capazes de atenderem as suas necessidades.

A existência de uma crise de identidade nacional e geracional, também, aparece no diagnóstico apresentado pelo cientista político, em virtude dos efeitos da globalização e do multiculturalismo cosmopolita, como uma ampliação dos fluxos comerciais e das pessoas, tanto quanto o distanciamento cada vez mais crescente entre o passado e presente. Não à toa, ele chama atenção para o fato de que, em grande parte, ideias autoritárias, tais como o ultranacionalismo xenófobo, partem de muitos jovens radicais que julgam, por exemplo, que a democracia pouco importa, mas, em contrapartida, nunca viveram em outra forma de governo.

O cientista político, então, considera, assim, que esse é o pano de fundo que tem contribuído para a emergência de lideranças populistas autoritárias, pois, os discursos

proferidos por elas têm conseguido captar as frustrações e os ressentimentos das pessoas em relação ao sistema político. Isso ocorre porque, em geral, o líder populista se apresenta como sendo um líder honesto, ou o autêntico representante dos interesses do povo ou, ainda, aquele que irá lutar pelo povo e para o povo.

Desse modo, na contramão da complexidade do mundo contemporâneo, ao apresentarem soluções fáceis para problemas que são de difícil solução, ao acusarem seus adversários e as normas institucionais de serem todos corruptos, essas lideranças têm aumentado o seu poder de influência na sociedade civil e subvertido as regras do jogo ao seu favor, ao ampliarem seus poderes. Por exemplo, ao questionarem as debilidades do sistema político, como o déficit de representação, eles propõem como solução a flexibilizando ou dissolução dos mecanismos de *accountability*:

“Os populistas afirmam ser a verdadeira voz do povo. Acham que toda a resistência a seu governo é ilegítima. E desse modo, com triste frequência, costumam ceder à tentação de silenciar a oposição e destruir os centros de poder rivais. É impossível compreender sua natureza sem admitir a energia democrática que os move — e, contudo, também é impossível estimar o estrago que são capazes de causar sem admitir com que rapidez essa energia pode se voltar contra o povo. A menos que os defensores da democracia liberal consigam se erguer contra os populistas, a democracia iliberal sempre corre o risco de degingolar numa perfeita ditadura” (Mounk, 2019[2018], p. 73).

Yascha Mounk, frente os riscos oferecidos por essas lideranças populistas, reafirma a importância do papel desempenhado pela construção de uma resistência coletiva capaz de dialogar com os cidadãos, levando, assim, em consideração, de fato, os seus interesses e necessidades. Afinal, ele julga que será um erro político se a oposição democrática ao invés de construir alternativas concretas ao cenário atual, apenas optar apenas por ficar apontando os erros dos populistas, criticando os seus eleitores ou ficarem subestimando os perigos eminentes que eles representam para a vida em sociedade.

Adam Przeworki (2020[2019], pp. 17-18), por seu turno, a partir de uma interpretação ancorada no marxismo analítico, argumenta que a crise democrática contemporânea “é um processo de decadência gradual (mas, em última análise substancial) dos três atributos básicos da democracia – eleições competitivas, direitos de expressão e associação assegurados por lei e Estado de direito”. Sendo assim, o autor parte de um entendimento de democracia, um tanto quanto minimalista, expresso em frases como as de que a “democracia é simplesmente um sistema no qual ocupantes do governo perdem eleições e vão embora quando perdem”, ou ainda, de que “a democracia

funciona quando alguma coisa está em jogo nas eleições, mas não quando coisas demais estão em jogo” (Przeworki, 2020[2019], p. 29 e 31).

Mas, nem por isso, ele deixa de reconhecer que a “coexistência do capitalismo com a democracia sempre foi problemática e delicada”, tendo em vista os efeitos antidemocráticos das desigualdades de renda. E tampouco perde vista que o processo gradual de desconsolidação da democracia, que ele descreve a partir da noção de “subversão reptícia”, isto é, o uso das “regras do jogo” como forma de minar a democracia por dentro de sua própria institucionalidade, pode, porventura, se desdobrar em algo como uma “autocracia, ditadura ou autoritarismo” (Przeworki, 2020[2019], pp. 13-14).

“A contingência e a incerteza”, para ele afinal de contas, “são aspectos inerentes a conflitos complexos”, como àqueles que têm se expressado em tempos de “crises da democracia” (Przeworki, 2020[2019], p. 77 e 20).

### **I.2.2 A crise da democracia liberal desde a teoria política crítica**

Do lado de cá, por sua vez, prevalece, em geral, uma compreensão mais abrangente da crise, na qual ganha destaque o esforço interpretativo de problematizar a relação de (in)compatibilidade entre neoliberalismo e democracia, a partir da mobilização de diferentes escalas temporais e geográficas, e de variados níveis de análise. Mas, afinal, o que é neoliberalismo?

“Neoliberalismo”, sem dúvidas, é um daqueles conceitos complexos e multifacetados, visto que ele pode ser definido e interpretado de diferentes formas, a depender da perspectiva teórica e da conjuntura em questão. Isso se deve, em linhas gerais, ao fato de que, desde as suas formulações iniciais, durante o Colóquio Walter Lippmann (1938), em Paris, e da fundação da Sociedade de Mont Pèlerin (1947), na Suíça, essa expressão tem sido alvo de uma série de debates e controvérsias, que vão desde às reflexões travadas no âmbito do campo disciplinar da economia política até os repertórios de movimentos e organizações populares anticapitalistas, como o famoso caso do movimento Zapatista no México, ao longo dos anos 1990. Essa realidade, não por acaso, tem contribuído para que a própria legitimidade do termo seja questionada, inclusive no âmbito acadêmico, uma vez que, por enquadrar e articular múltiplas dimensões fenomenológicas, a categoria “neoliberalismo” é, muitas vezes, acusada de

generalista e imprecisa, sendo alvo de muitas críticas e estigmatização (Andrade, 2019; Cahill et al, 2018).

Apesar disso, mais recentemente, sobretudo em virtude dos desdobramentos da crise financeira e fiscal global, iniciada entre 2007-8, diversos trabalhos na área das ciências humanas e sociais têm se dedicado a investigar e qualificar tanto a dimensão teórico-normativa desse termo, por meio da análise das obras de seus principais idealizadores, tais como Friedrich Hayek, Wilhelm Röpke, Karl Popper, Ludwig von Mises, Milton Friedman, Robert Nozick e outros, quanto compreender, com mais centralidade, a sua expressão histórica e conjuntural como prática concreta – o chamado “neoliberalismo realmente/efetivamente existente” [*actually existing neoliberalism*] –, a partir de estudos empiricamente informados sobre o seu desenvolvimento ideológico e institucional em temporalidades e territórios específicos (Andrade, 2019; Cahill et al, 2018; Callison e Manfredi, 2020).

A relação entre ambas, contudo, é complexa. Há, nesse sentido, diferentes paradigmas, ou enquadramentos, epistêmicos, igualmente relevantes, dedicados ao estudo do neoliberalismo, tendo em vista as profundas contradições inerentes ao próprio termo. Do ponto de vista analítico, no entanto, a partir de importantes trabalhos acadêmicos recentes, particularmente, preocupados em apresentar um mapeamento da – e sobre a – literatura especializada a respeito do neoliberalismo, é possível afirmar, com relativa segurança, que, de maneira geral, destacam-se, sobretudo, *duas* abordagens, perspectivas ou interpretações, sobre esse conceito, no debate intelectual travado pelas ciências humanas e sociais (Andrade, 2019; Cahill et al, 2018; Callison e Manfredi, 2020).

A *primeira* tem a economia política marxista como um de seus principais focos analíticos e parte de uma leitura estrutural inspirada no materialismo histórico dialético. O neoliberalismo, nessa chave explicativa, é entendido como sendo a expressão de uma nova fase ou etapa histórica do modo de produção capitalista. Esta, por sua vez, emerge diante da crise sistêmica dos padrões de acumulação de capital e de maximização dos lucros vigentes no período pós-Segunda Guerra Mundial (Andrade, 2019, p. 221; Cahill et al, 2018, p. 42; Callison e Manfredi, 2020, p. 11).

Desde aí, Perry Anderson (1996), por exemplo, afirma que o neoliberalismo, idealizado pelo economista austríaco Friedrich Hayek e demais membros da Sociedade de Mont Pèlerin, ainda na década de 1940, deve ser compreendido como sendo um

“fenômeno distinto do simples liberalismo clássico”, o chamado “*laissez-faire*”, dos séculos XVIII e XIX. Para o historiador, então, o neoliberalismo representa “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”, que foi edificada, em diferentes países do Atlântico Norte, ao longo dos “*trente glorieuses*” ou “anos dourados” do capitalismo fordista no pós-guerra (Anderson, 1996, p. 9).

O autor, dessa forma, chama atenção para a historicidade particular do processo por meio do qual a ideologia neoliberal se constitui enquanto hegemonia, sobretudo nos “países de capitalismo avançado”. A crítica teórica e política elaborada pelos teóricos neoliberais, segundo ele, afinal, obteve baixa adesão popular e angariou pouca legitimidade política, em particular, no que diz respeito aos supostos efeitos negativos atribuídos às formas vigentes de “regulação do mercado por parte do Estado” (Anderson, 1996, p. 10), no contexto de relativa estabilidade do *Welfare State* europeu e do *New Deal* estadunidense. Posto que, à época, o modelo de planejamento estatal centralizado, de tipo keynesiano, conseguia garantir uma alta taxa de crescimento econômico, além dos baixos índices de desemprego, por meio da ampliação dos gastos públicos, da redução da carga tributária, da adoção de políticas redistributivas e de proteção social, além da expansão na concessão de créditos, apenas para mencionar alguns exemplos.

Desse modo, apesar da “polêmica contra a regulação social”, levantada por Hayek e outros neoliberais, segundo a qual “o novo igualitarismo [...] promovido pelo Estado de bem-estar” seria responsável pela destruição “da liberdade dos cidadãos”, assim como “da vitalidade da concorrência”, ambas necessárias para manutenção da “prosperidade de todos” (Anderson, 1996, p. 10). O fato é que, de acordo com o autor, o neoliberalismo, como prática política concreta, só ganhou proeminência e iniciou o seu processo de institucionalização política nos países do Norte Global, no final dos anos 1970, em resposta ao contexto de “crise generalizada das economias de mercado”, marcada tanto por uma queda significativa das taxas de lucro, quanto por um aumento expressivo das taxas de inflação (Anderson 1996, p. 10).

A partir daí, então, Anderson considera que o um dos principais objetivos programáticos do neoliberalismo seria o controle da inflação e a recuperação das taxas de lucratividade, por meio da aplicação de políticas voltadas para a manutenção de um nível adequado de desemprego, redução do poder de organização e pressão dos sindicatos de trabalhadores e a contenção do aumento real do valor dos salários, por exemplo, a fim de

promover uma “reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise” (Anderson, 1996, p. 6).

Do ponto de vista econômico, porém, o historiador afirma que o neoliberalismo não obteve o êxito esperado, visto que, os processos de financeirização e globalização do capitalismo, por ele instituídos, em última instância, não foram capazes de superar ou até mesmo retornar aos lucros obtidos, anos antes, sob o arranjo fordista-keynesiano vigente nos países do Norte Global. No âmbito social, por outro lado, Anderson entende que é possível, sim, observar importantes conquistas por parte da doutrina neoliberal. Tal como a ampliação das desigualdades sociais, especialmente de classe e renda. Mas, de fato, para o autor, a sua principal conquista reside no plano político e ideológico. Ele, afinal, pontua muito fortemente que “o neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas” (Anderson, 1996, p. 12).

Dá que, o neoliberalismo é tido, pelo autor, como “um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (Anderson, 1996, p. 22).

David Harvey (2014[2005], p. 27, grifos do autor), por sua vez, considera que é possível apreender o neoliberalismo “como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder [*de classe*] das elites econômicas”. O geógrafo, contudo, explicita que compartilha dessa segunda interpretação sobre o processo de neoliberalização, especificamente. Pois, para ele, do ponto de vista empírico, “os dados sugerem vigorosamente que a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas” (Harvey, 2014[2005], p. 27).

Apesar disso, o autor não ignora a vinculação existente entre os valores normativos que constituem o “neoliberalismo como um projeto utópico” e as práticas concretas que levaram a implementação e, posteriormente, a consolidação do “neoliberalismo como um projeto político”. Sendo assim, Harvey (2014[2005], p. 20)



entende que o processo de neoliberalização das relações sociais e econômicas, em geral, está intimamente relacionado com a doutrina formulada por “economistas, historiadores e filósofos acadêmicos” que, no âmbito da Sociedade de Mont Pèlerin<sup>39</sup>, “se congregaram em torno do renomado filósofo político austríaco Friedrich von Hayek”, a partir de 1947. O geógrafo, porém, chama a atenção “para a tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global” (Harvey, 2014[2004], p. 29).

Essa “tensão criativa”, para ele, se expressa, de forma latente, por exemplo, na dissociação entre a retórica neoliberal de combate veemente às formas centralizadas de planejamento estatal e a cooptação e instrumentalização estratégica do aparato jurídico e repressivo do Estado, pelo próprio neoliberalismo, a fim de assegurar a propriedade privada e promover a lógica empreendedora da concorrência de livre mercado. Daí que, para o autor, “a prática da neoliberalização evoluiu de tal modo que se afastou ponderavelmente do modelo que a teoria [*neoliberal*] oferece” (Harvey, 2014[2005], p. 75).

Não custa lembrar que, esse processo de neoliberalização, em âmbito global, ganhou forma política-institucional, sobretudo, a partir das eleições de Margaret Thatcher, ao cargo de primeira ministra do Reino Unido, em maio de 1979, e de Ronald Reagan, para presidente dos Estados Unidos, em novembro do ano seguinte. Esses governos, afinal de contas, promoveram “a dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado” (Harvey, 2014[2005], p. 31), a partir da implementação de políticas macroeconômicas comumente enquadradas como parte constitutiva do repertório neoliberal, no Norte Global, como privatizações e terceirizações, desregulamentação e financeirização dos mercados, eliminação de barreiras fiscais, redução dos gastos e serviços públicos estatais, retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, defesa intransigente da propriedade privada, desidratação e controle dos sindicatos e dos movimentos de trabalhadores grevistas, entre tantas outras.

---

<sup>39</sup> A Sociedade de Mont Pèlerin é descrita por Perry Anderson (1996, p. 9) como “uma espécie de franc-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos”, criada com o objetivo de “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. Naomi Klein (2008[2004], p. 114), em sentidos próximos, considera que a Sociedade de Mont Pèlerin foi “o cérebro fiador da contrarrevolução” neoliberal.

Isso, no entanto, não significa que não tenham existido diferenças significativas entre eles nesse sentido. Segundo Perry Anderson (1996, p. 11), os governos de Thatcher, por exemplo, conseguiram colocar em prática o “pacote de medidas (...) mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado”, naquele contexto, é claro. O thatcherismo, não obstante, promoveu “uma revolução em políticas fiscais e sociais, e demonstrou imediatamente uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado social-democrata que se consolidara no país a partir de 1945”, a fim de dissolver “as formas de solidariedade social”, vigentes naquele contexto, “em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares” (Harvey, 2014[2005], p. 32). No caso de Reagan, por outro lado, em virtude do contexto da Guerra Fria, prevaleceu um neoliberalismo menos ortodoxo, especialmente no que diz respeito a “disciplina orçamentária”, visto que o presidente republicano “lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes” contra a URSS, dispondo, assim, de “gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana” (Anderson, 1996, p. 12), até então.

O primeiro experimento neoliberal, entretanto, não se deu no Norte Global. E tampouco foi empreendido por um governo democraticamente eleito, como nos casos anteriores – muito pelo contrário. Ele se deu, na realidade, durante a ditadura militar sanguinária liderada pelo general Augusto Pinochet (1973-1990), no Chile, instituída após o golpe de Estado contra o governo socialista democrático de Salvador Allende (1970-1973), no dia 11 de setembro de 1973. Diante da estagnação do modelo econômico de substituição de importações vigente no país, e em outros países latino-americanos, somada às altas taxas de inflação e ao colapso financeiro dos países de capitalismo central, o regime autoritário de Pinochet, fortemente influenciado pelos Estados Unidos, inclusive com apoio da CIA, foi o responsável por colocar em prática a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” (Anderson, 1996, p. 18). Isso ocorreu, ainda no final dos anos 1970, após “o general Gustavo Leigh, rival de Pinochet para o ocupar o poder, e keynesiano, ser afastado” da cúpula golpista, em virtude de suas críticas ao excesso de livre mercado preconizado pela doutrina neoliberal, especificamente (Harvey, 2014[2005], p. 18).

A partir de então, os chamados “*Chicago boys*”, alunos chilenos do economista estadunidense Milton Friedman<sup>40</sup>, professor da Escola de Chicago, com a ajuda financeira de credores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da cobertura coercitiva das forças armadas chilenas, a postos para reprimir toda e qualquer forma de resistência por parte da sociedade civil, orquestraram o primeiro laboratório concreto das políticas neoliberais, a partir da reestruturação da economia do país, sobretudo, por meio da revogação da reforma agrária aprovada pela Unidade Popular (UP), da privatização dos serviços básicos de seguridade social e dos recursos nacionais, públicos e naturais, além da desregulamentação do mercado interno e ampliação intencional das taxas de desemprego, em virtude dos incentivos fiscais sistemáticos às importações de bens e serviços essenciais, e da retirada de direitos constitucionais preexistentes. Assim, a “experiência pioneira” da doutrina neoliberal, conforme discutido por Naomi Klein (2008[2007], p. 116), constituiu-se, na prática, a partir de “uma aliança mutuamente influente entre um Estado policial e grandes corporações, que juntaram forças para combater (...) os trabalhadores —, e, com isso, aumentaram dramaticamente sua porção da riqueza nacional”.

Decorre daí, então, a ideia defendida pela autora de que o neoliberalismo, leia-se “capitalismo de desastre”, em seus próprios termos, nasce e se reproduz a partir da estratégia política do “tratamento de choque imediato”, da “terapia de choque”, ou então, da “doutrina de choque”, prescritas por Milton Friedman, em particular, “quando atuou como conselheiro do ditador chileno, o general Augusto Pinochet” (Klein, 2008[2007], p. 14). Sendo assim, a autora destaca que Friedman compreendeu a importância de se “aproveitar os momentos de trauma coletivo” a fim de “implementar uma engenharia social e econômica radical” (Klein, 2008[2007], p. 16). Pois, para ele, “a atmosfera de uma crise de grande porte oferece o pretexto necessário para invalidar os desejos expressos pelos eleitores e entregar o país nas mãos dos ‘tecnocratas’” (Klein, 2008[2007], p. 18).

A noção de “choque”, nesse sentido, chama atenção para o fato de que “essa espécie fundamentalista de capitalismo foi parida”, e ainda hoje se estabelece, mesmo que sob novos padrões, a partir da normalização da tortura, ou seja, de “formas mais

---

<sup>40</sup> Conforme descrito por Naomi Klein (2008[2007], p. 152), o economista estadunidense “identificava o seu papel no Chile ao de um médico que oferecia ‘conselhos técnicos ao governo chileno para ajudá-lo a erradicar uma praga’ — a ‘praga da inflação’”.

brutais de coerção infringidas tanto sobre o corpo político coletivo quanto sobre os incontáveis corpos individuais”, principalmente em contextos de crise ou desastre (Klein, 2008[2007], p. 28) – como foi o caso da invasão estadunidense ao Iraque, na esteira da “guerra ao terror” proclamada por George W. Bush, logo após os atentados ao World Trade Center, em setembro de 2001, apenas para mencionar um dos exemplos trabalhados pela autora e outros críticos, como Giorgio Agamben (2004[2003]) e Judith Butler (2019[2004]). Naomi Klein (2008[2007], p. 24), portanto, considera que, desde a sua origem, a “contrarrevolução neoliberal” buscou a “eliminação da esfera pública” democrática, por meio da concessão de “total liberdade para as corporações” e da institucionalização do “gasto social mínimo” no âmbito da gestão governamental dos recursos públicos. David Harvey (2014[2005]), no entanto, procura ir além.

Conforme explicitado, não escapa ao geógrafo a dimensão autoritária e antidemocrática do projeto neoliberal, tanto na teoria como na prática política. O autor, inclusive, chega a afirmar que a “preocupação neoliberal com o indivíduo põe em segundo plano toda preocupação democrática social com a igualdade, a democracia e as solidariedades sociais” (Harvey, 2014[2005], p. 190). Mas, ao propor uma análise do “neoliberalismo como um projeto político”, o geógrafo dá maior centralidade ao caráter contingencial da prática neoliberal, tendo em vista a sua capacidade de adaptação às circunstâncias conjunturais particulares sob as quais às disputas de interesses em torno dos recursos e diretrizes estatais ocorrem enquanto tais, por exemplo. Ou seja, antes mesmo de afirmar qual visão teórica da doutrina neoliberal é mais autêntica e “pura”, interessa ao autor compreender em que condições materiais se deu “a construção do consentimento político” em torno das ideias de autores como Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises ou Milton Friedman, tanto quanto os efeitos e transformações emergentes a partir daí (Harvey, 2014[2005], p. 49).

De maneira mais ampla, por isso, a sua análise ressalta o fato de que os “desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial têm sido [...] um processo muito complexo, que envolve determinações múltiplas e caos e confusão não negligenciáveis” (Harvey, 2014[2005], p. 19). Afinal, a implementação do neoliberalismo, “frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social” evidencia “o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e

arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto” aquilo que vem a ser o chamado “neoliberalismo realmente existente” (Harvey, 2014[2005], p. 23).

Assim, a defesa teórica do Estado mínimo, por exemplo, se mostra parcial e seletiva, para não dizer mentirosa, quando confrontada com o funcionamento concreto do neoliberalismo como modelo de acumulação de capital que visa “restaurar o poder de classe” (Harvey, 2014[2005], p. 26). Esse regime, em particular, é caracterizado pelo autor sob o prisma da “acumulação por espoliação”, isto é, “um conjunto de práticas bem distinto do da acumulação via expansão do trabalho assalariado na indústria e na agricultura” (Harvey, 2014[2005], p. 191), sendo elas: a privatização e mercadificação; a financialização; a administração e manipulação de crises; e, por fim, as redistribuições via Estado (cf. Harvey, 2014[2005], pp. 172-178).

Ou seja, o “neoliberalismo realmente existente” não preconiza uma simples redução do intervencionismo estatal frente a reestruturação dos processos produtivos e às transformações sociais nas próprias relações entre a maximização da acumulação de capital pelas classes dominantes e as divisões do trabalho existentes. Trata-se, na realidade, da defesa de uma forma específica de organização da própria gestão pública do Estado. A estabilidade monetária e a disciplina orçamentária, defendidas pelo neoliberalismo, por meio de suas reformas fiscais, como sendo necessárias para o restabelecimento da taxa de crescimento nos países capitalistas centrais e para a expansão dos mercados financeiros, cada vez mais globalizados, por exemplo, são estruturalmente dependentes dessa ampla reconfiguração das responsabilidades públicas assumidas pelos Estados nacionais. O geógrafo, sob esse aspecto, inclusive, ainda antes da crise financeira e fiscal de 2007-8, chama a atenção para o modo como “o poder do Estado tem sido usado com frequência para resgatar empresas ou evitar fracassos financeiros” (Harvey, 2014[2005], p. 83).

O neoliberalismo, na visão de David Harvey (2014[2005], p. 166 e 169), no entanto, não foi capaz de retomar ou superar as taxas de crescimento econômico observadas nos países do Norte Global, no período do pós-guerra, embora ele tenha sido responsável por restaurar ou reconstituir o poder de classe das elites dirigentes, a partir da ampliar os níveis de exploração e expropriação.

Há, assim, um ponto de contato entre esse raciocínio e o argumento defendido por Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014[2011]), segundo o qual as transformações

materiais promovidas pelo capitalismo financeiro globalizado, como a expansão do rentismo especulatório e a precarização do trabalho, produziram mudanças estruturais significativas nas dinâmicas de acumulação e valorização do capital a fim de reestabelecer as taxas de lucro vigentes no período do pós-guerra e o poder político e econômico das classes dominantes. Daí, então, o entendimento de que a “a base social do neoliberalismo pode ser assim descrita como manifestação do compromisso entre classes capitalista e gerencial, sob liderança dos capitalistas, ou seja, da direita” (Duménil e Lévy, 2014[2011], p. 344).

Os desdobramentos da expansão financeira do neoliberalismo, porém, são profundamente contraditórios. Ao mesmo tempo em que é possível observar um aumento significativo do endividamento dos cidadãos e do desemprego, os dados empíricos também mostram uma ampliação significativa da concentração de renda em contraposição a uma redução brutal dos salários e um endividamento crescente, tanto por parte do Estado como dos indivíduos (cf. Duménil e Lévy, 2014[2011], p. 114; Piketty, 2014[2013], p. 31 e 101). Essa realidade, não obstante, tem dado novos contornos aos conflitos e lutas de classe e às disputas em torno do papel que o Estado deve assumir a fim de garantir a manutenção da dominação capitalista.

Mas, apesar disso, David Harvey parece concordar com o diagnóstico final apresentado por Perry Anderson (1996, p. 22) e outros interpretes do neoliberalismo, de que, sobretudo após o colapso da URSS, “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey, 2014[2005], p. 13).

Wolfgang Streeck (2018[2013]), ao recuperar às teorias da crise do “capitalismo tardio”, desenvolvidas por alguns dos autores vinculados ao Instituto de Estudos Sociais (*Institut für Sozialforschung*) da Escola de Frankfurt, entre o final da década de 1960 e os anos 1970, também discute o modo como a estrutura de classes que organiza a ordem econômica e social capitalista, na prática, confere uma maior permeabilidade às demandas do capital sobre o domínio estatal, especialmente nos momentos em que os seus interesses e necessidades se encontram em crise.

Em sentidos próximos aos de Claus Offe (1984[1972]), então, Streeck entende que essa realidade se deve ao fato de que a reprodução financeira do Estado capitalista

depende, sobretudo, da arrecadação de impostos e investimentos dos “dependentes de lucro” (donos das empresas e dos setores industrial e financeiro). Isso significa que, esses segmentos das classes dominantes têm uma capacidade diferenciada de exercer controle e pressão sobre o escopo do Estado, em relação aos “dependentes de salário” (a maioria da sociedade civil), porque, na prática, a própria manutenção das instituições políticas precede de um orçamento público que é se constitui a partir dessas finanças. Sendo assim, os “dependentes de lucro” influenciam, de forma distinta aos “dependentes de salário”, tanto a prática política concreta do Estado capitalista, dado o custo de seu funcionamento, como a sua própria legitimidade.

A partir daí, o autor critica o fato de que as análises desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, embora tenham partido do corretor pressuposto marxiano de que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, passaram a considerar que as crises futuras do “capitalismo tardio” não seriam de sub ou superprodução, mas de legitimação. Ele considera essa leitura equivocada, porque, na sua visão, ela perde de vista o funcionamento sistêmico da economia política capitalista, visto que a capacidade estatal de garantir a sua própria legitimidade provém, sobretudo, dos recursos oriundos dos fluxos de capital, das trocas e dos rendimentos que são gestados no âmbito do mercado. Ou seja, o sociólogo e cientista político, nesse sentido, entende que, essas teorias

“reconheceram há quatro décadas, de forma diferente e mais perfeita que a maioria das outras teorias do capitalismo social da época, a fragilidade interna do mesmo. Não avaliaram corretamente, porém, suas causas nem, portanto, o rumo e a dinâmica de mudança histórica iminente. A abordagem dessas teorias excluía a possibilidade de ser do capital, não o trabalho, a retirar legitimidade do capitalismo democrático, tal como este tinha se desenvolvido nos *trente glorieuses*” (Streeck, 2018[2013], pp. 67-68).

Com base nisso, o autor analisa, mais especificadamente, a forma com que a ruína daquilo que ele nomeia de “capitalismo democrático” foi suplantada pela “revolução neoliberal”, a partir da era Thatcher-Reagan, ao passo em que o capital assumiu a linha de frente contra o pacto social vigente no período pós-guerra (Streeck, 2018[2013], p. 41 e 79).

O processo de dissolução do “capitalismo democrático” e a ascensão do neoliberalismo, isto é, a “restauração da economia como força coercitiva social” (Streeck,

2018[2013], p. 16), nessa perspectiva, são entendidos como uma consequência direta da perda de legitimidade do Estado diante do capital e seus porta-vozes.

Os “dependentes de lucro”, afinal, se mostraram cada vez mais insatisfeitos com a regulação e intervenção estatal, nos marcos do fordismo-keynesianismo, bem como com a capacidade de mobilização dos sindicatos e partidos políticos de trabalhadores, que vinham mobilizando grandes greves e ampliando direitos laborais. Posto que, ambos eram vistos como empecilhos para o aumento dos lucros e investimentos privados. Assim, com a perda de legitimidade estatal, diante da crise financeira e fiscal, iniciada nos anos 1970, a partir do fim do Sistema Bretton Woods, em 1971, que estabelecia os parâmetros de conversibilidade do padrão dólar-ouro, e os dois choques do petróleo, em 1973-74 e 1979, em particular, houve uma reestruturação do próprio Estado, sob o triunfo do neoliberalismo (Streeck, 2018[2013], pp. 74-78).

Esse período, para o autor, foi marcado por uma queda significativa da taxa de lucro das empresas privadas, tendo em vista um amplo processo de desaceleração da produção. Isso, contudo, se dava ao mesmo tempo em que as taxas de desemprego se mantinham baixas e as centrais sindicais fortemente organizadas. Em virtude disso, os conflitos distributivos passaram a aumentar. Desse modo, com o objetivo de contornar tal situação e garantir a permanência das diretrizes do capitalismo democrático, grande parte dos Estados passaram a aplicar uma série de medidas monetárias, principalmente, a partir da impressão de dinheiro. Em meados da década de 1970, contudo, essas políticas começaram a dar os primeiros passos de esgotamento, tendo em vista a crescente inflação e fuga de investimentos privados. As consequências desse processo, segundo o sociólogo, foram drásticas, principalmente, para os trabalhadores, por causa do aumento do desemprego e da inflação (Streeck, 2018[2013], pp. 79-81).

Sob pressão e com receio dos possíveis desdobramentos desses conflitos, então, os Estados passaram a assumir para si a responsabilidade de salvaguardar as consequências da crise financeira e fiscal, a partir da criação de série de medidas, como o seguro-desemprego e a aposentadoria. Para tanto, porém, foi necessário que eles comessem a contrair empréstimos cada vez maiores em bancos e empresas privadas. Mas, dado o aumento progressivo dos juros, essa atitude teve como consequência o crescimento endividamento público. A “revolução neoliberal”, frente a esse cenário, encontrou uma janela de oportunidade para a sua efetivação. Desde aí, uma série de medidas foram adotadas a fim de conter a dívida pública existente. Elas, no entanto, não



foram capazes de evitar, de fato, que a dívida pública continuasse aumentando. Streeck, por isso, entende que, com o objetivo de controlar o crescimento do endividamento estatal, visto que ele poderia levar ao colapso das fontes privadas de empréstimo, o capitalismo neoliberal passou, ao mesmo tempo, a defender o corte e/ou a redução de gastos e serviços públicos e a impulsionar o endividamento privado dos indivíduos, por meio da inclusão deles nos processos especulativos financeiros via concessão de créditos a juros baixos:

“A substituição do endividamento público pelo endividamento privado teve a cobertura política de uma nova teoria dos mercados de capitais, segundo a qual estes regulam a si próprios, não necessitando de regulação estatal, uma vez que os participantes dispõem, por definição, de todas as informações necessárias para evitar o surgimento de desequilíbrios sistêmicos. Isso parecia tornar exequível uma privatização dos serviços de interesse geral graças à contração de empréstimos – privatização essa que permitiria ao Estado abandonar definitivamente a responsabilidade pelo crescimento e pela proteção social, assumida depois da guerra e da qual o capitalismo sempre suspeitou, e devolver essa responsabilidade ao mercado e aos participantes dele, os quais se presumia serem racionais do ponto de vista axiomático. Então, a lógica da reforma neoliberal teoria chegou ao fim” (Streeck, 2018[2013], pp. 86-87).

Em uma perspectiva histórica ampliada, porém, o autor considera que tal premissa se mostrou falsa. A crise de 2007-8, em particular, evidencia o modo como o Estado tem assumido para si, ao invés de delegar ao próprio mercado, a responsabilidade de salvaguardar os interesses e as necessidades dos “dependentes de lucro”, dado que os bancos são vistos “como *“too big to fail”* – como ‘relevantes para o sistema’ – e, por isso, dignos de resgate, sobretudo com a ajuda de numerosos e influentes agentes seus nos aparelhos dos Estados” (Streeck, 2018[2013], p. 96).

O preocupante, para ele, assim, é que, cada vez mais, o agravamento da crise financeira e fiscal expressa o esgotamento das estratégias utilizadas a fim de garantir a manutenção de uma ordem capitalista senão democrática, ao menos com aparências. Como a expressão “comprar tempo” [*buying time*] denota, afinal, essas medidas são apenas responsáveis por postergar a emergência de um colapso sistêmico iminente, a partir da compra, literalmente, de uma estabilidade provisória e ilusória, pois, no limite, as soluções encontradas para amenizar a crise do tempo presente estão sempre entre as causas da crise do tempo futuro (Streeck, 2018[2013], p. 45).

O trabalho de Wolfgang Streeck, desse modo, evidencia as consequências da transformação neoliberal da democracia, na medida em que a transformação do Estado fiscal [*tax State*] para o Estado da dívida [*debt State*] tem como uma de suas consequências a redução dos controles democráticos sobre a economia política. A ampliação e concentração do poder de influência por parte do “povo do mercado” sobre o Estado endividado, afinal, tem levado a “uma *perda de poder* político da democracia de massas” (Streeck, 2018[2013], p. 99, grifos do autor). Isso tem gerado, na prática, uma “resignação política” por parte dos cidadãos que se reflete nos altos índices de abstenção eleitoral, ao mesmo tempo em que privilegia a ampliação de uma concepção de “justiça de mercado como justiça social” (Streeck, 2018[2013], p. 102 e 105, respectivamente).

A crise atual, nessa perspectiva, então, é interpretada enquanto fruto da relação de incompatibilidade entre capitalismo e democracia, que, hoje, tem assumido a forma de um “processo de *desdemocratização do capitalismo por meio da deseconomização da democracia*” (Streeck, 2018[2013], p. 55, grifos do autor).

Nancy Fraser (2015), também, contribui ao debate a partir de uma leitura crítica das teorias da crise do “capitalismo tardio” da Escola de Frankfurt. O objetivo de sua análise, no entanto, é discutir, mais diretamente, o modo como os conceitos de “crise administrativa” e “crise de legitimidade”, propostos por Jürgen Habermas (1973[2002]), podem nos ajudar a compreender a forma social que os conflitos intrínsecos entre as condições indispensáveis para a reprodução da acumulação primitiva de capital, de um lado, e as normas e instituições políticas necessárias para a manutenção da dominação de classe que a legitima, de outro, assumem, no tempo presente.

Segundo a cientista política, este trabalho de Habermas oferece importantes ferramentas analíticas para a interpretação da crise atual, na medida em que relaciona a “crise de legitimidade” enfrentada pelo sistema político liberal com às próprias contradições inerentes ao capitalismo. A partir daí, então, Fraser discute o modo como as crises administrativa e de legitimidade enfrentadas pelo “capitalismo estatalmente administrado”, a partir dos anos 1970, produziram não a superação da lógica do capital, mas sim, a sua reestruturação, na forma do “capitalismo financeirizado” (Fraser, 2015, p. 166 e 175, respectivamente, tradução própria).

De uma perspectiva sistêmica, então, a cientista política aponta uma relação direta entre o funcionamento do capitalismo, enquanto uma “ordem social institucionalizada”

(Fraser, 2015, p. 162, tradução própria), e a crise democrática contemporânea. Assim, embora a autora não perca de vista a emergência de novos padrões de intervenção e planejamento estatal em favor da ampliação dos interesses e das necessidades dos bancos privados e das instituições financeiras globais, ela entende que “a sociedade capitalista abriga uma contradição política endêmica e, portanto, uma tendência inerente à crise política” (Fraser, 2015, p. 165, tradução própria).

Isso significa que, na sua visão, o processo atual de atrofia ou erosão dos regimes democráticos em âmbito global não é acidental, ao contrário, “a desdemocratização é estrutural, embutida no DNA desse regime” (Fraser, 2015, p. 180, tradução própria). Ou seja, para a cientista política, “a crise da democracia demanda nossa atenção, então, tanto no que diz respeito à democracia como no que diz respeito aos nossos outros problemas”, tal como o capitalismo, característico do antropoceno, que é intrinsecamente dependente da contínua expropriação da natureza, da destruição de ecossistemas e da relativização e exploração da vida em prol da expansão e do fortalecimento dos interesses do capital financeiro e globalizado, por exemplo (Fraser, 2015, p. 189, tradução própria).

Assim, tanto para Fraser como para Streeck, não é possível tratar do tema da crise da democracia no século XXI, com a seriedade que ele merece, sem que o debate teórico e político sobre o capitalismo seja levado em consideração.

A obra de Colin Crouch (2004 e 2011), também, se aproxima dos trabalhos anteriores, na medida em que o autor considera a economia política como um dos principais elementos explicativos da crise contemporânea.

Ainda no início dos anos 2000, o autor desenvolveu uma análise não muito otimista em relação ao futuro da democracia, a partir do conceito de “pós-democracia”. Este termo, em poucas palavras, procura chamar atenção para o fato de que o campo político-institucional tem sido, cada vez mais, capturado pelo poder das grandes empresas globais. O prefixo “pós”, nesse sentido, é utilizado por Crouch (2004, p. 22) a fim de demarcar que, apesar de as instituições que constituem a democracia liberal permanecerem atuando, aparentemente da forma como previsto, o poder decisório e a capacidade popular de exercer influência sobre o mesmo, em geral, têm passado por um processo complexo de privatização.

Crouch, no entanto, não reduz o político ao econômico. O autor, na realidade, reconhece a multiplicidade dos eixos que estruturam a chamada pós-democracia. Em suas palavras,

“A ideia de pós-democracia nos ajuda a descrever situações em que o tédio, a frustração e a desilusão se estabelecem após um momento democrático; quando os interesses de uma minoria poderosa se tornam bem mais ativos do que a massa das pessoas comuns em fazer o sistema político trabalhar em favor delas; quando as elites políticas aprenderam a administrar e manipular demandas populares; onde as pessoas têm de ser persuadidas a votarem em campanhas publicitárias de cima para baixo. Isso não é o mesmo do que uma não-democracia, mas descreve um período em que nós, por assim dizer, emergimos no outro lado da parábola da democracia” (Crouch, 2004, pp. 19-20, tradução própria).

Trata-se, portanto, de um contexto no qual as grandes empresas globais têm restringido o poder dos Estados nacionais, de tal forma que, a própria legitimidade da administração pública tem sido tensionada, tendo em vista a erosão de princípios democráticos centrais, como a própria ideia de soberania popular. O processo político, afinal, aparece como sendo o resultado direto da interação entre os representantes eleitos e as elites econômicas. Ao mesmo tempo, essa realidade, também, tem contribuído para que as classes populares desempenhem um papel cada vez mais passivo e desinteressado em relação ao debate público, em geral, e a agenda política, em particular, na medida em que elas apenas reagem a questões pré-determinadas, que lhes são apresentadas sem grandes explicações e como sendo as únicas alternativas ou opções viáveis (Crouch, 2004, p. 4).

Outros sintomas, também, são destacados pelo autor. O horizonte da pós-democracia, segundo ele, é marcado pela difusão de um sentimento de desconfiança, desinteresse e, até mesmo, raiva por parte dos cidadãos comuns em relação aos atores e instituições políticas, sobretudo, em virtude da difusão de discursos antipolíticos que reduzem o fazer política às práticas de corrupção. A crescente abstenção eleitoral (cf. Streeck, 2018[2013], pp. 102-103), principalmente entre as pessoas mais pobres, também, é descrita como parte desse cenário, visto que elas não se sentem motivadas a participar do processo eleitoral e/ou representadas, de fato, nas instâncias formais de poder (Crouch, 2004, p. 19).

Do ponto de vista da representação política formal, recebe destaque, ainda, a perda de credibilidade dos partidos políticos em geral. Embora eles continuem sendo os

principais responsáveis pelo processo de recrutamento político, Crouch problematiza o fato de que é possível observar um distanciamento crescente das lideranças partidárias em relação à sua base militante e eleitoral, especialmente nos partidos de esquerda ou centro-esquerda (Crouch, 2004, p. 74 e 77). Ou seja, a profissionalização política, que marca a divisão do trabalho político, sob os moldes da governança neoliberal, ao ampliar a concentração de poder decisório e vincula-lo, mais diretamente ao poder econômico das grandes corporações, acaba por influenciar o processo de produção de identidades e demandas coletivas, tanto quanto deslegitimar e desestimular a própria participação política das classes populares, em particular (Crouch, 2004, pp. 12-13).

As mudanças na comunicação política, dada a potencialização do personalismo nas disputas político-eleitorais e da difusão das necessidades e dos interesses particulares das grandes corporações como questões universais pelos veículos de informação da grande mídia, além disso, são citadas como evidências desse movimento de comercialização e privatização de instâncias essenciais para a manutenção e qualificação do debate na esfera pública e, por conseguinte, da própria democracia (Crouch, 2004, pp. 24-26; Crouch, 2011, p. 164). Mas isso não é tudo.

Não foge ao autor os impactos das transformações no mundo do trabalho, postas em marcha pelo neoliberalismo, para o próprio desenvolvimento da pós-democracia, pelo contrário. O tipo de relação que se estabelece, desde aí, é que, com a flexibilização dos regimes de contrato e a difusão de novas técnicas e tecnologias no âmbito da produção de mercadorias, por exemplo, houve uma perda significativa do poder dos sindicatos e da identidade coletiva de classe que constitui a luta social contra a dominação capitalista, contribuindo, com isso, para o fortalecimento do poder de influência das elites econômicas, no âmbito do campo político-institucional, na medida em que, para o autor, a própria transição do período “pré-democrático” para o “democrático” esteve relacionada com a capacidade de pressão e resistência, por parte da classe trabalhadora organizada, em relação à lógica de regulamentação dos interesses do capital (Crouch, 2004, pp. 10, 45 e 66-67).

Assim, “sob as condições da pós-democracia, que cada vez mais cede poder aos lobbies empresariais, há claramente pouca esperança para uma agenda de fortes políticas igualitárias de redistribuição de poder e riqueza, ou para a restrição de interesses poderosos”, visto que, “um dos objetivos políticos centrais das elites corporativas é

claramente combater o igualitarismo” (Crouch, 2004, p. 4 e 52, respectivamente, tradução própria).

Crouch, ainda, afirma que a globalização neoliberal e a hegemonia do capitalismo financeiro têm contribuído para a internacionalização desse fenômeno, ao passo em que as grandes corporações têm exercido bastante influência sobre os processos políticos de diversos países e/ou regiões. Isso, na prática, tem ocorrido, principalmente, porque essas empresas têm optado por não investir em países periféricos que não oferecem um regime fiscal e uma legislação trabalhista e ambientalista que estejam em conformidade com as suas necessidades e interesses (Crouch, 2004, p. 33). Dada a divisão internacional do trabalho e frente ao cenário recente de retração das taxas de lucratividade e ampliação dos fluxos de capital, no entanto, o número de países que buscam se adequar a essas diretrizes vêm aumentando significativamente (Crouch, 2011, p. 174; ver tb. Harvey, 2014[2005], p. 41).

Colin Crouch, assim, também destaca o fato de que, sob os novos padrões de acumulação do capitalismo, houve um avanço significativo nesse sentido. O problema, para ele, porém, é que isso tem acontecido em detrimento da restrição ou fragilização de direitos e garantias democráticas universais. Ou seja, embora grande parte dos donos e/ou representantes dessas empresas não residam, paguem impostos ou mesmo votem em tais localidades, sua atuação política compromete diretamente o funcionamento da administração pública no âmbito nacional, especialmente em países emergentes e com regimes democráticos instáveis. Nada disso, contudo, deixa de ter o respaldo da formalidade democrática, uma vez que, são os próprios políticos profissionais, e seus respectivos partidos, que acatam e implementam tal projeto, por meio das instituições e normas vigentes (Crouch, 2004, pp. 45-46).

Esse processo, sem dúvidas, não tem se dado sem conflitos e resistências. Daí a importância de análises históricas, como a de Quinn Slobodian (2018), a fim de se compreender, na prática, o modo como a construção de instâncias internacionais de governança global, como o Banco Mundial, a OMC e o FMI, por exemplo, teve, desde o início, o objetivo de assegurar e promover instituições, normas jurídicas, discursos e valores vinculados aos interesses e as necessidades do mercado e da lógica de acumulação de capital, no âmbito político nacional, conforme prescrito pela Escola de Genebra.

O avanço da pós-democracia, portanto, não resulta de um processo espontâneo. Trata-se, antes, de um fenômeno político que está diretamente relacionado com a restrição da capacidade de pressão e influência das classes populares sobre o poder decisório dos Estados nacionais, que é promovida, de forma direta e/ou indireta, por essas instâncias internacionais de governança, com o intuito de salvaguardar o funcionamento do mercado e a mobilidade dos fluxos de capital, em âmbito global. Isso significa que, os novos padrões de seletividade das instituições políticas democráticas observados no âmbito nacional, em diferentes partes do mundo, sobretudo nos países de capitalismo periférico, segundo o historiador, não são frutos do acaso. O “globalismo militante”, que subscreve tais instâncias, na realidade, visa salvaguardar às condições necessárias para a reprodução do capital corporativo e financeiro, mesmo que, para isso, seja necessário limitar os principais mecanismos de exercício da democracia (Slobodian, 2018, p. 15, tradução própria).

Após a crise financeira e fiscal de 2007-8, não obstante, a hipótese explicativa de Crouch, segundo a qual, sob às condições da pós-democracia, “a economia democrática foi domesticada ao lado da democracia política” (Crouch, 2004, p. 10, tradução própria), ganhou tonalidades empíricas ainda mais robustas. Ao contrário do esperado, afinal, o neoliberalismo não apenas sobreviveu a esse episódio, mas saiu dele ainda mais fortalecido, tanto no campo econômico como no político. Desde aí, por conseguinte, tem se tornado mais evidente o fato de que, em virtude desse avanço do poder das grandes corporações globais sobre o aparato estatal, “a democracia se juntou ao mercado como uma espécie de vítima” (Crouch, 2011, p. ix, tradução própria).

O autor, assim como Nancy Fraser (2015, p. 161), considera que isso aconteceu porque as mudanças produzidas pelo neoliberalismo foram responsáveis pela restrição e reestruturação das capacidades estatais (Crouch, 2011, p. 15).

Essa realidade, no entanto, não é entendida, por ele, como sendo fruto apenas da implementação de normativas comuns ao receituário macroeconômico neoliberal, como a privatização de empresas estatais, por exemplo. A incorporação da lógica empresarial pelo setor público, que passou a guiar, inclusive, o processo de formulação e implementação de políticas públicas, também é destacada como parte importante desse processo, sobretudo, porque, a partir daí, o cidadão passou a ser visto como um típico consumidor privado de produtos ou serviços, contribuindo, assim, para criação e

reprodução de situações de mercado em diversos âmbitos da vida cotidiana (Crouch, 2011, pp. 21-23).

Esse último ponto, vale notar, ressoa um dos aspectos levantados por Michel Foucault (2008[2004], p. 165), em sua crítica ao neoliberalismo, na medida em que o filósofo francês critica o modo como a lógica econômica da concorrência passou a reger o funcionamento do Estado, da sociedade e dos próprios sujeitos, para além do próprio domínio do mercado, sob a égide da razão de mundo neoliberal, como será discutido a seguir.

Mas, seja como for, ganha centralidade na análise de Crouch, em particular, o fato de que a captura de bens e serviços públicos pelas parcerias público-privadas e a expansão dos mercados financeiros têm contribuído para que a dependência estrutural dos governos em relação ao capital privado aumente, visto que, ao fim e ao cabo, as mudanças introduzidas pelo neoliberalismo têm fornecido as ferramentas necessárias para que as empresas e instituições financeiras assumam funções que antes eram desempenhadas pelo Estado social no modelo keynesiano, conforme assinalado, também, por autores como David Harvey (2014[2005], pp. 86-87) e Wolfgang Streeck (2018[2013], p. 87). Ou seja,

“devido à crescente dependência dos governos em relação às habilidades e opiniões dos executivos de empresas multinacionais e grandes empreendedores, e da dependência dos partidos de seu financiamento, estamos caminhando para a formação de uma nova classe dominante, política e econômica, cujos componentes não só têm cada vez mais poder e riqueza, na mesma medida em que as sociedades se tornam cada vez mais desiguais, como também adquirem o papel político privilegiado que sempre distinguiu uma autêntica classe dominante” (Crouch, 2004, pp. 45-46, tradução própria).

Assim, se, no keynesianismo, a garantia da estabilidade econômica, elemento central para a manutenção do modelo democrático liberal, era uma das principais responsabilidades do Estado, no modelo neoliberal, ela é assumida, cada vez mais, pelas instituições financeiras e seus respectivos atores (Crouch, 2011, p. 98).

Isso tem se dado, na visão do autor, porque o consumo agora é majoritariamente fomentado pelos bancos, a partir da concessão de créditos para as pessoas mais pobres e de classe média, em contraposição à lógica keynesiana que fazia isso a partir do fomento de gastos governamentais. Esse sistema, que o autor nomeia de “keynesianismo privatizado” (Crouch, 2011, p. 114, tradução própria), por conseguinte, tem garantido a



expansão do poder dos mercados financeiros e dos donos das grandes corporações, na medida em que, agora, são eles que controlam a estabilidade econômica necessária para a manutenção da própria legitimidade do ordenamento estatal, intensificando, assim, a relação de dependência já existente entre a reprodução financeira do Estado e os investimentos privados. Não se trata, portanto, de uma simples redução do Estado sob o neoliberalismo. Mas de uma reestruturação de suas prioridades e realocação dos seus recursos (Crouch, 2011, pp. 167 e 170-171).

As transações financeiras, em consequência disso, estão se tornando cada vez maiores e menos regulamentadas pelos governos. Ao mesmo tempo, os agentes inseridos nos mercados de ações, direta ou indiretamente, têm assumido riscos crescentes em suas negociações. Afinal de contas, está implícito que, na prática, se algo der errado, o aparato estatal irá mobilizar todos os recursos materiais e simbólicos necessários a fim de garantir a sobrevivência deles. E, como a crise de 2007-8 é capaz de exemplificar, se tal lógica, de fato, existe, ela é verdadeira, posto que, “os bancos aprenderam a privatizar os ganhos e a socializar as perdas”, por meio da distribuição ou compartilhamento do risco de suas ações (Crouch, 2011, p. 101, tradução própria).

Na perspectiva de Colin Crouch (2011, pp. viii-ix), em suma, a economia política é central para a compreensão da crise democrática no século XXI, sobretudo, porque as grandes empresas globais e os mercados financeiros não são, simplesmente, um grupo de pressão que mobiliza seus interesses e perspectivas a partir de práticas como o *lobby*, por exemplo. Ambos, na realidade, tornaram-se atores políticos centrais, tendo em vista a sua capacidade de controle da agenda pública no âmbito nacional. E, paradoxalmente, apesar das múltiplas crises, as suas necessidades mais iminentes permanecem sendo as dominantes, sendo os custos disso, no entanto, a redução ou fragilização da própria democracia liberal.

Já a *segunda* abordagem assume um mais caráter pós-estruturalista. O seu ponto principal de partida são as reflexões desenvolvidas por Michel Foucault, durante um curso que o filósofo francês lecionou, no Collège de France, entre os anos de 1978 e 1979, intitulado *O nascimento da biopolítica*. Este trabalho, no entanto, foi publicado, postumamente, apenas no ano de 2004<sup>41</sup>. Desde aí, um profícuo campo de estudos

---

<sup>41</sup> No início dos anos 2000, gravações inéditas de diversos cursos e entrevistas de Michel Foucault foram transcritas e editadas por Michel Senellart sob supervisão editorial de François Ewald e Alessandro

críticos, a respeito do neoliberalismo, entendido como sendo uma forma específica de governamentalidade política, tem se desenvolvido, em diferentes partes do mundo, visto que boa parte deste material permanecia inédita, ao público em geral, até muito pouco tempo (Andrade, 2019, p. 218; Cahill et al, 2018, p. 42; Callison e Manfredi, 2020, p. 12).

Neste estudo, Michel Foucault (2008[2004]) procura dar sequência às suas investigações anteriores sobre as “artes de governar” e a “razão de Estado” presentes, sobretudo, no curso *Segurança, Território, População*, que tinha o objetivo geral de compreender quais foram as principais mudanças que aconteceram nas práticas de governo do “poder soberano” durante os processos de formação e consolidação dos Estados nacionais modernos na Europa. E como e/ou por que elas aconteceram.

Sob esse aspecto, Foucault considera que o processo de racionalização das práticas governamentais é o produto – e ao mesmo tempo o produtor – de um emaranhado de relações de saber-poder. O “governo”, afinal, na perspectiva trabalhada pelo filósofo, não se resume a um conjunto de instituições políticas, mas vai além, chegando a abarcar um conjunto de técnicas e tecnologias de gestão das condutas dos indivíduos e das populações. Interessa ao autor, portanto, “apreender a instância da reflexão *na* prática de governo e *sobre a* prática de governo” (Foucault, 2008[2004], p. 4, grifos no original).

Desde aí, a principal hipótese explorada, por ele, é que a “arte de governar”, que orienta a “razão do Estado, não corresponde apenas aos resultados finais das práticas governamentais reais e efetivas enquanto tais, mas que elas, também, estão intimamente vinculadas às múltiplas formas como essas mesmas práticas são pensadas, e disputadas, por diferentes *locus* de saber-poder. Para desenvolvê-la, então, o filósofo investiga, com base em uma ampla análise histórica, o modo como a racionalidade política própria do liberalismo e a “governamentalidade”<sup>42</sup> liberal foram constituídas, na transição do feudalismo para o capitalismo, para, somente depois, tratar das mutações sofridas por ambas diante da ascensão do chamado “neoliberalismo”, cuja gênese remonta ao Colóquio Walter Lippmann e a formação da Comissão Internacional de Estudo para

---

Fontana, e, posteriormente, publicadas pela Éditions du Seuil/Gallimard. O curso *Naissance de la biopolitique*, em particular, foi traduzido do francês para o inglês e o português somente no ano de 2008.

<sup>42</sup> De acordo com Thomas Lemnke (2017, p. 15), Michel Foucault utiliza este termo a fim de compreender “como a multiplicidade e a heterogeneidade das relações de poder são integradas e articuladas em mecanismos mais gerais que sustentam formas específicas de mando”. Isso significa que, o filósofo francês “não concebe a subjetivação e a formação do Estado como dois processos separados e independentes, mas procura compreendê-los a partir de uma única perspectiva analítica” (Lemnke, 2017, p. 17).

Renovação do Liberalismo (CIERL), ainda no final dos anos 1930, às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Assim, embora o próprio título do curso de 1978 e 1979 traga o conceito de “biopolítica”, ao resumi-lo, o autor reconhece que, na prática, ele “acabou sendo inteiramente consagrado ao que devia formar apenas sua introdução” (Foucault, 2008[2004], p. 431). Daí o porquê de, em uma das aulas, o filósofo ter afirmado que “tinha a intenção, no começo, de lhes falar de biopolítica, mas, sendo as coisas como são, acabei me alongando, me alongando talvez demais, sobre o neoliberalismo” (Foucault, 2008[2004], p. 257).

Ao longo de suas aulas, Michel Foucault destaca que, com a emergência do liberalismo, sobretudo no século XVIII, os processos de autoafirmação e autolimitação da razão de Estado passaram a ser orientados por um novo saber, sendo este: a economia política. O mercado, a partir de então, se torna um “polo de verificação”, ou seja, um espaço privilegiado na produção das normas que passam a conduzir e legitimar as práticas governamentais (Foucault, 2008[2004], p. 49). No início do século XX, porém, o filósofo observa que, essa forma específica de governamentalidade adentra em uma profunda crise, tendo em vista um aumento significativo no custo da manutenção do exercício das práticas liberais de liberdade. Em suas palavras,

“se é verdade que o mundo contemporâneo, enfim, o mundo moderno desde o século XVIII, tem sido incessantemente percorrido por certo número de fenômenos que podemos chamar de crises do capitalismo, será que não se poderia dizer também que houve crises do liberalismo, que, bem entendido, não são independentes dessas crises do capitalismo? O problema dos anos 1930 que eu evocava há pouco está aí para prova-lo. Mas a crise do liberalismo não é a projeção pura e simples, a projeção direta dessas crises do capitalismo na esfera da política. As crises do liberalismo, vocês vão encontrá-las ligadas às crises da economia do capitalismo. Vocês vão encontra-las também em defasagem cronológica a essas crises, e, como essas crises são geradas, como essas crises trazem reações, como essas crises provocam rearranjos, tudo isso não é diretamente dedutível das crises do capitalismo. É a crise do dispositivo geral de governamentalidade, e parece-me que seria possível fazer a história dessas crises do dispositivo geral de governamentalidade tal como foi instaurado no século XVIII” (Foucault, 2008[2004], pp. 94-95).

Frente a essa realidade, por conseguinte, Foucault identifica a emergência e/ou consolidação de “artes de governar” alternativas, como o fascismo, o Estado de bem-estar social e o “socialismo real”, por exemplo. Mas não só. O autor entende, ainda, que o neoliberalismo também emerge em reação a esse contexto mais amplo de crise da governamentalidade liberal. O neoliberalismo, emergente durante o período entreguerras,

por isso, é visto por Foucault como sendo o produto final de uma série de propostas dos chamados ordoliberalis alemães de Freiburg (Franz Böhm, Walter Eucken, Wilhelm Röpke) e dos neoliberais estadunidenses da Escola de Chicago (Friedrich Hayek, Gary Becker, Karl Popper, Ludwig von Mises).

O ordoliberalismo alemão, segundo o autor, “trabalhando sobre os temas fundamentais da tecnologia liberal de governo, procurou definir o que poderia ser uma economia de mercado, organizada (mas não planejada, nem dirigida) no interior de um quadro institucional e jurídico, que, de um lado, proporcionaria as garantias e limitações da lei e, de outro, garantiria que a liberdade dos processos econômicos não produzisse distorção social” (Foucault, 2008[2004], p. 438). Já o neoliberalismo estadunidense, por seu turno, “procura (...) ampliar a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos” (Foucault, 2008[2004], p. 439).

De maneira mais ampla, no entanto, referindo-se aos principais objetivos dessas doutrinas, Foucault destaca que uma preocupação comum entre elas era encontrar uma gramática normativa capaz de limitar as ações regulatórias, ou as formas de planificação, estatais, sobretudo, no que diz respeito ao campo da economia de mercado, sem, com isso, perder de vista, não só a importância, mas mesmo a necessidade, de que a engenharia governamental atue ativamente a fim de assegurar a manutenção e a reprodução das instituições e dos comportamentos humanos necessários para o funcionamento das situações de mercado. Sendo assim, “o problema do neoliberalismo é (...) saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (Foucault, 2008[2004], p. 181).

O que está em questão, para Foucault, nesse sentido, é que foi com base no diagnóstico de que a crise da governamentalidade liberal e todos os seus males, isto é, o fascismo, o Estado de bem-estar social e o “socialismo real”, em particular, são resultados diretos do como o aparato estatal regula o mercado, e não como sendo um problema do e/ou no funcionamento do mercado em si, que essas doutrinas reconstróem e redesenham a própria “razão do Estado” liberal. Isso significa que, na prática, o neoliberalismo coloca o “Estado sob vigilância do mercado em vez de um mercado sob vigilância do Estado”, na medida em que se torna “necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (Foucault, 2008[2004], p. 159 e 165, respectivamente).

Michel Foucault (2008[2004], p. 157), dessa forma, defende que, ao reprogramar o liberalismo, por meio de uma “série de golpes teóricos e analíticos”, os ordoliberalis e neoliberais sistematizaram, cada qual ao seu modo, um novo projeto de sociedade e uma série de novos dispositivos de controle e regulação dos corpos, dando origem, assim, a uma nova sociedade, isto é, a “sociedade empresarial” (Foucault, 2008[2004], p. 201). Para ambos, afinal de contas, torna-se urgente e necessário “fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (Foucault, 2008[2004]. p. 203).

O filósofo chama a atenção, nesse curso, portanto, para o fato de que o neoliberalismo não refunda apenas o papel do Estado, mas também influencia outras dimensões mais profundas e sistêmicas que organizam a gestão das populações. Isso se dá, para ele, por exemplo, ao passo em que o neoliberalismo vai redefinindo os parâmetros e os critérios responsáveis por delimitar e orientar tanto as práticas governamentais como as condutas dos sujeitos, incluindo aí as “condutas de si”, com base na lógica mercadológica da concorrência, em que “cada um deverá ser para si mesmo e para sua família, de certo modo, uma empresa” (Foucault, 2008[2004], p. 283).

A morte precoce de Michel Foucault, em meados de 1984, sem dúvidas, no entanto, contribuiu para que muitas de suas discussões preliminares a respeito da “governamentalidade neoliberal” permanecessem inconclusas, dado que este era um dos temas que ele ainda vinha trabalhando à época. Cumpre notar, além disso, que à época deste curso, o “neoliberalismo realmente existente” nos países do Norte Global, é claro, ainda dava os seus primeiros passos. Apesar disso, ou por causa disso, frente aos desafios teóricos e políticos impostos pelo tempo presente, em especial após a crise de 2007-8, diversos pesquisadores têm encontrado neste curso do filósofo francês, em particular, importantes *insights* analíticos, entendidos como sendo capazes de se fazer avançar na crítica aos padrões atuais do neoliberalismo. Afinal, como esse Estado opera? Quem é esse novo sujeito? Que sociedade é essa? Quais foram as consequências materiais e simbólicas dessa refundação ou reprogramação do liberalismo, iniciada a partir do Colóquio Walter Lippmann, para a política, em geral, e para a democracia, em particular?

Pierre Dardot e Christian Laval (2016[2009], p. 17), a partir das reflexões de Michel Foucault, por exemplo, também compreendem que o neoliberalismo é uma forma específica de racionalidade política que “tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de

subjetivação”. Daí que, para eles, a manutenção do neoliberalismo, apesar da crise financeira e fiscal, se deve, justamente, ao processo histórico de “desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade”, que subjaz essa razão de mundo (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 34).

Para os autores, portanto, “a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem ‘é governado’ à maneira como ele próprio ‘se governa’” (Dardot e Laval, 2016[2009], pp. 332-333). Posto que, ao se tornar uma normatividade prática, o modelo ou a “forma-empresa”, que estrutura e orienta esse “novo regime de evidências”, dá origem não só a um novo Estado, mas, nesse mesmo sentido, emerge, também, um novo sujeito (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 193).

A “reestruturação neoliberal do Estado”, segundo a dupla francesa, corresponde a um redirecionamento interno de suas próprias funções, na medida em que ele passa a introduzir a lógica contábil-financeira na própria administração pública (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 291). Ou seja, a partir daí, o aparato estatal não é mais responsável simplesmente por assegurar e promover a concorrência no âmbito das relações de contrato privadas que são no âmbito do mercado *stricto sensu*, ao contrário. O mesmo Estado, também, passa a auto regulamentar de acordo com o modelo de concorrência e eficácia empresarial típico da lógica dos mercados financeiros, sobretudo, a partir da submissão das normas do direito público ao conjunto de dispositivos jurídicos específicos do direito privado. Isso significa que,

“o neoliberalismo não procura tanto a ‘retirada’ do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a *transformação da ação pública*, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas” (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 272, grifos dos autores).

A edificação desse “Estado eficaz”, no entanto, se dá por meio da privatização da administração pública, limitando, assim, as prerrogativas democráticas do campo de ação do Estado, enquanto instituição formalmente responsável pela promoção de políticas universais capazes de assegurar proteções e serviços sociais necessários para a reprodução concreta da vida em condições dignas (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 273). A racionalidade neoliberal, como lógica normativa geral, porém, não se limita apenas ao

campo político-institucional, sendo possível observar, também, “consequências importantes nas condutas efetivas dos indivíduos” (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 243).

Os autores, em virtude disso, chamam atenção para um outro aspecto da dimensão produtiva do neoliberalismo, para além do Estado, que se expressa na formação de um novo sujeito. A subjetividade desse “sujeito-empresa”, em poucas palavras, é descrita “*pelo excesso de si em si ou, ainda pela superação indefinida de si*” (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 357, grifos dos autores). Em diálogo com a noção de “gozo” lacaniana, a dupla francesa problematiza, assim, o modo como a razão neoliberal opera por meio do “dispositivo do desempenho-gozo”, segundo o qual as fronteiras psíquicas entre prazer e desprazer se borram e convergem em uma busca incessante de superação e aprimoramento de si, não à toa, tal racionalidade tem produzido indivíduos depressivos, egoístas e ressentidos, dado que

“injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante, à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista de si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: ‘*Economics are the method. The object is to change the soul*’ [A economia é o método. O objetivo é mudar a alma]” (Dardot e Laval, 2016[2009], pp. 330-331, grifos dos autores).

O neoliberalismo, nessa perspectiva, não é responsável apenas por introjetar a lógica da concorrência dos mercados no interior do funcionamento estatal, mas também na esfera subjetiva. Ao fazer isso, contudo, ele compromete “*a lógica democrática da cidadania social*” (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 381, grifos dos autores), visto que, a competição generalizada tem contribuído para o enfraquecimento das instituições, práticas e valores democráticos, ao dissolver os laços de solidariedade interpessoal e o sentido de responsabilidade coletiva.

No que diz respeito a crise democrática atual, desse modo, Pierre Dardot e Christian Laval (2016[2009], p. 382) consideram que “não estamos lidando simplesmente com um simples ‘desencantamento democrático’ passageiro, mas com uma mutação muito mais radical, cuja extensão é revelada, a sua maneira, pela dessimbolização que

afeta a política. É por isso, então, que, para eles, “o neoliberalismo está nos fazendo entrar na *era pós-democrática*” (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 8, grifos dos autores):

“As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo. O sofrimento causado por essa subjetivação neoliberal, a mutilação que ela opera na vida comum, no trabalho e fora dele, são tais que não podemos excluir a possibilidade de uma revolta antineoliberal de grande amplitude em muitos países. Mas não devemos ignorar que as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas” (Dardot e Laval, 2016[2009], p. 9).

Daí a importância do debate sobre os efeitos desdemocratizantes do neoliberalismo, visto que a hipótese final da dupla francesa, de que as novas formas de subjetivação neoliberais poderiam levar a um fortalecimento de lideranças, movimentos e partidos políticos de extrema-direita, em diversas partes do mundo, por exemplo, parece difícil de ser refutada, sobretudo nos últimos anos, tendo em vista o recrudescimento de discursos e práticas autoritárias na esfera pública, em geral, conforme será discutido no capítulo a seguir.

Wendy Brown (2015), do mesmo modo que a dupla francesa, argumenta que o neoliberalismo não pode ser entendido, simplesmente, como sendo uma ideologia política, um conjunto específico de políticas macroeconômicas, uma reação das classes dominantes, ou ainda, como uma mudança pontual na relação entre os domínios do político e do econômico, tal como é colocado pelas abordagens marxistas, em geral, por exemplo. Trata-se, antes, em suas palavras, de “uma ordem de razão normativa que, quando se torna ascendente, configura uma racionalidade governante estendendo uma formulação específica de valores, práticas e métricas econômicas para todas as dimensões da vida humana” (Brown, 2015, p. 30, tradução própria).

Isso significa que, sob inspiração da obra de Michel Foucault, a cientista política também interpreta o neoliberalismo como uma racionalidade política responsável por transformar tudo e todos a partir da reprodução de uma imagem muito própria do domínio econômico. Assim, toda ação humana passa a ser fundamentada com base em uma



perspectiva economicista, ao passo em que todas as esferas da vida, para além do mercado, são enquadradas e mensuradas a partir de parâmetros empresariais, ainda que, tais esferas, na prática, não sejam diretamente monetizadas (Brown, 2015, pp. 30-32).

Daí que, ao difundir uma visão de mundo pautada nos valores do mercado, a racionalidade neoliberal tem contribuído para a intensificação da competição entre os indivíduos, por meio da produção de normas ancoradas na disseminação da ideia de que todos os sujeitos são empresas individuais e como tais devem agir racionalmente enquanto empreendedores em potencial. A autora, nesse sentido, enfatiza que o resultado desse processo de “economicização” de tudo e todos, ao fim e ao cabo, é a transformação dos sujeitos em capitais humanos preocupados, sobretudo, com a compra e venda de práticas empresariais de auto-capacitação e investimento em si, a fim de atrair investidores e os seus investimentos (Brown, 2015, p. 22 e 33).

As reflexões de Brown, no entanto, avançam em relação às demais análises, especialmente, a partir das críticas feitas aos limites interpretativos que ela observa nas aulas de Foucault sobre o neoliberalismo.

A cientista política considera que o filósofo francês, ao focar demasiadamente nas mudanças e tensões em torno do *homo juridicus* ou *homo legalis* e do *homo oeconomicus*, perde de vista, em sua crítica ao neoliberalismo, o fato de que a potencialização do *homo oeconomicus* tem como uma de suas contrafaces a dissolução e o enfraquecimento do “anêmico *homo politicus* da democracia liberal” (Brown, 2015, p. 35, tradução própria). Ou seja, ainda que a autora concorde com Foucault, tanto sobre a importância da esfera jurídica para a criação e a manutenção das relações econômicas de mercado que regem o neoliberalismo, quanto sobre a centralidade que o *homo oeconomicus* assume no interior da razão neoliberal, chegando até mesmo a afirmar que, sob a égide da governamentalidade neoliberal, “somos todos *homo oeconomicus* e apenas *homo oeconomicus*” (Brown, 2015, p. 33, tradução própria), em sua análise, ela procura ir além.

Brown, nessa perspectiva, problematiza o fato de que a racionalidade neoliberal, ao dissolver o *homo politicus* em favor da potencialização do *homo oeconomicus*, tem contribuído para a crise democrática atual, que ela entende como sendo um processo de desdemocratização, porque, na medida em que a “economicização” avança, é possível observar um comprometimento dos valores democráticos e uma modificação da própria

noção republicana de cidadania, que passa a figurar como um exercício de permanente investimento em si e não enquanto compromisso e engajamento público.

O que está em questão, para a autora, então, é que, ao ressignificar a normatividade política, com base na lógica contábil-financeira, por meio da difusão da ideia de que somos todos capitais humanos em permanente competição, a razão neoliberal aniquila o *homo politicus* e, nesse sentido, atenta diretamente contra as próprias noções democráticas de sociedade e de justiça social. O *homo politicus*, afinal, é “a criatura animada por e para a realização da soberania popular, assim como a sua própria soberania individual” (Brown, 2015, p. 86, tradução própria). Isso quer dizer que, na prática,

“como cada termo é realocado para a economia e reformulado em um idioma econômico, inclusão converte-se em competição, igualdade em desigualdade, liberdade em mercados desregulados e a soberania popular não é encontrada em lugar nenhum. Ali, comprimidos em uma fórmula, estão os meios pelos quais a racionalidade neoliberal esvazia a razão democrática liberal e um imaginário democrático que poderia exercê-la” (Brown, 2015, p. 42, tradução própria).

A partir daí, portanto, a cientista política julga que, frente ao avanço do primado do capital humano auto investidor, identidades coletivas, como trabalhadores, consumidores e, mesmo, cidadãos são profundamente enfraquecidas. Isso não significa que elas deixem de existir, ao contrário. Elas permanecem em voga, porém, conforme vão sendo reduzidas a propósitos de maximização econômica, elas se tornam cada vez mais isoladas umas das outras. De tal forma que, a própria noção de “povo” e o imaginário político pautado na soberania popular, que o subjaz, são erodidos:

“A economização neoliberal do político não apenas aliena os termos da justiça democrática de sua capacidade de contestar ou limitar o alcance dos valores e distribuições de mercado em todas as esferas da vida. A economização inverte essa capacidade em seu oposto ao fazer com que os termos jurídicos consagrem e confirmem os valores e distribuições do mercado (...) isso não sugere que a separação entre a vida econômica e política articulada pela democracia liberal significasse que essa forma de democracia nunca foi contaminada pelo capitalismo. A questão é simplesmente que, enquanto ela operasse em um registro lexical e semiótico diferente do capital, os princípios e expectativas da democracia liberal poderiam ser mobilizados para limitar as produções capitalistas de valor e distribuições de mercado; e elas poderiam gerar aspirações democráticas mais radicais. Quando esse outro registro se perde, quando os valores de mercado se tornam os únicos valores, quando a democracia é completamente transformada em democracia de mercado, o que desaparece é essa capacidade de limitar, essa plataforma de crítica e essa fonte de inspiração e aspiração democrática radical” (Brown, 2015, p. 208, tradução própria).

Mas, para além disso, Brown também tensiona a caracterização do *homo oeconomicus* feita por Foucault sob outros três aspectos, em particular.

A autora, em um dado momento, pontua a centralidade que a “lógica do sacrifício”, enquanto dispositivo de poder que constitui a razão neoliberal, exerce como forma de controle das condutas. Desde aí, Brown chama atenção, principalmente, para o fato de que a individualização que produz o *homo oeconomicus* é apenas parcialmente apreendida pela descrição de Foucault. Pois, ela entende que essa forma específica de subjetivação não se baseia pura e simplesmente na maximização da “lógica do interesse”, como presume o filósofo francês. Trata-se, também, da internalização de uma lógica do sacrifício pelos sujeitos.

O sacrifício, aqui, não se resume, no entanto, a sua face negativa, no sentido da “repressão” ou “castração”, ao contrário. A questão central, para autora, na realidade, é a própria dimensão produtiva do sacrifício. Interesse e sacrifício, assim, não são entendidos como faces opostas da mesma moeda. O sacrifício, afinal de contas, é muitas vezes, introjetado pelo indivíduo como sendo o único meio capaz de garantir a realização do seu próprio interesse. Esse interesse, entretanto, não é algo dado ou natural, mas socialmente formado. No contexto de primazia da razão neoliberal, então, Brown entende que os interesses individuais e nacionais passam a ser direcionados a fim de garantir a reprodução e maximização do capital, por meio da “economicização” da política e da transformação dos sujeitos em capitais humanos, mesmo que isso demande certo “sacrifício compartilhado”, seja pelo Estado e/ou pelos indivíduos (e suas famílias) – como é o caso das políticas de austeridade fiscal e de precarização das relações capital-trabalho (Brown, 2015, pp. 213-214).

Daí que, embora a razão neoliberal prometa a emancipação dos indivíduos das formas correntes de intervenção estatal, ela faz isso inserindo esses mesmos sujeitos em situações desiguais de mercado e os responsabilizando sobre a sua própria reprodução social, a partir da defesa de uma visão de cidadania, segundo a qual o sacrifício individual e/ou coletivo “voluntário”, em virtude de um “bem maior”, não é algo necessariamente negativo, posto que, na prática, os próprios cidadãos se veem como responsáveis pelo fracasso ou sucesso da sociedade gerida como um empresa (Brown, 2015, pp. 218-219).

Apesar disso, ou por causa disso, a adesão à lógica neoliberal do sacrifício, não pode ser vista como fruto simplesmente de uma escolha deliberada ou de uma postura passiva por partes dos indivíduos. Mas, também, de uma questão de sobrevivência, ao passo que os cidadãos se tornam meios e não apenas fins das normas orientadas pela racionalidade política neoliberal (Brown, 2015, p. 213).

Véronica Gago (2018[2014], p. 8 e 235), em virtude disso, destaca a existência de um “neoliberalismo desde baixo” ou “neoliberalismo de baixo de baixo para cima”, em que a lógica mercadológica própria da razão neoliberal é introjetada no cotidiano das pessoas, em suas relações mais íntimas, sobretudo, por meio do fortalecimento de dispositivos específicos de governança, como o endividamento via concessão de créditos a juros baixos, apoiado em um ideal meritocrático do empreendedor de si mesmo, que são apresentados e aceitos como imperativos de sobrevivência para indivíduos e/ou grupos sociais situados em determinadas classes ou frações de classe. Ao passo em que tal lógica normativa coloniza novas dinâmicas e territórios, como as “economias populares” ou “economias barrocas”<sup>43</sup>, contudo, ela também enfrenta resistências que a reconfigura em novas gramáticas (Gago, 2018[2014], p. 261).

Mas, além desse ponto, Wendy Brown, em diálogo com a crítica feminista, também questiona qual é o gênero do *homo oeconomicus* tratado por Foucault. Nesse ponto, a cientista política considera que, ao não se atentar para essa questão, o trabalho do filósofo francês perde de vista o modo como as condições necessárias para a manutenção das práticas de autovalorização do capital humano dependem, necessariamente, da manutenção da divisão sexual do trabalho (cf. Biroli, 2018, cap. 1). Essas práticas, afinal, demandam uma série de pré-condições e/ou recursos materiais e simbólicos que estão distribuídos desigualmente nas sociedades contemporâneas e que, muitas vezes, são produzidos a partir do trabalho doméstico e de cuidado, gratuito ou mal remunerado, realizado, sobretudo, pelas mulheres:

“A responsabilidade contínua das mulheres em prover assistência de todo tipo, dentro e fora do lar, significa que as mulheres ao mesmo tempo *requerem* a infraestrutura social visível que o neoliberalismo objetiva dismantelar por meio

---

<sup>43</sup> De acordo com a autora, “essas economias, antes consideradas como insignificantes e meramente subsidiárias, se converteram em territórios dinâmicos e atrativos para o capital, expandindo as fronteiras de sua valorização, unindo, desta vez, algo que parecia incompatível do ponto de vista do capital, ainda que já fosse realidade do ponto de vista dos setores populares: finanças, bairros periféricos e setores não formalmente assalariados” (Gago, 2018[2014], p. 249).

da privatização e *são* a infraestrutura invisível que sustenta um mundo supostamente formado por capitais humanos auto investidores de si mesmos. Portanto, a figura do *homo oeconomicus* não é simplesmente ilusória ou ideológica em sua negação das pessoas e práticas que constituem e sustentam a vida humana. Ao contrário, quando o *homo oeconomicus* se torna a verdade governante, quando organiza as leis, condutas, políticas, e os arranjos cotidianos, os fardos e a invisibilidade sobre aqueles indivíduos e práticas excluídos são intensificados” (Brown, 2015, pp. 106-107, tradução própria, grifos da autora).

O familismo, assim, torna-se um dispositivo de poder importante nesse processo de expansão da privatização do público e do social pelo neoliberalismo, visto que, a ênfase na família, como uma entidade privada e funcional, se complementa ao discurso neoliberal de desregulamentação do papel do Estado no fornecimento de proteções e serviços sociais públicos, gratuitos e de qualidade, como creches e escolas, na medida em que transfere para os indivíduos (e suas famílias) a responsabilidade sobre suas próprias vidas e reforça a necessidade de que essas mesmas vidas se mantenham produtivas, independentemente das condições materiais às quais estejam sujeitas, conforme explicitado pela famosa e emblemática frase de Margaret Thatcher, “não existe essa coisa de sociedade...o que existe são homens e mulheres, indivíduos, e suas famílias” (Brown, 2015, pp. 105-106; ver tb. Biroli, 2020b, pp. 223-226).

Discutir o gênero do *homo oeconomicus*, desse modo, é importante porque, na prática, “a liberdade proposta pela racionalidade neoliberal (liberdade de regulação do Estado e da provisão de necessidades) é literalmente invertida em novas formas de subordinação de gênero conforme as mulheres se mantêm como chefes provedoras de trabalho de cuidado não remunerado e pouco apoiado fora do mercado e são cada vez mais as fontes de renda única para si e suas famílias” (Brown, 2015, p. 107, tradução própria, grifo da autora).

Isso significa que, a reprodução da razão neoliberal não é neutra desde a perspectiva de gênero e também não independe das vivências e experiências cotidianas dos indivíduos, ao contrário. Conforme ela produz interesses e demanda sacrifícios, a partir da ampliação dos domínios do mercado a esferas não necessariamente ou exclusivamente econômicas, essa forma específica de racionalidade política também acaba por comprometer valores básicos e universais da democracia, como a ideia de igualdade, ao normalizar a superioridade de uns sobre outros, de acordo com determinados marcadores sociais da diferença, como classe, gênero e raça, por exemplo.

As desigualdades, em geral, e a desigualdade de gênero, em particular, então, são vistas como intrínsecas a razão neoliberal.

Brown, por fim, enfatiza que a análise de Michel Foucault tampouco conseguiu apreender o fato de que a reprogramação do liberalismo produzida pelo neoliberalismo constitui, em última instância, uma ruptura com o humanismo (Brown, 2015, p. 85).

A cientista política, nesse ponto, discute o modo como a gramática normativa que fundamenta a razão neoliberal, ao incentivar às práticas especulativas de constante auto investimento e autorrealização de si, produz uma forma social anti-humanista que desafia diretamente muitos dos valores ético-políticos, emergentes durante a modernidade iluminista, que são fundamentais para a manutenção e o aprofundamento das práticas e instituições democráticas. O neoliberalismo, dessa forma, é visto como “a racionalidade por meio da qual o capitalismo finalmente devora a humanidade” (Brown, 2015, p. 44, tradução própria). Esse ponto, em particular, traz um argumento bastante semelhante ao apresentado pelo filósofo pós-colonial Achille Mbembe (2017, s/p), para quem:

“A noção humanística e iluminista do sujeito racional capaz de deliberação e escolha será substituída pela do consumidor conscientemente deliberante e eleitor. Já em construção, um novo tipo de vontade humana triunfará. Este não será o indivíduo liberal que, não faz muito tempo, acreditamos que poderia ser o tema da democracia (...) Isso explica a crescente posição anti-humanista que agora anda de mãos dadas com um desprezo geral pela democracia (...) O capitalismo neoliberal deixou em sua esteira uma multidão de sujeitos destruídos, muitos dos quais estão profundamente convencidos de que seu futuro imediato será uma exposição contínua à violência e à ameaça existencial. Eles anseiam genuinamente um retorno a certo sentimento de certeza – o sagrado, a hierarquia, a religião e a tradição. Eles acreditam que as nações se transformaram em algo como pântanos que necessitam ser drenados e que o mundo tal como é deve ser levado ao fim. Para que isto aconteça, tudo deve ser limpo. Eles estão convencidos de que só podem se salvar em uma luta violenta para restaurar sua masculinidade, cuja perda atribuem aos mais fracos dentre eles, aos fracos em que não querem se transformar. Neste contexto, os empreendedores políticos de maior sucesso serão aqueles que falarem de maneira convincente aos perdedores, aos homens e mulheres destruídos pela globalização e pelas suas identidades arruinadas”.

Sendo assim, cumpre notar que a autora, também, chama a atenção para o fato de que, apesar de a racionalidade neoliberal ter se formado em oposição ao fascismo, é possível “notar convergências entre determinados elementos do fascismo do século XX e os efeitos involuntários da racionalidade neoliberal de nosso tempo” (Brown, 2015, p. 219, tradução própria). Isso não significa que, para ela, neoliberalismo e fascismo sejam a mesma coisa, ou que, naquele momento, a autora considere a possibilidade de ascensão

da extrema-direita a partir dos efeitos deletérios do neoliberalismo, como fará depois (cf. Brown, 2019). Trata-se, apenas, de uma crítica ao modo como “a valorização do produtivismo” e a ideia “de sacrifício por um bem maior com o qual todos estão comprometidos, mas do qual ninguém deve esperar benefícios pessoais” aparecem tanto no fascismo quanto no neoliberalismo, assim como, a “crescente desvalorização da política, do público, dos intelectuais, da cidadania educada e de todos os propósitos coletivos e solidariedades outras que não a nacional” (Brown, 2015, pp. 219-220, tradução própria). O foco analítico da crítica de Wendy Brown, porém, está no processo de desdemocratização em curso, produzido pela razão neoliberal, especificamente.

Daí que, de acordo com a sua interpretação, a desdemocratização não é fruto simplesmente da colonização das instituições políticas formais pelos interesses e demandas dos mercados financeiros globais. Isso, no entanto, não quer dizer que essa questão não seja considerada, por ela, como parte central desse fenômeno. E tampouco significa que a sua análise ignore o fato de que, historicamente, determinadas classes sociais sempre tiveram o acesso privilegiado às instâncias de poder decisório. Ou ainda, que ela perca de vista às disputas em torno das fronteiras entre o político e o econômico, e público e o privado, tanto no neoliberalismo como no próprio liberalismo clássico, por exemplo. As questões levantadas pela cientista política, no entanto, evidenciam, sobretudo, o papel desempenhado pela razão neoliberal como força desdemocratizante. Nessa perspectiva, ganha relevância o modo como a “economicização” da política tem provocado mutações significativas no ordenamento democrático liberal, ao moldar os sujeitos e instituições públicas como se fossem empresas, em permanente competição, na busca pela maximização econômica (Brown, 2015, p. 17).

### **I.3 Considerações finais ao capítulo**

A partir do debate apresentado, não há dúvidas de que a crise da democracia liberal no século XXI tem uma relação direta com a fragilização e/ou reconfiguração de formas mais consolidadas de organização política da sociedade civil, como os partidos e sindicatos, ou ainda, com os limites estruturais em torno dos modelos democráticos convencionais de representação política e delegação de poder, focados, especialmente, nos processos eleitorais, livres e periódicos, como principal meio de interlocução e responsabilização pública dos representantes, a chamada *accountability* vertical – como

apontado pela ciência política, sob o rótulo da “crise de representação política”, ao menos desde o final do século XX (Almeida, 2015; Miguel, 2014). Mas, como visto, ela não se limita a isso.

Esta crise, não por acaso, tem colocado uma série de desafios teóricos e políticos para a área das ciências humanas e sociais, em geral, e para a área da ciência política, em particular, tendo em vista o foco quase que exclusivo de suas análises, principalmente entre àquelas vinculadas ao *mainstream* da disciplina, apenas nas relações de poder que se dão no âmbito das instituições políticas, ignorando, ou então, pouco tematizando, assim, outras dimensões que, cada vez mais, aparecem como sendo centrais para a compreensão e o enfrentamento da própria crise (Ballestrin, 2018, p. 157 e 161).

O seu caráter multidimensional, afinal de contas, coloca em disputa o que é ou não é considerado como sendo “político” e, ao mesmo tempo, chama atenção para os limites explicativos de modelos analíticos pautados em uma visão de mundo dicotômica que, na prática, restringe ou segmenta o político e o econômico, o público e o privado, a razão e a emoção, por exemplo, como faces opostas e intransponíveis, deixando de lado as suas convergências e interconexões (Fraser, 1997 e 2020[2019]; Young, 1990).

Isso significa que, embora as dinâmicas institucionais sejam fundamentais para o entendimento da crise enquanto tal, o fato é que, na prática, esses espaços *não* estão dissociados das relações de poder que se dão em outras esferas sociais, e vice-versa. Daí, então, a importância dos estudos que não reduzem a crise contemporânea como sendo *apenas* uma crise da democracia liberal como um fim em si mesma, mas que, ao contrário, procuram compreender o modo como essa crise se relaciona com às demais crises observadas no tempo presente.

A crise enfrentada pelas democracias liberais no século XXI, assim, pode ser interpretada como um fenômeno que é a um só tempo histórico e sistêmico. Isso significa que, apesar do caráter estrutural do processo contemporâneo de atrofia ou erosão dos regimes e consensos democráticos, observado em diferentes partes do mundo, não se pode perder de vista o fato de que as dinâmicas conjunturais específicas, de cada país e/ou região, se relacionam de maneira distinta com esse mesmo fenômeno.

Desde aí, então, Luciana Ballestrin (2018), destaca que as interpretações e hipóteses explicativas sobre a crise democrática contemporânea produzidas nos países do Norte Global, em geral, não podem ser, simplesmente, transpostas, de forma acrítica, a



fim de explicar o modo como esse movimento de restrição e esvaziamento da democracia liberal tem se expressado nos países do Sul Global, em virtude das diferenças históricas entre os padrões de desenvolvimento das normas e instituições liberais nas diversas partes do mundo, por exemplo.

Não se trata, porém, de negar a importância dessa literatura, ou de afirmar que não existem semelhanças entre tais realidades, pelo contrário. Mas, segundo a cientista política, cumpre observar que esse quadro analítico “dispõe de um anglo-eurocentrismo metodológico e um liberalismo ideológico particulares e não necessariamente extensivos à escala global”. Sendo assim, “a ampliação do repertório explicativo dessa literatura exige a compreensão dos paradoxos conceituais, experiências históricas e especificidades contextuais colocadas pelas sociedades pós-coloniais”, “onde a própria noção de democracia liberal esteve em grande parte ameaçada pelo autoritarismo, desigualdade e violência” (Ballestrin, 2018, p. 150 e 161, respectivamente).

Luis Felipe Miguel (2022, p. 28) também assinala o “viés eurocêntrico” dessas análises, tendo em vista o fato de que a temporalidade utilizada por elas, em geral, parece ignorar o modo como o “auge” do chamado “capitalismo democrático”, durante os *trente glorieuses*, se deu em paralelo às “sangrentas guerras de descolonização na África e na Ásia” e aos “golpes de Estado, ditaduras militares, violação em massa de direitos humanos e concentração de riqueza” nos países latino-americanos. Nesse sentido, o cientista político afirma que essas teorias “iluminam apenas de forma parcial e enviesada os processos em curso nos países do Sul” (Miguel, 2022, p. 75).

Não escapa ao autor, ainda, o modo como a crise democrática se relaciona com os próprios limites intrínsecos ao modelo democrático hegemônico vigente, como a impermeabilidade de determinadas demandas populares no campo político, o poder de veto das classes dominantes sobre o funcionamento democrático e a manutenção de violências e desigualdades estruturais, sobretudo nos países de capitalismo periférico. Daí que, para ele, a chamada “desdemocratização leva as democracias do Norte a se tornarem mais parecidas com as velhas democracias limitadas do Sul” (Miguel, 2022, p. 94), reforçando, assim, a hipótese levantada por Aníbal Pérez-Liñan (2017, p. 45, tradução própria), segundo a qual, “como nunca antes na história moderna, os dilemas dos países centrais se aproximam hoje aos da periferia”.

Ao que parece, também, mesmo frente aos desdobramentos da crise do capitalismo de 2007-8, o campo das esquerdas, em geral, tem enfrentado uma certa dificuldade programática e pragmática de apresentar projetos estruturais de transformação social, limitando-se, muitas vezes, às amarras e dinâmicas da institucionalidade democrática liberal que, paradoxalmente, sempre foram alvos preferenciais de muitas de suas críticas aos padrões de dominação e exploração vigentes, tendo em vista o modo como os seus limites e contradições sistêmicas comprometem a construção de uma ordem social mais democrática e igualitária (Miguel e Vitullo, 2021). Nesse “interregno”, as franjas mais radicais da extrema-direita têm apresentado uma forte capacidade de “conquistar as mentes e os corações” de parcelas, cada vez maiores, da sociedade civil. O fortalecimento desta força política, em diferentes partes do mundo, não obstante, também vem colocando em xeque, sob diferentes aspectos, a própria democracia liberal, conforme será discutido no capítulo a seguir.

## **Capítulo II – A extrema-direita e a crise da democracia liberal**

O que, afinal de contas, explica a emergência da extrema-direita no tempo presente? Condicionantes sistêmicas e estruturais? Elementos conjunturais, de curto e/ou médio prazo, em contextos circunscritos? Como a emergência e consolidação da extrema-direita se relacionam, mais diretamente, com a crise da democracia liberal?

Este capítulo parte dessas questões gerais, ainda que não pretenda esgotá-las, com o intuito de explorar o modo como as ciências humanas e sociais, em geral, e a ciência e teoria política, em particular, têm interpretado o avanço da extrema-direita no atual cenário de atrofia ou erosão democrática. Sendo assim, ao contrário do capítulo anterior, ele está estruturado em uma única seção, que percorre essas questões, além de apresentar algumas inquietações preliminares nas considerações finais.

### **II.1 Extrema-direita em cena, democracia em crise**

A ascensão da extrema-direita é um fenômeno político global no tempo presente. É possível observar, afinal, que, sobretudo na última década, lideranças, movimentos e partidos políticos de extrema-direita, em geral, têm se fortalecido na esfera pública e obtido considerável sucesso nas disputas políticas e eleitorais, em diferentes partes do mundo (cf. Mudde, 2022[2019]).

Nesse sentido, apesar de sua heterogeneidade interna, a literatura especializada tem destacado que representantes políticos de extrema-direita têm, de fato, avançado, sobretudo, a partir da deslegitimação da institucionalidade democrática-liberal; da propagação de teorias da conspiração, negacionismos paranoicos e *fake news* apocalípticas; da ativação do fundamentalismo religioso cristão; da defesa intransigente do arranjo familiar heteronormativo; da mobilização de discursos de ódio reacionários e belicistas; da reafirmação da masculinidade branca; da naturalização do racismo estrutural; da canalização de medos, inseguranças e ressentimentos; do rechaço ao pluralismo, ao humanismo e a igualdade; do combate e da criminalização aos movimentos sociais progressistas em geral; da incitação de atos de violência aberta e letal contra opositores políticos tidos como inimigos existenciais, entre tantas outras agendas e estratégias (Gandesha, 2020).

O contexto europeu, sem dúvidas, é emblemático nesse sentido. Essa realidade, no entanto, não está restrita ao “velho continente”. Desde aí, os conceitos de “fascismo” e “populismo”, em particular, têm sido mobilizados com bastante frequência no debate teórico e político recente, a fim de caracterizar e/ou explicar o que vem a ser esta “nova” extrema-direita, por assim dizer. Esses termos, no entanto, são de difícil definição e operacionalização, sobretudo, por três motivos.

O primeiro é porque existe uma ampla e complexa literatura especializada dedicada a estudá-los em profundidade, pensando, inclusive, em termos de aproximações e distanciamentos entre eles, por exemplo. Já o segundo é porque ambos foram e, em um certo sentido, ainda são mobilizados a fim de estigmatizar e deslegitimar adversários políticos, tendo em vista a conotação negativa e o significado pejorativo e difamatório que, historicamente, eles assumiram. E, por fim, o terceiro é porque, para além dessas questões, também se faz necessário lidar com os diferentes sentidos que podem ser interpretados diante dos prefixos e/ou adjetivos comumente adicionados a esses termos, dando origem a expressões como: “protofascismo”, “neofascismo”, “pós-fascismo”, “fascismo neoliberal”, “populismo de esquerda”, “populismo autoritário”, “populismo reacionário”, “sadopopulismo”, entre outras tantas outras.

Sendo assim, sem ter a pretensão de esgotar os debates teóricos e políticos acerca de qualquer um desses termos, o objetivo desta parte do capítulo é apenas expor algumas das principais hipóteses e interpretações presentes na literatura especializada contemporânea que tem procurado explicar a ascensão e consolidação da extrema-direita no tempo presente, em particular, tendo como foco a sua relação com a crise democrática atual.

Conforme observado no capítulo anterior, o conceito de “populismo” se faz presente em grande parte das interpretações sobre a crise democrática atual vinculadas ao *mainstream* da ciência política. Sob esse aspecto, embora essas análises, em geral, consigam apreender o fato de que as lideranças autoritárias têm, hoje, mobilizado os descontentamentos reais dos cidadãos em relação às promessas não cumpridas do sistema político vigente, como um todo, é possível observar que, em geral, não há uma preocupação heurística em delimitar, de forma mais substantiva e não tanto descritiva, aquilo que vem a ser enquadrado como sendo “populista” e por quê.

Isso aparece em diversas passagens do livro *Como as democracias morrem*, por exemplo. Apenas a título de ilustração, cumpre lembrar que, em um dado momento, os autores afirmam, categoricamente, que “todos os quinze presidentes eleitos na Bolívia, no Equador, no Peru e na Venezuela entre 1990 e 2012 eram *outsiders* populistas: Alberto Fujimori, Hugo Chávez, Evo Morales, Lucio Gutiérrez e Rafael Correa” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 32), apesar de não se discutir se há quaisquer diferenças entre eles, ou ainda, se considerar a possibilidade de que o populismo possa adquirir uma forma democrática, tal como assinalado pela crítica latino-americano a partir da chamada “*Left Turns*” ou “onda rosa” (cf. Ballestrin, 2019, p. 270).

O que prevalece nessas leituras, em virtude disso, é uma associação genérica que trata os conceitos de “populismo” e “autoritarismo” como sendo equivalentes e intercambiáveis. Dessa forma, o “populismo” opera mais como um rótulo negativo, do que propriamente como um conceito. Apesar das diferenças e hesitações, não obstante, é razoável concluir daí que, assim “como o termo ‘fascismo’, o termo ‘populismo’ tem sido igual e exageradamente usado como uma amálgama de extremismos de esquerda e de direita (...), confundido com tudo o que se opõe à democracia liberal” (Finchelstein, 2017, p. 26, tradução própria). Mas o conceito de “populismo”, com um sentido um tanto quanto distinto, porém, também circula entre as análises mais críticas.

Chantal Mouffe (2019[2018], p. 33), em particular, considera que estaríamos diante de um “momento populista” cujas raízes remontam aos conflitos produzidos a partir da emergência da “pós-democracia”, marcada pela “oligarquização da sociedade” e pela “pós-política”, tendo em vista que “a política se tornou uma questão de gestão da ordem estabelecida, um domínio reservado aos especialistas, e a soberania popular foi declarada obsoleta” (Mouffe, 2019[2018], p. 39).

O “populismo” aí é visto tal como fundamentado pela visão laclauiana, ou seja, enquanto um estilo discursivo, referente a um domínio ontológico, no qual o “povo” é um sujeito coletivo construído a partir da própria disputa política. Ou seja, frente aos efeitos nocivos da pós-democracia, a autora vê a formação tanto de um “populismo de direita” como de um “populismo de esquerda”, enquanto formas de resistência que “visam aliar demandas de insatisfação”, presentes no interior das sociedades contemporâneas, a partir da construção de cadeias de equivalência, em torno de significantes vazios, ainda que ambos o façam “de maneiras muito diferentes” (Mouffe, 2019[2018], p. 47).

O “populismo de direita”, de acordo com a teórica, “alega que trará de volta a soberania popular e que restaurará a democracia, mas essa soberania é entendida como ‘soberania nacional’ e reservada àqueles considerados os verdadeiros ‘nacionais’”. Isso significa que, na prática, o “populismo de direita” é profundamente anti-igualitário, visto que, ele está pautado em “um ‘povo’ que exclui numerosas categorias, normalmente imigrantes, vistos com uma ameaça à identidade e à prosperidade da nação” (Mouffe, 2019[2018], p. 47). A autora, nesse sentido, advoga pela construção estratégica de um “populismo de esquerda”, fundamento no antagonismo entre o “povo”, de um lado, e a “oligarquia”, de outro, por entendê-lo como um meio capaz de “recuperar e aprofundar os ideais de igualdade e de soberania popular, que são constitutivos na política democrática” (Mouffe, 2019[2018], p. 29).

Nancy Fraser (2020[2019]), também, faz uso do termo “populismo” a fim de analisar o atual contexto político estadunidense, em particular. A partir da noção gramsciana de “hegemonia”, a cientista política considera, ao mesmo tempo, que a crise contemporânea não corresponde a um fenômeno restrito aos Estados Unidos, tendo em vista o seu caráter global, e que ela não é, simplesmente, uma crise política. Mas, sim, uma crise geral, “mais ampla e multifacetada”. A expressão política desta crise, no entanto, assume a forma de “uma crise de hegemonia” (Fraser, 2020[2019], pp. 34-35).

Isso se deve, na visão da autora, ao fato de que o colapso do “bloco hegemônico”, isto é, “uma coalizão de forças sociais díspares que a classe dominante reúne e através dela afirma sua liderança”, vigente nos Estados Unidos, ao menos desde os anos 1990, tem proporcionado uma janela de oportunidade para a ascensão de um “bloco contra hegemônico”, ou seja, “uma nova e mais poderosa aliança política” que tem sido capaz de “construir um novo e mais persuasivo senso comum”, na esfera pública, mais recentemente (Fraser, 2020[2019], pp. 35-36, ênfases suprimidas).

Essas visões de hegemonia conflitantes, desde aí, são compreendidos por meio das disputas políticas em torno de visões específicas de “distribuição” e “reconhecimento”. Seguindo o seu modelo dual de justiça social (cf. Fraser, 1997, cap. 1), pensado a partir de um contexto geopolítico pós-socialista, a cientista política entende que a redistribuição e o reconhecimento “constituem os componentes normativos essenciais a partir dos quais as hegemonias são construídas” nas sociedades contemporâneas (Fraser, 2020[2019], p. 37).

Desde aí, Fraser nomeia este “bloco hegemônico” de “neoliberalismo progressista”. Este, por sua vez, é descrito como resultado de uma confluência eletiva entre as demandas por reconhecimento das correntes liberais dos chamados “novos” movimentos sociais (movimentos feministas e de mulheres, antirracistas, multiculturalistas, ambientalistas, LGBTI+) e a lógica meritocrática e privatista comum aos setores da economia financeira (Wall Street, Hollywood e Vale do Silício), gestada durante o governo de Bill Clinton. Essa aliança contingente, assim, resultou na construção de um consenso acerca do arranjo redistribuição-reconhecimento, no qual as lutas pelo reconhecimento passaram a adotar um discurso despolitizado e individualista, acomodado aos interesses do capital. Os sinais de esgotamento desse modelo, no entanto, passaram a ser visto, principalmente a partir da crise econômica.

O projeto neoliberal, nessa perspectiva, trouxe consigo a financeirização acompanhada da desindustrialização. A partir do contexto estadunidense, então, Fraser nota que os efeitos das mudanças produzidas a partir daí começaram a desgastar o “neoliberalismo progressista”, sobretudo, em virtude do crescente desemprego e da precarização do trabalho. Ao mesmo tempo, discursos conservadores começaram a ganhar força no interior da sociedade civil. Assim, ainda que a eleição de Barack Obama e movimentos como o *Occupy Wall Street* tenham procurado preencher e, de algum modo, contestar as lacunas abertas no interior da hegemonia do “neoliberalismo progressista”, ambos não foram capazes de implementar um projeto alternativo de poder, ao contrário. O governo Obama, em particular, apesar de ter realizado importantes conquistas, não rompeu, de forma alguma, com a hegemonia vigente, contribuindo, assim, para a ampliação da “lacuna hegemônica” (Fraser, 2020[2019], p. 45).

Nancy Fraser, então, considera que esse vácuo de poder foi ocupado pela emergência de um fenômeno de caráter populista no país, tanto do lado democrata, na figura de Bernie Sanders (“populismo progressista”), como do lado republicano, na figura de Donald Trump (“populismo reacionário):

“Ambos os forasteiros esboçaram os contornos de um novo senso comum, mas cada um fez isso à sua maneira. No seu auge, a retórica da campanha de Trump sugeriu um novo bloco proto-hegemônico, que podemos chamar de *populismo reacionário*. Parecia combinar uma política hiper-reacionária de reconhecimento com uma política populista de redistribuição: na prática, o muro na fronteira mexicana somada aos gastos em infraestrutura de larga escala. O bloco que Sanders preconizou, ao contrário, foi o *populismo progressista*. Ele buscou unir uma política inclusiva em favor das famílias trabalhadoras: reforma do sistema

criminal somada ao Medicare para todos; justiça reprodutiva, mais ensino superior gratuito; direitos LGBTQ+, além da fragmentação dos grandes bancos” (Fraser, 2020[2019], pp. 50-51, grifos da autora).

Ou seja, mesmo que com propostas distintas e diferentes bases de apoio, a cientista política destaca que eles representam divergentes “perspectivas contra-hegemônicas” (Fraser, 2020[2019], p. 56). No interior da prática política concreta, contudo, Sanders foi barrado nas primárias do seu partido, visto que Hilary Clinton foi a candidata escolhida como representante do Partido Democrata, nas eleições, enquanto que, do outro lado, Trump, surpreendentemente, conseguiu ultrapassar as primárias e se tornar o candidato oficial do Partido Republicano. E o resto é história.

Mas, acontece que, após a sua surpreendente vitória, Fraser (2020[2019], p. 51) chama atenção para o fato de que Trump inverteu os sentidos de sua retórica, tendo em vista que, durante a campanha ele adotou um “discurso contra-hegemônico”, ao passo que no governo produziu um discurso híbrido “proto-hegemônico”. Afinal, ele não deu cabo aos seus discursos populistas em termos distributivos, mas adotou uma gramática segundo a qual o reconhecimento se dá de modo excludente e hierárquico, ao passo em que a distribuição se torna cada vez mais regressiva e desigual, dando origem, então, ao chamado “neoliberalismo hiper-reacionário”:

“As políticas do presidente Trump divergiram totalmente das promessas de campanha do candidato Trump. Não apenas seu populismo econômico desapareceu, como também sua utilização de bodes expiatórios se tornou cada vez mais cruel. Aquilo que seus apoiadores votaram, em suma, não é aquilo que eles receberam. O resultado não foi o populismo reacionário, mas o neoliberalismo hiper-reacionário” (Fraser, 2020[2019], p. 53).

Sendo assim, frente às encruzilhadas do capitalismo financeirizado, Nancy Fraser concluí a sua análise apostando que a saída da crise contemporânea deve se dar a partir do fortalecimento do “populismo progressista”, enquanto bloco contra-hegemônico capaz de sustentar um projeto político radical de transformação social “que seja, no mínimo, antineoliberal, se não anticapitalista” (Fraser, 2020[2019], pp. 66-67).

Éric Fassin (2019, p. 15), por seu turno, é um dos principais críticos ao uso dessa “estratégia populista” por parte da esquerda como um meio efetivo de superar a crise democrática contemporânea. O autor julga que o termo carrega uma “indiferenciação



ideológica” que mascara a sua dimensão antipolítica (Fassin, 2019, p. 84). Sendo assim, ao contrário de um instrumento de mudança social, na realidade, o populismo é visto pelo autor como um mecanismo político de manutenção da ordem. Afinal de contas, o populismo opera sob o “ressentimento” e o “rancor” das pessoas. Tais afetos políticos, na visão de Fassin, porém, não são revolucionários, ao contrário, eles são reacionários, e não podem ser transformados em “revolta” ou “indignação”, isto é, afetos capazes de alterar, de fato, o estado das coisas (Fassin, 2019, p. 73).

O populismo, por isso, é visto “mais como uma arma do que um conceito” (Fassin, 2019, p. 23). Arma esta, inclusive, a serviço do neoliberalismo e não de estratégias antineoliberais e/ou anticapitalistas. Ao invés de um “momento populista”, então, o autor traz a ideia de um “momento neofascista”. E isso se deve, sobretudo, a dois motivos. O primeiro é porque, para ele, “encontramos vestígios do fascismo histórico” no tempo presente (Fassin, 2019, p. 99). Já o segundo é porque ele entende, também, que o termo “neofascista” nos permite pensar, na sua especificidade histórica, esse momento do neoliberalismo” (Fassin, 2019, p. 100). Isso não significa que, para ele, neoliberalismo e fascismo sejam a mesma coisa. Mas, na sua visão, é importante compreender as convergências regressivas entre os distintos elementos autoritários e antissociais que permeiam ambos e podem se retroalimentar. Em seus próprios termos,

“Não que o neoliberalismo esteja condenado ao fascismo. Tampouco está necessariamente voltado para a democracia, como a entendíamos após a queda do Muro de Berlim (...) Hoje, recusar-se a nomear o neofascismo permite que não se faça nada. Não devemos acalentar a ilusão de que o populismo, que é o sintoma, poderia ser a cura. E os eufemismos impedem a mobilização do antifascismo que, longe de ser garantia democrática das atuais políticas econômicas, designa a responsabilidade do neoliberalismo na ascensão do neofascismo” (Fassin, 2019, pp. 100-101).

Enzo Traverso (2019) também é crítico ao conceito de “populismo”. Em diálogo com a leitura laclauiana do termo (Laclau e Mouffe, 2015[1985]; Laclau, 2013[2005]), ele considera que o populismo se refere muito mais a um estilo político e a uma estratégia discursiva, do que propriamente a um conceito analítico. Em virtude disso, o historiador das ideias julga que o próprio termo “populismo” se tornou “uma armadilha epistemológica” (Traverso, 2019, p. 17, tradução própria), na medida em que ele tem sido utilizado para caracterizar e se referir a projetos de poder muito distintos entre si, como se, na prática, eles fossem faces opostas de uma mesma moeda. Daí que, o autor julga que

esse rótulo tem operado como “uma concha vazia que pode ser preenchida por conteúdos políticos dos mais disparados” (Traverso, 2019, p. 16).

Sendo assim, o autor argumenta que, ao contrário da noção corrente de “populismo”, é “o conceito de fascismo” que, cada vez mais, “parece ser inapropriado e indispensável” para a análise do contexto contemporâneo. Posto que, se por um lado, a extrema-direita atual não pode ser compreendida como sendo uma mera continuação e/ou repetição dos fascismos históricos, por outro, ele entende que seria equivocado ignorar o fato de que a extrema-direita não deixa de ser um fenômeno que tem suas raízes no passado. Daí que, em sentidos próximos a uma noção do fascismo como fenômeno metapolítico, o autor considera que “o fascismo não foi apenas transnacional ou transatlântico, mas também trans-histórico”, ou seja, isso significa que ele “é capaz de transcender a idade que o engendrou” (Traverso, 2019, p. 5, tradução própria).

O reconhecimento da trans-historicidade do fascismo, na visão do autor, porém, não equivale a assumir uma perspectiva a-histórica do mesmo, tendo em vista a presença de uma série de dinâmicas que não permitem um simples resgate do conceito do fascismo, tal como formulado teoricamente e se materializado politicamente no século XX, na Itália de Benito Mussolini e em outros países, por exemplo (cf. Konder, 2009; Teixeira da Silva, 2000; Woodley, 2010). Enzo Traverso, por conseguinte, propõe o conceito de “pós-fascismo”, por julgar que ele tem uma maior capacidade heurística. Em suas palavras, “o pós-fascismo pertence a um regime particular de historicidade – o início do século XXI – o que explica o seu caráter ideológico flutuante, instável e frequentemente contraditório, em que se misturam filosofias políticas antinômicas”, ou seja, por vezes, contraditórias e opostas (Traverso, 2019, p. 7, tradução própria).

Desse modo, ao comparar o conceito de pós-fascismo com o de fascismo, o historiador assinala que uma das principais diferenças entre eles é que o segundo teve a ambição de transformar radicalmente a realidade social como um todo, enquanto que, o primeiro, por sua vez, tem procurado operar a partir de reformas por dentro da própria ordem instituída, sem, com isso, romper completamente com a democracia liberal, por exemplo. Ou seja, se por um lado, “no contexto catastrófico do período entreguerras, o fascismo foi capaz, apesar de seu ecletismo ideológico, de propor uma alternativa totalizante àquilo que aparentava ser uma ordem liberal decadente. Isto é, o fascismo apresentou um projeto de sociedade, de uma nova civilização” (Traverso, 2019, pp. 24-25, tradução própria). O pós-fascismo, por outro lado, “não carrega os “fortes” valores de

seus ancestrais da década de 1930, porém pretende preencher o vácuo de poder aberto pela política reduzida ao impolítico”, isto é, um estado de coisas “em que a política é reduzida à pura ‘factualidade’, à pura materialidade” e “todas as regras jurídicas estão submetidas ao econômico e financeiro, e não ao político”, por assim dizer (Traverso, 2019, p. 28, 26 e 11, respectivamente).

O pós-fascismo, na prática, então, representa “uma espécie de constelação” que “junta diversas correntes de genealogias bastante variadas” (Traverso, 2019, pp. 25-26, tradução própria). Isso significa que, sob égide do pós-fascismo, há um bloco heterogêneo e volátil de forças e alianças políticas, econômicas e sociais, permeado de concepções de mundo e interesses, por vezes, díspares e conflitantes: setores do capital financeiro e da burguesia industrial, nacionalistas e supremacistas brancos, fundamentalistas religiosos, segmentos das forças armadas, trabalhadores urbanos e rurais precarizados, classes médias ressentidas.

Apesar dessa heterogeneidade, porém, Traverso não deixa de observar convergências aí, tais como: a xenofobia, a islamofobia, o racismo, a antiglobalização, uma mistura eclética de políticas neoliberais e certo protecionismo econômico de caráter nacionalista, a defesa de identidades ameaçadas e valores tradicionais que supostamente estão sendo perdidos em virtude de um avanço das agendas políticas de determinados movimentos sociais na esfera pública. Não à toa, para o autor, “o pós-fascismo começa com o antifeminismo, a ideia de racismo reverso, o antisemitismo, e a homofobia; e cujos impulsos a direita radical continua amontoando” (Traverso, 2019, p. 31, tradução própria).

Sob essa perspectiva, então, o historiador das ideias conclui que “a principal característica do pós-fascismo hoje é, exatamente, a coexistência entre a herança do fascismo clássico com os novos elementos não pertencem à sua tradição”, sendo estes últimos determinados pela correlação de forças políticas em disputa, em um determinado contexto específico (Traverso, 2019, p. 32, tradução própria).

Já Federico Finchelstein (2017), em outros termos, julga que o populismo deve ser entendido como uma nova forma de governar que procura superar o fascismo, do período entreguerras, no sentido de ir além de seus erros históricos e limitações concretas. Há, portanto, uma relação complexa entre o fascismo e o populismo, tanto do ponto de vista teórico como político. O historiador argentino, então, considera que, se por um lado,

o fascismo representa uma forma específica de ditadura emergente no interior das próprias instituições democráticas liberais-representativas, mas que tem como finalidade superá-las a partir de sua autodestruição. O populismo, por outro, visa minimizar as potencialidades e os alcances dos regimes democráticos, mas sem acabar com a institucionalidade democrática em si. O fascismo e o populismo, por conseguinte, diferem, sobretudo, no que diz respeito às suas interpretações teóricas e práticas políticas em relação às normas e valores democráticos vinculados ao liberalismo.

Para sustentar este argumento, o historiador analisa, por exemplo, a relação pessoal e política do líder argentino Juan Domingo Perón com o fascismo italiano e o nazismo alemão. Em sua investigação, Finchelstein considera Perón como sendo o primeiro líder populista moderno. Para ele, o interesse do líder argentino pelo fascismo nos ajuda a compreender de que forma diferentes dimensões desse fenômeno foram traduzidas e incorporadas pelo repertório dos regimes políticos governados pelas lideranças populistas, sobretudo após a derrota militar do fascismo durante a Segunda Guerra Mundial. O populismo, nesse enquadramento analítico, em suma, não é apresentado como sendo uma mera continuidade do fascismo, apesar de as influências do fascismo para a edificação do populismo em sua versão pós-fascista. Isto significa que,

“Diferentemente do fascismo, o populismo é uma interpretação autoritária da democracia que remodelou o legado do fascismo após 1945 de modo a combiná-lo com procedimentos democráticos distintos. Depois da derrota do fascismo, o populismo emergiu como uma forma de pós-fascismo, que reformula o fascismo para os tempos democráticos. Outra maneira de dizê-lo seria: o populismo é o fascismo adaptado à democracia” (Finchelstein, 2020, p. 21).

O populismo, dessa forma, é visto como uma espécie de refundação do fascismo, mas que visa se manter no interior da ossatura institucional da própria democracia liberal. Ancorado na figura de um líder político que nega as formas tradicionais de intermediação institucional entre representados e representantes, o populismo, na prática, institui uma forma específica de democracia autoritária e antiliberal. Assim como no fascismo, a presença do líder político é fundamental. Longe de deslegitimar abertamente os valores que constituem o repertório institucional da democracia liberal, no entanto, o líder populista mobiliza uma estratégia discursiva específica, na qual ele redefine a relação entre representados e representantes, ao se apresentar como sendo “a” voz do povo e o único representante em defesa das “verdadeiras” demandas populares.

A partir daí, Finchelstein argumenta que os líderes populistas tensionam a gramática democrática liberal por meio da cooptação de seus próprios termos e normas. Ou seja, é justamente esse jogo semântico que possibilita ao populismo flertar com diferentes perspectivas ideológicas. O líder populista, em geral, não por acaso, mobiliza discursos anti*establishment* e contra às elites políticas e econômicas, mas, na prática, ao conquistar o poder, ignora as suas promessas e passa a governar em prol desses mesmos interesses particulares que tanto havia criticado.

O historiador, por conseguinte, trabalha com a hipótese de que isso não significa que estamos diante de um processo de superação das dimensões pós-fascistas do populismo, pelo contrário. Trata-se de um resgate mais intenso e direto de repertórios característicos do fascismo do período entreguerras pela extrema-direita contemporânea, como a produção de estratégias e técnicas específicas, como a propagação de mentiras e de discursos e práticas negacionistas, xenóforas, racistas, incitando o ódio e o ressentimento, além de outras ações fascistas e pós-fascistas, como a legitimação da violência aberta e letal contra os “inimigos do povo” – algo que, para o autor, se evidenciou, ainda mais, durante a gestão da pandemia de Covid-19 por alguns líderes de extrema-direita, como Trump e Bolsonaro. Em suas palavras,

“Ditadores e demagogos que negam a realidade e fazem da mentira uma política de governo encontram dificuldades para lidar com as consequências concretas daquilo que negam. Em alguns casos, se isolam ou se expõem e, pior ainda, expõem muitos outros às enfermidades. Diante delas, fascistas e pós-fascistas propõem soluções mágicas, e isso poderia, ou deveria, ter consequências devastadoras para os populistas mais extremistas e seus aliados fascistas. A mistura de fascismo, pós-fascismo, xenofobia e doença tem resultados letais; essas ideias se baseiam na mais absoluta irresponsabilidade. Historicamente, o fascismo e a mentira caminharam de braços dados, mas cedo ou tarde, todos – inclusive seus seguidores – verão seus imperadores nus. Lamentavelmente, antes de sua queda, muitos cidadãos pagarão pelas consequências de suas ações” (Finchelstein, 2020, p. 14).

A chegada de Donald Trump ao poder nos Estados Unidos, em particular, também fez com que Wendy Brown revisitasse as suas teses anteriores sobre o neoliberalismo.

Ainda no início dos anos 2000, na esteira da “guerra ao terror” do governo Bush, a autora havia problematizado as afinidades, aparentemente, paradoxais, entre a racionalidade neoliberal e a racionalidade neoconservadora. De maneira geral, o argumento da autora era que, apesar de as duas serem racionalidades políticas distintas, ambas convergiam na produção de efeitos desdemocratizantes, ao passo em que

contribuem “com o esvaziamento de uma cultura política democrática e a produção do cidadão antidemocrático” (Brown, 2006, p. 692, tradução própria). Nesse momento, no entanto, a autora entende que o neoliberalismo era uma racionalidade política amoral, cuja moralidade subjacente e necessária para a sua própria legitimação era extraída da confluência de seu projeto privatista com a dimensão moral que constitui o familismo e o punitivismo defendidos pela racionalidade neoconservadora, por exemplo.

A cientista política, frente ao trumpismo e outros movimentos de extrema-direita, contudo, voltou a reformular esse diagnóstico, ao avaliar, inclusive, a dificuldade de nomear o que, afinal, essa “nova” extrema-direita representa e significa concretamente:

“O ódio e a belicosidade racistas, anti-islâmicos e antisemitas crescem nas ruas e na internet. Grupos de extrema direita recentemente amalgamados têm eclodido audaciosamente na vida pública após terem passado anos à espreita, na maior parte do tempo nas sombras. Políticos e vitórias políticas encorajam movimentos de extrema direita que, por sua vez, se sofisticam à medida que manipuladores políticos e peritos em mídia social moldam sua mensagem. Enquanto esse recrutamento continua crescendo, centristas, neoliberais *mainstream*, liberais e a esquerda hesitam. Indignação, moralização, sátira e esperanças vãs de que facções internas ou escândalos na direita produzirão sua autodestruição têm prevalecido sobre estratégias sérias para desafiar essas forças por meio de alternativas convincentes. Nós temos dificuldade até mesmo com a nomenclatura: trata-se de autoritarismo, fascismo, populismo, democracia não liberal, liberalismo antidemocrático, plutocracia de extrema direita? Ou outra coisa?” (Brown, 2019, pp. 9-10).

Sendo assim, Brown procura ir além dos argumentos apresentados pela esquerda, em geral, que compreendem o cenário político contemporâneo como sendo fruto apenas dos desarranjos provocados pela neoliberalização do capitalismo nos aspectos da produção e reprodução da vida material, ou ainda, de que se trata apenas de uma manipulação deliberada dos ressentimentos dos indivíduos com a democracia liberal, como regime político legítimo, por lideranças populistas autoritárias. Isso não significa que ela julgue que essas questões não são importantes, ou que, de algum modo, elas não estejam relacionadas com o processo de desdemocratização em curso. A sua hipótese explicativa, porém, parte do pressuposto de que é necessário compreendermos a relação entre a captura da democracia pela racionalidade governamental neoliberal e a ascensão e disseminação de práticas e discursos fortemente antidemocráticos, a partir uma crítica aos estudos, incluindo os seus, que ficaram focados demais nos aspectos econômicos da racionalidade neoliberal e pouco questionaram as suas implicações políticas,

enquadrando-as apenas sob o prisma do conservadorismo, do familismo e dos valores cristãos.

Desde aí, a cientista política revisita às obras dos principais teóricos do neoliberalismo, principalmente de Friedrich Hayek, Milton Friedman e alguns dos ideólogos do ordoliberalismo, argumentando que, apesar de não ser o objetivo final dessa doutrina a criação de um regime totalitário, sua fundamentação teórica dá margens para a produção de sujeitos e políticas antidemocráticas. Sobretudo a partir da obra de Hayek, então, Brown observa que, longe de ser fruto do acaso, o esvaziamento da política e da solidariedade social são elementos constitutivos do neoliberalismo desde os seus primórdios.

O neoliberalismo, nesse sentido, não apenas cria condições para o desenvolvimento de subjetividades autoritárias e antidemocráticas, mas também as fortalece, a partir da instrumentalização de certa moralidade tradicional que constringe – e demoniza – qualquer forma de planejamento público ou social, por considerar que ambos atentam diretamente contra o funcionamento do mercado e a manutenção da tradição moral ao comprometerem o exercício da liberdade individual. Essa distinção filosófica e política, entre o social e o coletivo e a liberdade e o individual se legitima a partir da defesa de uma concepção específica de liberdade que, na prática, se contrapõe aos ideais democráticos de soberania popular e justiça social. Deriva daí, portanto, o argumento de que “a ascensão da política antidemocrática foi promovida por meio de ataques à sociedade (...) e à legitimidade prática da vida política democrática” pela razão neoliberal.

No caso específico do neoliberalismo hayekiano<sup>44</sup>, por exemplo, há uma alteração substantiva nos significados e sentidos da democracia, sobretudo porque trate-se de “um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação”, por meio da expansão daquilo que o próprio Hayek nomeia de “esfera pessoal protegida” (Brown, 2019, p. 23).

---

<sup>44</sup> De acordo com Brown (2019, p. 41), “De todos os intelectuais neoliberais, foi Friedrich Hayek quem criticou de forma mais sistemática a noção de social e de sociedade e ofereceu a crítica mais sólida à social-democracia. A hostilidade de Hayek em relação ao social é sobredeterminada, poder-se-ia dizer até mesmo exacerbada, na medida em que busca fundamentos epistemológicos, ontológicos, políticos, econômicos e até mesmo morais. Ele considera a própria noção de social falsa e perigosa, sem sentido e oca, destrutiva e desonesta, uma “fraude semântica”. A preocupação com o social é a assinatura de todas as tentativas mal concebidas de controle da existência coletiva, símbolo da tirania”.

Essa “esfera pessoal protegida”, que tem como fundamento a ativação de uma concepção moral – e não apenas econômica e política – de liberdade, é que legitima a desresponsabilização do papel social do Estado, ao passo em que os indivíduos – e suas famílias – tornam-se cada vez mais responsáveis sobre seus próprios destinos. Há, dessa forma, uma relação mais profunda e perversa entre o ataque ao social, o esgotamento da cidadania democrática e a privatização do poder político pela racionalidade neoliberal.

A cientista política, porém, não argumenta que todos os problemas enfrentados pelas democracias são causados pelo neoliberalismo por si só, ou de que todos eles podem ser reduzidos ao neoliberalismo em si, mas a questão é que não podemos ignorar o fato de que há uma relação intrínseca entre a difusão da racionalidade neoliberal e o cenário político contemporâneo:

“O argumento não é que o neoliberalismo por si só *causou* a insurgência da extrema direita no Ocidente de hoje, ou que toda a dimensão do presente, das catástrofes que produzem grandes fluxos de refugiados para a Europa e a América do Norte até a setorização e a polarização políticas geradas pelas mídias digitais, possa ser *reduzida* ao neoliberalismo. Meu argumento é que nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e a subjetividade política. Compreender as raízes e as forças da situação atual requer avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberais, e não somente as condições econômicas e os racismos persistentes que a geraram. Significa avaliar que a ascensão das forças políticas nacionalistas autoritárias brancas se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade. O sofrimento econômico e o rancor racial das classes trabalhadora e média brancas, longe de se distinguir desses assaltos, adquire voz e forma a partir deles. Esses ataques também abasteceram (mesmo que por si mesmos não sejam sua causa) a ambição nacionalista cristã de (re)conquistar o Ocidente. Eles também se misturam com um niilismo intenso que se manifesta como perda da fé na verdade, na facticidade e em valores fundamentais” (Brown, 2019, pp. 16-17).

Isso significa que, a lógica mercadológica da concorrência, ao definir o que é ou não é político, ou passível e desejável de ser politizado, não contribui apenas para a economicização de diferentes esferas da vida com base na lógica do capital humano, mas, nesse mesmo processo, também, impulsiona a gestação de uma “*cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constrói e legitima *formas antidemocráticas de poder estatal desde cima*” (Brown, 2019, p. 39, grifos da autora), por meio do ataque ao social e às lutas por justiça social. Em outros termos, ao defender a liberdade em contraposição à igualdade, ao difundir uma lógica de proteção pessoal pautada em valores mercadológicos e com teor moral, o neoliberalismo está privatizando e deprimindo o



funcionamento e as práticas da própria democracia, gerando, então, uma janela de oportunidade para a ascensão de forças antidemocráticas.

Desse ponto de vista, esse autoritarismo antidemocrático é compreendido por Brown (2019, p. 10) como uma espécie de “criação Frankensteiniana”, isto é, um monstro que seus criadores abominariam”<sup>45</sup>, emergente nas “ruínas” do projeto neoliberal, visto que, ao mesmo tempo em que o discurso e a prática política forjados a partir desse cenário questionam a legitimidade das instituições e do conhecimento moderno, eles também reivindicam para si o monopólio do exercício do poder e da produção de saberes. Ou seja, a racionalidade neoliberal tem interagido com outros fenômenos sociais, como o racismo, o masculinismo branco, sendo, então, reprogramada dentro um enquadramento ultracapitalista e ultraconservador (Brown, 2019, pp. 177-182).

Essa “criação Frankensteiniana”, por seu turno, está ancorada em afetos específicos, sobretudo, o ressentimento, o fatalismo, o ódio e o rancor que emergem do niilismo e da dessublimação repressiva, intensificados pelos efeitos desdemocratizantes do neoliberalismo e sua lógica economicizante e privatista. Essa realidade, então, cria condições favoráveis para a emergência e o fortalecimento de uma cultura política e de subjetividades, profundamente, antidemocráticas, autoritárias e anti-humanistas, ao passo em que lideranças de extrema-direita têm mobilizado uma retórica segundo a qual o fato de que alguns grupos estão sofrendo duras perdas, materiais e/ou simbólicas, é porque existem outros que estão ganhando com isso, alimentando, assim, um sentimento de

---

<sup>45</sup> Maurizio Lazzarato (2019), por exemplo, faz uma contundente crítica a este ponto. Para ele: “Isso não é apenas falso de um ponto de vista fatural, mas problemático pela definição do capital (e do capitalismo) e do exercício de seu poder. Pois apagando “a violência que fundou” o neoliberalismo, encarnada pelas ditaduras sanguinárias da América do Sul, que volta sob novas modalidades no Brasil contemporâneo de Bolsonaro e dos militares, comete-se um duplo erro, político e teórico. Por um lado, concentrando-se unicamente na “violência que conserva” a economia, as instituições, o direito, a governamentalidade, experimentados pela primeira vez no Chile de Pinochet, confere-se ao capital imagem de um agente de modernização, uma potência de inovação. Por outro, ao apagar-se a revolução mundial e sua derrota que são a origem e a causa da “mundialização” (a resposta global do capital). A concepção de poder que daí decorre é pacificada: ação sobre uma ação, governo sobre os comportamentos (Foucault) e não sobre a pessoa (de que a guerra e a guerra civil são as expressões mais acabadas). O poder estaria em dispositivos impessoais que exercem uma violência soft de maneira automática. Muito pelo contrário, a lógica da guerra civil no fundamento do neoliberalismo não foi reabsorvida, apagada, substituída pelo funcionamento da economia, do direito, da democracia. Os tempos apocalípticos nos fazem ver que os novos fascismos estão reativando, apesar de nenhum comunismo ameaçar o capitalismo e a propriedade, a relação entre violência e instituição, guerra e “governamentalidade”. Vivemos a época da indistinção, da hibridização do Estado de direito com o Estado de exceção. A hegemonia do neofascismo não se mede apenas por essas organizações, mas também pela capacidade que ela tem de encardir o Estado e o sistema político e midiático. Os tempos apocalípticos revelam que debaixo da fachada democrática, atrás das “inovações” econômicas, sociais e institucionais, encontramos sempre o mesmo ódio de classe e a violência do confronto estratégico” (Lazzarato, 2019, p. 10).

abando e traição. Ao mesmo tempo em que enquadram como tirânica ou totalitária toda e qualquer proposta teórica e política que desafie a reprodução das desigualdades, visto que isso representaria uma ameaça a manutenção da ordem instituída, em geral, e aos valores morais e hierarquias sociais, tidos como naturais, mas que, na prática, conferem uma posição de poder privilegiada para determinados grupos e indivíduos, em particular.

Conclui-se, então, que “se os homens brancos não podem ser donos da democracia, então não haverá democracia nenhuma. Se os homens brancos não podem dominar o planeta, então, não haverá planeta” (Brown, 2019, p. 220).

A dupla francesa, Pierre Dardot e Christian Laval (2019[2016], p. 11, tradução própria), em certo sentido, também entende que a eleição de Donald Trump, em 2016, representa um “marco na história do neoliberalismo mundial” contemporâneo. Para eles, afinal, o trumpismo evidencia a formação de um “novo neoliberalismo” como modo de governar às instituições e os sujeitos. Este, por seu turno, “se alimenta e se radicaliza por meio de suas próprias crises”, na medida em que “*ele governa mediante a crise*” (Dardot e Laval, 2019[2016], p. 10, tradução própria). Trata-se, portanto, de uma

“a continuação do antigo de maneira pior. O *marco normativo* que insere indivíduos e instituições dentro de uma lógica de guerra implacável, se reforça cada vez mais e acaba progressivamente com a capacidade de resistência, ao desativar o coletivo. Esta natureza antidemocrática do sistema neoliberal explica em grande parte a espiral sem fim da crise e o aceleração diante de nossos olhos do processo de desdemocratização, pelo qual a democracia se esvazia de sua substância, sem que seja abolida formalmente” (Dardot e Laval, 2019[2016], p. 21, tradução minha, grifos dos autores).

Sendo assim, então, eles destacam que aquilo vem a ser “novo” neste “novo neoliberalismo” é que seu “o caráter fundamentalmente antidemocrático (...), manifesto em alguns de seus grandes teóricos, como Friedrich Hayek, se apresenta hoje em um questionamento político cada vez mais aberto e radical dos princípios e as formas da democracia liberal” (Dardot e Laval, 2019[2016], pp. 11-12, tradução própria).

A ascensão da extrema-direita, frente a esse quadro, então, é descrita pelos autores como uma consequência da crise democrática provocada por esse novo modo de governar assumido pelo neoliberalismo, ao mesmo tempo em que ela própria também é responsável por reproduzi-lo. Daí que, os autores chamam a atenção para o modo como a racionalidade neoliberal tem assumido, de forma mais evidente, o seu “caráter absolutista e hiperautoritário” (Dardot e Laval, 2019[2016], p. 11, tradução própria).

Para eles, no entanto, isso não significa que esta nova versão da racionalidade neoliberal possa ser descrita como um tipo de “fascismo neoliberal” ou “momento neofascista do neoliberalismo”, posto que, a extrema-direita contemporânea tem adotado uma série de medidas comuns ao repertório ultraliberal que, na visão deles, em muito divergem do fascismo histórico, marcado pelo corporativismo estatal, por um movimento de massas, ou ainda, pelo partido único enquanto organização política hierárquica, por exemplo (Dardot e Laval, 2019[2016], p. 12).

## II. Considerações finais ao capítulo

A extrema-direita atual é um fenômeno heterogêneo e a sua relação com a crise democrática contemporânea é complexa. Ela tem avançado em diferentes partes do mundo e isso não pode, de modo algum, ser subestimado. Não à toa, apesar de alguns de seus notórios representantes como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, terem sofrido derrotas importantes no âmbito político-eleitoral, os seus apoiadores mais radicais têm mostrado para o que vieram. Os ataques ao Capitólio em Washington, em 2021, por trumpistas, e aos prédios dos Três Poderes em Brasília, por bolsonaristas, em 2023, afinal de contas, evidenciam que a extrema-direita continuará disputando, de forma abertamente violenta e escatológica, os sentidos da democracia e da liberdade, assim como de sua própria legitimidade enquanto força política, para além dos espaços institucionais de poder.

Este capítulo, não obstante, foi escrito sob inspiração do trecho de uma música daquele que é, sem dúvidas, um dos meus cantores e compositores brasileiros favoritos, Cazuza. O trecho, em questão, diz assim: “*Eu vejo futuro repetir o passado, Eu vejo um museu de grandes novidades, O tempo não para*”. E isso se deve a vários motivos. Mas o principal deles é a ideia de “museu de grandes novidades” aí contida. Se por um lado, afinal, não é possível ignorar a historicidade particular da ascensão desta extrema-direita, creio que esse fenômeno político tampouco representa algo tão completamente novo assim. Ele, afinal, não está descolado de dinâmicas sistêmicas e estruturais. Ou seja, há, sem dúvidas, diferenças importantes entre a extrema-direita de hoje e os fascismos históricos, do período entreguerras, por exemplo. Mas, de fato, *tudo é novo?*

Um teórico crítico do naipe de Theodor Adorno (2019[1967], p. 51), décadas atrás, já havia descrito “os movimentos fascistas como as feridas, as cicatrizes de uma

democracia que até hoje ainda não faz justiça a seu próprio nome”. E, também, nos alertado que, na prática, “os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perdurarem de forma imediatamente política” (Adorno, 2019[1967], p. 45). Outro crítico importante da modernidade, como foi Michel Foucault (1993[1977], p. 198), do mesmo modo, sugeriu que há um fascismo que “está em todos nós”, isto é, um “fascismo que nos faz gostar do poder, desejar essa mesma coisa que nos domina e explora”.

Será, então, que não é possível pensar, desde uma perspectiva dialética, a relação entre passado e presente, sem, com isso, cair em uma visão histórica teleológica e/ou pós-política do futuro? Será que já não passou da hora das franjas mais críticas da teoria política contemporânea se deslocarem de uma leitura focada apenas nas chamadas teorias da democracia e da justiça em direção à um olhar um pouco mais realista sobre o modo como os próprios valores normativos de “democracia” e “justiça”, assim como “liberdade” e “igualdade”, por exemplo, estão o tempo todo sendo disputados e ressignificados, em contextos circunscritos, por ideologias políticas díspares e, muitas vezes, autoritárias? Será que não é necessário retomar às leituras marxistas e não-marxistas do século XX, por exemplo, que trataram a ascensão da extrema-direita como um fenômeno intrínseco ao capitalismo, sem, necessariamente, reduzir o presente ao passado? Por que a ciência política, a ciência que se diz estudar as *relações de poder*, tem uma certa resistência em tratar a extrema-direita como uma expressão do fascismo de outrora que permanece, sob novos padrões, no tempo presente? Preguiça teórica? Impotência analítica? Receio do que pode descobrir sobre si mesma nessa jornada? Perguntas e mais perguntas. Infelizmente, pouquíssimas respostas. Enquanto isso, “o tempo não para”.

### **Capítulo III – Em defesa da democracia e da liberdade, *pero no mucho***

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os principais sentidos atribuídos à “democracia” e à “liberdade” por Jair Bolsonaro, no período em questão. Sendo assim, ele está dividido em três seções, cada uma delas se concentra na interpretação de um dos três sentidos predominantes que foram encontrados a partir da análise qualitativa de conteúdo do *corpus* empírico desta dissertação.

O primeiro sentido diz respeito ao entendimento mais amplo de que tanto a “democracia” como a “liberdade” são valores incompatíveis com as “ideologias nefastas” defendidas pelas esquerdas, em geral, enquadradas sob a égide do comunismo/socialismo. O segundo sentido traz a noção de que a “democracia” é o “governo da maioria”.

Esta maioria, na prática, porém, corresponde, em última instância, aos cristãos e os seus respectivos valores morais. Em virtude disso, a manutenção e a promoção de tradições religiosas e, em certo sentido nacionalistas, desde um enquadramento cristão, são legitimamente vistas como democráticas. O último sentido remete a ideia de “liberdade negativa”. Este, talvez, seja o sentido mais complexo dos três. Afinal, a defesa da “liberdade” como não-interferência ocorre em paralelo ao reconhecimento explícito de que as normas que garantem o exercício da própria liberdade importam. Isso significa que, mais do que negar a interferência externa sobre o exercício da liberdade enquanto tal, ganha centralidade os conflitos sociais em torno dos domínios legítimos da intervenção pública e estatal em relação ao âmbito privado e individual.

#### **III.1 “Democracia” e “liberdade” como antípodas do comunismo/socialismo**

A análise do *corpus* empírico da pesquisa nos mostra que, de fato, Jair Bolsonaro assumiu publicamente a posição de defensor da “democracia” e, sobretudo, da “liberdade”, ao longo de todo o seu governo. Não obstante, ele mesmo descreve a sua chegada ao Palácio do Planalto tanto como “a vitória da democracia, da liberdade, das eleições livres”<sup>46</sup>, quanto como fruto de um “movimento cívico (...) espontâneo, forte e indestrutível”, marcado pelo “esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que

---

<sup>46</sup> Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro - Palácio do Planalto, publicado em 24 de abril de 2020.

tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia”<sup>47</sup>. Sob essa perspectiva, então, ele reitera repetidamente o seu “compromisso” de “lutar (...) pela democracia e pela nossa liberdade”<sup>48</sup>, afinal de contas, para ele, “acima de tudo estão a nossa democracia, a nossa liberdade”<sup>49</sup>.

A defesa das duas, no entanto, esteve intimamente relacionada à acusação explícita de que tanto a primeira como a segunda estariam sob ameaça no Brasil contemporâneo. Foi possível observar, então, que, a partir da retórica de que a “democracia” e a “liberdade” precisam ser protegidas, porque ambas se encontram em risco, Bolsonaro acabou por atribuir à “democracia” e à “liberdade” o sentido de que esses valores não são compatíveis ao comunismo/socialismo<sup>50</sup>. A pergunta que fica, porém, é o porquê disso.

De maneira mais ampla, o conteúdo analisado indica que, isso se deve ao fato de que o comunismo/socialismo é entendido como sendo um “regime ditatorial onde o povo não tem vez”<sup>51</sup>. Afinal, na visão de Jair Bolsonaro, os representantes dessas “ideologias nefastas”<sup>52</sup> não só “não têm qualquer compromisso com a democracia e com a liberdade”<sup>53</sup>, ou ainda, “com a coisa pública”<sup>54</sup>, em geral, como eles, também, “trabalham”, na prática, “contra a democracia, contra a liberdade”<sup>55</sup>, na medida em que elas pregam “a divisão por costumes, por cor de pele, por regiões ou de gênero”<sup>56</sup>, “destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias”<sup>57</sup> e usam “as armas da

---

<sup>47</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional, publicado em 1º de janeiro de 2019.

<sup>48</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de entrega da Medalha Mérito Mauá - Brasília/DF, publicado em 15 de agosto de 2019.

<sup>49</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Cerimônia de celebração do 74º aniversário de criação da Brigada de Infantaria Paraquedista, publicado em 23 de novembro de 2019.

<sup>50</sup> Além de não estabelecer qualquer distinção entre os termos “comunismo” e “socialismo”, Jair Bolsonaro os utiliza de forma intercambiada ou como sinônimos. Em virtude disso, me refiro a eles partir da expressão “comunismo/socialismo”.

<sup>51</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entregas do Governo Federal para o estado do Maranhão - Imperatriz/MA, publicado em 29 de outubro de 2020.

<sup>52</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial, publicado em 1º de janeiro de 2019.

<sup>53</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Cerimônia de Declaração de Aspirantes a Oficial da Turma “70 anos da vitória da FEB” - Resende/RJ, publicado em 30 de novembro de 2019.

<sup>54</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Solenidade de Lançamento de Linha de Crédito do BNDES para Organizações Filantrópicas -Brasília/DF, publicado em 13 de junho de 2019.

<sup>55</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem de Comando da Operação Acolhida - Palácio do Planalto, publicado em 16 de janeiro de 2020.

<sup>56</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato alusivo à Entrega de Trecho da Estrada Boiadeira (BR-487), publicado em 3 de junho de 2022.

<sup>57</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial, publicado em 1º de janeiro de 2019.

democracia (...) para atingir o poder absoluto”<sup>58</sup> e “roubar a nossa liberdade”<sup>59</sup>. Por isso, tanto a “democracia” quanto a “liberdade” têm que “ser tratadas com muito carinho e ser vigiada”<sup>60</sup>:

“nós devemos nos preocupar com a nossa liberdade, o bem maior de uma nação, sem liberdade não a vida, mais importante que a própria vida é a liberdade, não podemos flertar com o socialismo, com o comunismo que países que fizeram isso dificilmente voltam a democracia”<sup>61</sup>.

A narrativa que subjaz esse argumento, portanto, entende que há um “projeto” comunista em curso no país que ambiciona conquistar “o poder absoluto” a fim de implementar um “regime ditatorial”. Tal “projeto”, contudo, não pretende, simplesmente, destruir a propriedade privada e expropriar os bens materiais da população brasileira. De maneira mais ampla, prevalece a acusação de que esse ele deseja roubar as liberdades individuais, destruir a família e dividir a sociedade, como um todo.

Bolsonaro, então, reitera que a batalha contra a esquerda é mais importante do que o próprio combate à corrupção. Não que o combate à corrupção não seja algo central. Mas, ao que parece, a ideia de combate à corrupção, para ele, estaria vinculada a uma dimensão econômica ou material. Enquanto que, a briga contra “o lado de cor vermelha”, por sua vez, apareceria atrelada, sobretudo, a uma disputa de valores morais – ou seja, “não é tanto direita e esquerda, é o bem contra o mal”<sup>62</sup>. Essa dicotomia, porém, não se sustenta, nem na prática política concreta, nem mesmo no âmbito do conteúdo analisado. Há, na realidade, um esforço contínuo, por parte de Bolsonaro, de apresentar essas questões como sendo a mesma coisa, na medida que ambas aparecem vinculadas a esquerda e são descritas como sendo nocivas para a “democracia” e a “liberdade”:

“pior do que a corrupção, que todo mundo conhece muito bem como infelizmente funciona, ou vinha funcionando a política no Brasil, é a questão ideológica. Que esses além de roubar nosso dinheiro, querem roubar a nossa

---

<sup>58</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem de Comando da Operação Acolhida - Palácio do Planalto, publicado em 16 de janeiro de 2020.

<sup>59</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no encontro com comunidade brasileira de Raanana - Tel Aviv/Israel, publicado em 2 de abril de 2019.

<sup>60</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, após se reunir com o presidente da Venezuela, Juan Guaidó - Palácio do Planalto, publicado em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>61</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega de Títulos de Propriedade Rural - Miracatu/SP, publicado em 13 de outubro de 2021.

<sup>62</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia de Lançamento do Programa Renda e Oportunidade - Palácio do Planalto, publicado em 17 de março de 2022.

liberdade. E o trabalho é muito grande para desfazer o que fizeram, a lavagem cerebral que fizeram na juventude brasileira”<sup>63</sup>.

“Eu costumo dizer que combatemos a corrupção sim, Macri, mas tem algo muito, mais muito mais importante a combater. É a questão ideológica, isso não pode voltar para nenhum país aqui da América do Sul. Assim como devo a minha vida a Deus, devemos também a Deus essa liberdade maravilhosa. Existe algo mais importante do que a vida, Macri, é a liberdade. Se a corrupção nos leva a algo de concreto, as ideologias podem levar a algo que só se dá valor depois que se perde, que é essa liberdade que nós vivemos no momento”<sup>64</sup>.

“A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou”<sup>65</sup>.

Essa visão, não à toa, recupera a ideia defendida pela “nova direita” brasileira de que há suposta “hegemonia cultural esquerdista” vigente no Brasil e se faz necessário combatê-la, conforme, inclusive, prescrito por Olavo de Carvalho, o “guru” de Bolsonaro e seus apoiadores (Rocha, 2021, p. 20).

Sendo assim, entendo que um dos principais sentidos atribuídos à democracia e à liberdade, por parte de Bolsonaro, se deu mediante a formulação daquilo que a teoria política chama de “antagonismo”. Isto é, uma retórica pautada na construção e na mobilização de identidades coletivas, em que há um “nós” bem delimitado que se opõem a um “eles” em particular, tidos como potenciais inimigos políticos (Mouffe, 2013, p. 5).

Ao recuperar às reflexões presentes na obra de Carl Schmitt, *O conceito do político*, publicada em 1932, Chantal Mouffe (2005[2000], p. 20) chama a atenção para o fato de que o antagonismo, fundamentado na distinção antitética entre “amigo” e “inimigo”, é a base “do político” [*the political*]. A dinâmica antagonista, que constitui o domínio ontológico do político, assim, é entendida, pela autora, como sendo “algo

---

<sup>63</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na UNIBES - São Paulo/SP, publicado em 27 de março de 2019.

<sup>64</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante almoço oficial oferecido pelo senhor Mauricio Macri, Presidente da República Argentina -Buenos Aires/Argentina, publicado em 6 de junho de 2019.

<sup>65</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Abertura do Debate Geral da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)- Nova Iorque/EUA, publicado em 24 de setembro de 2019.



inerente às relações humanas”. Isso significa que, na prática, ela “não pode nunca ser completamente eliminada, mas apenas “domada” ou “sublimada” pelos discursos e pelas instituições que dão legitimidade ao terreno da “política” [*politics*].

A distinção entre esses dois termos, assim, é central para a compreensão e mediação dos antagonismos presentes nas sociedades humanas, na medida em que os conflitos daí decorrentes se expressam no domínio contingente da atividade política. Há, porém, um paradoxo subjacente a esse raciocínio. Afinal, se, por um lado, a dimensão antagonista da política não pode ser erradicada, por outro, a perspectiva schmittiana, ao conferir ao outro (“eles”) o *status* de inimigo, prescreve, de forma implícita e/ou explícita, que este pode precisar ser eliminado, pois a sua própria existência, material ou simbólica, confere uma ameaça e, portanto, coloca em risco a outra face da disputa, isto é, o “nós”, evidenciando, assim, o seu caráter autoritário e coercitivo (Mouffe, 2013, p. 138).

Desde aí, então, Chantal Mouffe (2005[2000], p. 21) propõe uma alternativa a esta política ancorada na inimizade, por meio da teorização de um modelo político vinculado ao “pluralismo agonístico”. Este “modelo agonístico”, segundo a autora, nos permitiria lidar com a complexidade desse quadro, ao subverter a ideia de inimigo, a partir de sua substituição pela noção de adversário. A disputa entre adversários, nesse registro, seria mediada por um “consenso conflituoso”, no qual prevalece uma dimensão ético-política, assegurada por um conjunto de princípios e acordos, formais e informais, compartilhados por ambas as partes, capazes de balizar a expressão e garantir uma tolerância mútua entre as posições e visões de mundo em conflito.

A “luta agonística”, dessa forma, não nega a legitimidade do conflito em detrimento do consenso. Mas tampouco rompe completamente com a democracia liberal-pluralista. Trata-se, antes, de um arranjo político que ambiciona garantir que “o conflito não tome a forma de um ‘antagonismo’ (‘luta entre inimigos’), mas a forma de um ‘agonismo’ (‘luta entre adversários’)”, a fim de evitar a possibilidade de que o uso instrumental da violência, por exemplo, seja visto como uma forma aceitável de apagamento das diferenças e de erradicação da diversidade e da pluralidade, presentes em um determinado contexto social (Mouffe, 2013, p. 7 e 122, tradução própria).

Em que pese a relevância das críticas feitas a esse modelo, não seria possível, nos limites deste trabalho, abordá-las com a seriedade que elas merecem (cf. Mendonça, 2010;

Miguel, 2017). Essa breve digressão teórica, na realidade, teve apenas o objetivo de situar o conceito de “antagonismo”, tendo em vista a centralidade que a “luta entre inimigos”, e não a “luta entre adversários”, ocupa nos discursos e pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro, em que ele atribui à “democracia” e à “liberdade” o sentido de antítese ao “comunismo/socialismo”, visto que, este último conferiria uma ameaça existencial a elas.

Isso, no entanto, não significa que os atores e as instituições políticas identificadas com o “comunismo/socialismo” e, nesse sentido, consideradas, por ele, como sendo uma ameaça para a “democracia” e a “liberdade”, tenham sido sempre as mesmas, no período em questão. É possível observar, na verdade, o fato de que houve uma importante ampliação desse segmento em particular. Ou seja, se, desde antes do início do período de campanha eleitoral, em 2018, o foco de Bolsonaro era acusar os partidos e movimentos de esquerda, em geral – como o PT, o PCdoB e o PSOL, e o MST e o MTST, por exemplo –, de colocarem em risco a “democracia” e a “liberdade” no Brasil. Ao longo de seu governo, vai ficando evidente que outras instituições e atores políticos mais específicos – tais como o TSE, o STF e alguns de seus ministros, com destaque para Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, em particular –, também passaram a ser enquadrados como potenciais inimigos da “democracia” e, sobretudo, da “liberdade”.

O mesmo, porém, não aconteceu em relação aos atores e as instituições políticas entendidas como sendo responsáveis pela defesa da “democracia” e da “liberdade”. O conteúdo analisado, na realidade, mostra que houve um deslocamento cada vez mais restritivo nesse segmento, em particular, no sentido de estreitamento da vinculação da defesa da “democracia” e da “liberdade”, por parte de Bolsonaro, com a sua própria figura, enquanto liderança política. Bolsonaro, afinal, manteve, nesse grupo, do começo ao fim, além de si mesmo, sobretudo, outra instituição, sendo ela: as Forças Armadas.

De acordo com Jair Bolsonaro, as Forças Armadas “são responsáveis pela nossa democracia e liberdade e ponto final”<sup>66</sup>. Conforme indica o *corpus* empírico da pesquisa, isso se deve a dois motivos. O primeiro deles parte de uma perspectiva mais histórica. Já o segundo aparece relacionado ao seu dever constitucional. Ambos, no entanto, estão intimamente conectados.

---

<sup>66</sup> Palestra proferida pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, publicado em 23 de novembro de 2019.

Do ponto de vista histórico, Bolsonaro reitera que, os militares “são os responsáveis, como os nossos antepassados o foram também, pela garantia da democracia e da liberdade”<sup>67</sup>, tendo em vista o fato de que, “em nenhum momento de sua história [*as Forças Armadas brasileira*] se furtou de estar ao lado de seu povo para lutar por democracia e liberdade”<sup>68</sup>. Dois momentos específicos, dessa forma, são sempre referenciados a fim de ilustrar tal compromisso.

O primeiro deles é a Segunda Guerra Mundial, visto que, para Bolsonaro, é a “graças à vitória dos Aliados”, que hoje, “nós conseguimos respirar democracia e garantir algo que é tão importante quanto a própria vida, que é a nossa liberdade”<sup>69</sup>, enquanto que, o segundo é o período militar pós-1964. Assim, embora ele não discuta, explicitamente, “se foi ou não foi ditadura militar”<sup>70</sup>, tampouco deixa de reiterar que, na visão tudo ocorreu dentro da ordem vigente, afinal, ele afirma que “a sessão de 2 de abril de [19]64 (...) tornou vaga a cadeira de João Goulart” e, em virtude disso, no “dia 15 de abril, depois de uma eleição de 11 de abril, onde o Castelo Branco foi votado pela Câmara [*dos Deputados*] e pelo 232 Senado [*Federal*]”, é que ele “foi escolhido Presidente da República à luz da Constituição de [19]46”<sup>71</sup>. De todo modo, apesar das diferenças entre esses contextos, ambos aparecem no conteúdo analisado enquanto exemplos de situações concretas em que os militares brasileiros sempre estiveram ao lado da democracia e da liberdade, a fim de impedir o avanço de determinadas ideologias, mesmo que o custo disso tenha sido as suas próprias vidas e/ou as suas reputações:

“As Forças Armadas, em todos os momentos em que a pátria assim o requereu, não faltaram com seu compromisso de lealdade ao seu povo para, com o

---

<sup>67</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a solenidade de Cumprimento aos Oficiais-Generais promovidos - Palácio do Planalto, publicado em 9 de dezembro de 2019.

<sup>68</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia comemorativa ao 218º aniversário de nascimento do Marechal Emilio Luiz Mallet, patrono da arma de artilharia do Exército Brasileiro - Santa Maria/RS, publicado em 15 de junho de 2019.

<sup>69</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Coquetel de recepção para celebrar o 243º Aniversário da Independência dos Estados Unidos da América - Brasília/DF, publicado em 4 de julho de 2019.

<sup>70</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Encontro Comunitário - Miami/Flórida, publicado em 9 de março de 2020.

<sup>71</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em Declaração à Imprensa na Solenidade Alusiva ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares -Palácio do Planalto, publicado em 24 de novembro de 2021.

sacrifício da própria vida e, muitas vezes, o sacrifício da própria reputação, cumprir a missão em defesa da democracia e da liberdade”<sup>72</sup>.

Essas ideologias, vale notar, são citadas. Ou seja, aparece, no conteúdo discursivo em questão, uma diferenciação nominal entre o nazismo e o fascismo e o comunismo/socialismo. O que prevalece, porém, é a versão de que os militares é que foram – e ainda são – “o último obstáculo para o socialismo”<sup>73</sup> no Brasil:

“por que essa perseguição às Forças Armadas, por parte da esquerda? Porque nós das Forças Armadas, sempre fomos o último obstáculo para o socialismo. Por isso a perseguição. Mas a alma, a vontade, o patriotismo do soldado da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, não se abateram. E digo aos senhores, os senhores tem um governo também que hoje em dia, que reconhece a atividade militar como sendo essencial para a manutenção da nossa democracia”<sup>74</sup>.

“Vamos cada dia mais fortalecer nossas forças armadas tratadas como inimigas até a pouco tempo porque era um obstáculo para o socialismo”<sup>75</sup>.

Desde a perspectiva, constitucional, por sua vez, Bolsonaro justifica o seu entendimento de que as Forças Armadas têm o dever máximo de proteger a “democracia” e a “liberdade” de seus inimigos, como outrora fizeram no passado. Para ele, portanto, afirmar a possibilidade e/ou necessidade de uma intervenção militar no país a fim de a fim de garantir “a lei e a ordem”<sup>76</sup>, por exemplo, não é algo inconstitucional e tampouco representa uma atitude golpista, ao contrário. Jair Bolsonaro, na realidade, destaca que este tipo de julgamento está “dentro das quatro linhas da nossa Constituição”<sup>77</sup>.

O *corpus* empírico da pesquisa, desde aí, então, indica que, ao longo de seu governo, o capitão reformado passou a reiterar, com base no Artigo 142, mais

---

<sup>72</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Entrega de Espadim aos Cadetes da Turma "Bicentenário da Independência do Brasil" - Resende/RJ, publicado em 17 de agosto de 2019.

<sup>73</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Entrega de Espadim aos Cadetes da Turma "Bicentenário da Independência do Brasil" - Resende/RJ, publicado em 30 de novembro de 2019.

<sup>74</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade Alusiva aos 400 dias de Governo- Palácio do Planalto, publicado em 5 de maio de 2020.

<sup>75</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Encontro Nacional do Agro, publicado em 30 de agosto de 2022.

<sup>76</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Solenidade de Promoção de Oficiais-Generais, publicado em 6 de agosto de 2020.

<sup>77</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade de Passagem do Comando Militar do Sudeste - São Paulo/SP, publicado em 15 de abril de 2021.

especificamente, que o presidente da República, isto é, ele próprio, é que é o “chefe supremo”<sup>78</sup> dessa instituição, podendo, então, acioná-la, caso ele considere necessário. Não à toa, Bolsonaro descreve que a “alma”<sup>79</sup> das Forças Armadas está “no artigo 142”. E, também, destaca que “como Presidente da República, como chefe Supremo das Forças Armadas, nunca abrirei mão de que meu povo tenha liberdade e que tenha democracia. Para quem dizia que ia fazer o contrário, estão decepcionados. Eu só vivo ao lado desse povo. Sem esse povo, nós aqui, políticos, não somos ninguém”<sup>80</sup>.

Sob esse aspecto, ainda, Bolsonaro também não deixa de mencionar, de forma explícita, a prerrogativa constitucional de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), segundo a qual, o presidente da República pode, sim, acionar às Forças Armadas, em situações de excepcionalidade, a fim de garantir o retorno à normalidade. Nas suas próprias palavras, “quem manda as Forças Armadas para rua, no GLO, sou eu”<sup>81</sup>.

Esses elementos, como um todo, conformam, assim, uma espécie de constelação em torno do sentido de que tanto “democracia” como a “liberdade” estão sob ameaça, afinal, enquanto persistirem às “ideologias nefastas” do “lado de cor vermelha”<sup>82</sup> elas estarão. O que quero dizer é que, esse sentido, em particular, assume a forma de antagonismo porque, nos termos em que essa disputa está posta, por Bolsonaro, não há qualquer possibilidade de coexistência entre as ideologias da esquerda e a “democracia” e a “liberdade”. Ou seja, para que a “democracia de verdade” e a “liberdade” se consolidem é necessário que os seus “inimigos” sejam eliminados. E, no material sob análise, há fortes indícios de que essa eliminação é, de fato, letal – como ilustrado pela expressão “vai para a ponta da praia”, utilizada durante o período da ditadura militar para se referir ao modo como os corpos de pessoas assassinadas pelas forças repressivas do regime eram descartados:

---

<sup>78</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem do Comando Militar do Leste - Rio de Janeiro-RJ, publicado em 14 de agosto de 2020.

<sup>79</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade de entrega do Prêmio Marechal Rondon de Comunicações- Palácio do Planalto, publicado em 14 de setembro de 2021.

<sup>80</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Inauguração da Primeira Fase da Segunda Etapa do Sistema Adutor do Pajeú- São José do Egito/PE, publicado em 1º de outubro de 2020.

<sup>81</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva à Inauguração do Centro Nacional de Treinamento de Atletismo - CNTA- Cascavel/PR, publicado em 4 de fevereiro de 2021.

<sup>82</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Encontro Nacional do Agro, publicado em 30 de agosto de 2022.

“Ideologia de gênero é a ‘ponta da praia’. Nós vamos mudar esse Brasil”<sup>83</sup>.

“‘Bolsonaro e Lula são a mesma coisa para 22’. Ah, pra ponta da praia, pô. Porra”<sup>84</sup>.

“em 2010 eu estava parlamentar quando tentaram aprovar um tal do PLC 122, um projeto de lei que botava na cadeia ou pastor que porventura se negasse a realizar qualquer tipo de casamento, vai para a ponta da praia”<sup>85</sup>.

“a nossa liberdade é sagrada e ela não tem limites, não tem esse papinho de fake news, Fake news, a vai para a ponta da praia”<sup>86</sup>.

Ou seja, ao mesmo tempo em que Bolsonaro reafirma a valorização do papel político das Forças Armadas, como sendo um dos poderes responsáveis pela manutenção da “democracia” e da “liberdade” no país, ele se auto instituiu enquanto autoridade que está acima desse mesmo poder. Um indicativo disso é que a própria referência ao Exército aparece precedida pelo pronome possessivo “meu”<sup>87</sup>, em alguns de seus discursos e pronunciamentos oficiais, por exemplo. Ao que parece, também, o fato de Jair Bolsonaro ter a sua formação profissional relacionada às Forças Armadas traz uma margem de indeterminação entre as esferas representativas daquilo que vem a ser o “Jair Bolsonaro militar”, de um lado, e o “Jair Bolsonaro presidente”, de outro, por assim dizer, na medida em que ele se enquadra, de uma só vez, como parte das duas instituições. Daí o uso do verbo “nós” a fim de se direcionar aos militares, especificamente.

Em seus próprios termos, “no passado nós [*militares*] lutamos por democracia e por liberdade e, no futuro, se preciso for, daremos a nossa vida para que essa democracia e para que essa liberdade nunca deixe de existir entre nós”<sup>88</sup>. Daí, também, o entendimento de que “nós [*militares*] somos os verdadeiros guardiões da nossa

---

<sup>83</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia alusiva ao Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí - Parnaíba/PI, publicado em 14 de agosto de 2019.

<sup>84</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Ato Alusivo à Cerimônia de abertura da 36ª Edição da APAS Show, publicado em 15 de maio de 2022.

<sup>85</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Encontro Nacional do Agro, publicado em 30 de agosto de 2022.

<sup>86</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Encontro Nacional do Agro, publicado em 30 de agosto de 2022.

<sup>87</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem do Comando Militar do Sudeste - São Paulo/SP, publicado em 3 de julho de 2019.

<sup>88</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Diplomação das Turmas do Curso de Formação de Sargentos 2019 - Três Corações/MG, publicado em 29 de novembro de 2019.

democracia e tudo faremos pela nossa liberdade”<sup>89</sup>, “não aceitamos a nossa bandeira ser vermelha. Não aceitamos o comunismo ou o socialismo”<sup>90</sup>.

Sendo assim, se, como visto antes, no entendimento de renomados cientistas políticos, como Steve Levitsky e Daniel Ziblatt (2018, p. 31), os partidos políticos é que são os “guardiões da democracia”, na visão de Jair Bolsonaro, esta função cabe, na realidade, às Forças Armadas. Esse descolamento, no entanto, não se trata de uma mera articulação retórica. Posto que, na prática, isso confere legitimidade ao entendimento de que a garantia da “democracia” e da “liberdade” é, em última instância, uma tarefa que cabe a autoridade do próprio indivíduo que acusa determinados atores e instituições, e as suas respectivas ideologias políticas, de colocarem em risco a manutenção desses valores.

Daí, então, a dimensão estratégica da construção e da mobilização da antítese entre os “inimigos” da “democracia” e da “liberdade”, de um lado, e os seus respectivos “guardiões”, de outro. O que sustenta essa retórica, porém, é sentido geral de que a “democracia” e a “liberdade” são antípodas do comunismo/socialismo. Esse sentido, não obstante, é reiterado, por diversas vezes, se articula com os outros dois.

### **III.2 “Democracia de verdade” como governo da maioria**

Jair Bolsonaro, por diversas vezes, assumiu, de forma explícita ou implícita, a posição de defensor da “democracia de verdade”<sup>91</sup>. Ao que parece, no entanto, o recurso a uma certa noção “de verdade” pelo capital reformado não é algo apenas retórico. A ideia de que a democracia que ele defende – e representa (“eu represento a democracia no Brasil”<sup>92</sup>) – é que é a “democracia de verdade”, afinal, pressupõe, na prática, a existência de uma “democracia de mentira” ou “falsa”. Mas que democracia seria essa?

---

<sup>89</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Cerimônia de Formatura do Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento -Rio de Janeiro/RJ, publicado em 10 de setembro de 2020.

<sup>90</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Marcha para Jesus, publicado em 28 de maio de 2022.

<sup>91</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Congresso Aço Brasil 2019 - Brasília/DF, publicado em 21 de agosto de 2019.

<sup>92</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de entrada pelos portões dos novos Alunos da EsPCEEx- Campinas/SP, publicado em 20 de fevereiro de 2020.

Trata-se, em última instância, da democracia que os partidos e movimentos políticos de esquerda dizem defender. Ou seja, há uma relação intrínseca entre a acusação, por parte de Bolsonaro, de que as esquerdas e suas respectivas ideologias são uma ameaça real para a “democracia”, como abordado anteriormente, e a reivindicação de que, na verdade, a sua visão de democracia que é, de fato, democrática. Não à toa, ele descreve os militantes de esquerda, contrários aos seu governo, como “marginais, terroristas, maconheiros, desocupados que não sabem o que é economia, nem sabem o que é trabalhar para ganhar seu pão de cada dia”, ao mesmo tempo em que os acusa de “quererem quebrar o Brasil em nome de uma democracia que eles nunca souberam o que é e nunca zelaram por ela”<sup>93</sup>. Bolsonaro, ainda, reconhece que, se em 1964, as esquerdas “tentaram tomar o poder pelas armas”, hoje, “as armas que usam são as armas da democracia”<sup>94</sup>.

Mas, seja como for, o importante, aqui, é que o sentido que é predominantemente atribuído à “democracia de verdade” se volta para a noção de “maioria”. Essa maioria, no entanto, não é, de forma alguma, um ente abstrato. Trata-se, antes, daquilo que o próprio Bolsonaro chama, em diversas ocasiões, de “patriotas”, “pessoas de bem” ou “cidadão de bem”. Isto é, o brasileiro que compartilha da gramática moral ativada por Jair Bolsonaro e se materializa, sobretudo, na figura religiosa do cristão, conforme apontado por Esther Solano (2018) e Isabela Kalil (2018). Assim, se a maioria da população é cristã, então, Bolsonaro considera que não há porque a democracia não defender e reproduzir as necessidades, os interesses e as perspectivas sociais dos próprios cristãos, em detrimento de uma minoria:

“Nós somos a maioria [*cristãos*], a democracia é vocês, vocês têm que dar o norte para todos nós, e digo uma coisa outra, indo para o encerramento, uma terceira passagem bíblica, serve para cada um de vocês, mas sei que serve muito mais para mim, para a função que ocupo no momento, que diz: “Nada temais, nem mesmo a morte a não ser a morte eterna”. O maior pecado que qualquer um de nós pode cometer é o pecado da omissão, sabemos o que nos espera (...) nós sabemos o que queremos, não podemos aceitar passivamente aqueles que querem impor a sua vontade sobre nós (...) o nosso grande patrimônio são os nossos filhos, o nosso grande tesouro é a nossa família e a nossa grande força é

---

<sup>93</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Cerimônia de inauguração do Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás- Águas Lindas de Goiás/GO, publicado em 5 de junho de 2020.

<sup>94</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia de Lançamento do Programa Brasil pela Vida e pela Família, publicado em 8 de junho de 2022.



a nossa fé. Estou aqui porque acredito em vocês, e todos nós estamos aqui porque acreditamos em Deus”<sup>95</sup>.

“se nós somos a maioria, porque cedermos à minoria? (...) a lei tem que ser feita para atender as maiorias e não as minorias. Respeitamos as minorias, mas nós, a maioria, o povo, é que deve conduzir o destino de uma nação”<sup>96</sup>.

“as pessoas de bem, que foi a maioria que acreditou naquilo que nós pregamos ao longo dos últimos anos não poderá se decepcionar conosco”<sup>97</sup>.

“Comunismo é um fracasso, socialismo é uma desgraça. Nós somos a maioria. Nós juntos vamos, sim, mudar o destino do Brasil”<sup>98</sup>.

Ao arrepio das críticas feitas aos riscos do despotismo derivado de uma “tirania da maioria” por Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill, ainda no século XIX, então, Jair Bolsonaro atribuí à democracia um sentido excludente, no qual prevalece uma ideia contrária ao respeito à diversidade e à laicidade do Estado. Isso, no entanto, não é completamente explícito. Ou seja, não se trata de uma recusa aberta e ingênua desses valores. Com base no conteúdo analisado, na realidade, fica evidente que eles estão, o tempo todo, sendo disputados. Essa ressalva é importante porque, como observado por Flávia Biroli (2020c), a mobilização de uma noção de “maioria cristã” que atrela valores religiosos e nacionalistas com um sentido restritivo e excludente de democracia tem aparecido como uma estratégica política de atores conservadores, sobretudo religiosos, em diferentes partes da América Latina, a fim de obstaculizar o avanço ou promover retrocessos em direitos humanos e garantias individuais, vinculados às agendas dos movimentos feministas e de mulheres e o movimento LGBTI+ em particular, mas não só.

Com relação à diversidade, por sua vez, Bolsonaro não nega, completamente, a autonomia individual, mas a restringe, de forma desigual, a partir da defesa de valores e normas que são profundamente autoritárias e hierárquicas, como é o caso da família convencional (Brown, 2019). Não à toa, no material analisado, de maneira mais geral, a ideia que prevalece é que a família é a base da sociedade. A família, tal como prescreve

---

<sup>95</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Marcha para Jesus, publicado em 26 de junho de 2022.

<sup>96</sup> Discurso do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Culto de Gratidão a Deus pela vida do Senhor Presidente - Manaus/AM, publicado em 25 de julho de 2019.

<sup>97</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse do Presidente do Banco do Brasil, o Senhor Rubem Novaes; Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Senhor Joaquim Levy e o Presidente da Caixa Econômica Federal, o Senhor Pedro Guimarães- Brasília/DF, publicado em 7 de janeiro de 2019.

<sup>98</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Inauguração de Travessia Urbana de São José do Rio Preto, publicado em 24 de fevereiro de 2022.

Bolsonaro, no entanto, é entendida tal como está no Artigo 126 da *Constituição*. Isso significa que a sua conformação assume um enquadramento marcadamente heteronormativo. Desde aí, Bolsonaro traça uma lógica de dependência entre a estrutura da família e o funcionamento da sociedade e do Estado. Ou seja, famílias desestruturadas, para ele, geram custos tanto do ponto de vista político, como econômico e social. Por isso, é necessário preservar a autoridade da família tradicional em detrimento da diversidade dos arranjos familiares, por exemplo. Ressoa nesse ponto, então, a convergência entre neoliberalismo e conservadorismo social, conforme assinalado pela crítica feminista contemporânea (cf. Biroli, 2020b e 2020c; Brown, 2006 e 2019; Cooper, 2017).

A reafirmação da importância dos valores familiares, encapsulada sob o *slogan* fascista “Deus, Pátria, Família”, assim, aparece atrelada aos riscos que a sua destruição, promovida pela “ideologia de gênero” e pelo “politicamente correto” (Junqueira, 2022), traz para a própria funcionalidade da sociedade (Biroli, 2020c; Brown, 2015):

“a família, como está na Constituição, se não me engano, no artigo 216, é um homem e uma mulher. E a família, repito, é a base da sociedade. Uma família desestruturada é problema para o prefeito, para o governador, para o presidente, porque a prole daquela família se perde, custa caríssimo tratar uma pessoa que entrou no mundo das drogas. Então, é um governo que mudou. Até há pouco, tínhamos vergonha de falar isso: “Deus, pátria, família, Brasil”<sup>99</sup>.

“A família é a base da sociedade. Para onde estávamos indo? Com todas as diversidades familiares? Ora, bolas! Cada um faça o que bem entender, mas não queira impor os seus costumes à grande maioria, que somos nós. Um governo que é temente a Deus. O Estado é laico, mas eu sou cristão. E ponto final”<sup>100</sup>.

“a minoria agora tem que fazer valer a sua vontade perante a maioria, qual é a intenção disso? Um país com famílias desestruturadas, é um país fadado ao fracasso, porque esse outro lado de cor vermelha fala em liberar as drogas o tempo? qual o benefício da droga? O que ajuda o nosso país? (...) É difícil entender o que esses caras querem? Esses caras do outro lado ou são uns radicais”<sup>101</sup>.

“Uma célula está para um corpo assim como a família para a sociedade, uma família sadia mais que lucrativa para a sociedade; é a certeza que nós viveremos em paz, em harmonia e pensando no futuro de todos nós. Nessa briga do bem contra o mau, nós sabemos o que está na mesa, um lado defende o aborto, o outro é contra, uma lado defende a família, o outro quer cada vez mais desgastar os seus valores, um lado é contra ideologia de gênero, o outro é favorável, um lado

---

<sup>99</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia Alusiva à Visita do Presidente da República ao Estado do Tocantins - Palmas/TO, publicado em 12 de dezembro de 2019.

<sup>100</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia Alusiva à Visita do Presidente da República ao Estado do Tocantins - Palmas/TO, publicado em 12 de dezembro de 2019.

<sup>101</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Encontro Nacional do Agro, publicado em 30 de agosto de 2022.

quer que se o povo se arme para que cada vez mais se afaste a sombra daqueles que querem roubar essa nossa tão sagrada liberdade. E eu tenho dito, povo armado jamais será escravizado”<sup>102</sup>.

No âmbito da laicidade, a importância dessa noção de “maioria” é ainda mais evidente, pois, Bolsonaro reconhece de que o Estado brasileiro é laico, mas, ele usa do fato de que ele é cristão para reivindicar a legitimidade da gramática judaico-cristã que foi, abertamente, assumida e promovida pelo seu governo, sobretudo no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), liderado por Damares Alves, advogada e pastora evangélica (Biroli e Quintela, 2020). O seu governo, afinal, venceu às urnas e, portanto, representa “o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu”<sup>103</sup>:

“Temos um estado laico, sim. Mas temos um presidente e uma grande parte da população brasileira que é cristã e se orgulha disso. Deus, Pátria e família”<sup>104</sup>.

“Nós respeitamos todas as religiões, mas 90% da população é cristã. O Estado é laico, mas nós aqui somos cristãos e acreditamos em Deus. Acabou a história de bagunçarem com a família brasileira. A família brasileira é sagrada. Nas escolas, cada vez menos estamos vendo aquele lixo, aquela coisa do capeta chamada ‘ideologia de gênero’”<sup>105</sup>.

Nada disso, para Bolsonaro, então, foge dos termos de uma “democracia”, pelo contrário. Ao que tudo indica, na sua visão, o regime político deixaria de ser democrático se, ou quando, uma minoria passasse a querer impor os seus valores, preferências e estilos de vida para a maioria da sociedade brasileira. Daí, então, o sentido de “democracia de verdade” como governo da maioria, em que conservadorismo e nacionalismo se entrelaçam e se sobrepõem mutuamente. Ou seja, tal postura não reside na negação direta da democracia como forma legítima de governo, embora acabe por tencioná-la, ao subverter o seu conteúdo social igualitário e emancipatório.

---

<sup>102</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Marcha para Jesus, publicado em 26 de junho de 2022.

<sup>103</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial, publicado em 1º de janeiro de 2019.

<sup>104</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade Alusiva aos 400 dias de Governo- Palácio do Planalto, publicado em 5 de fevereiro de 2020.

<sup>105</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia alusiva ao Projeto de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí - Parnaíba/PI, publicado em 14 de agosto de 2019.

Chama atenção, ainda, o fato de que apesar das inúmeras polêmicas envolvendo às eleições de 2018, Jair Bolsonaro não nega diretamente a importância do voto como um método democrático de seleção de candidatos, na medida em que ele mesmo reconhece que “a alma da democracia está no voto”<sup>106</sup> e “e a contagem dele faz parte dessa alma”<sup>107</sup>, ou ainda, que o que “há de mais sagrado na democracia é o voto transparente”<sup>108</sup>. “Na democracia”, afinal de contas, “é comum perder uma eleição” o que “não podemos é perder a democracia numa eleição”<sup>109</sup>.

Aparentemente, então, Bolsonaro não diverge tanto assim de uma leitura minimalista da democracia reduzida ao processo eleitoral, presente em autores importantes como Joseph Schumpeter, Anthony Downs e Giovanni Sartori, apenas para mencionar alguns exemplos (Miguel, 2014). O que aparece, em diversos momentos, não obstante, é que Jair Bolsonaro disputa o sentido do voto – e, por conseguinte, da própria democracia –, a partir do questionamento da legitimidade do modo como o procedimento de seleção de candidatos é feito no Brasil, e não da necessidade de seleção ou mesmo da seleção em si mesma:

“nós temos mais que o dever, o direito de aperfeiçoar as instituições, desconfiar, debater, ninguém tem o poder de falar, aqui eu mando, ninguém mete a colher, é assim e quem for contra está atacando a democracia, que democracia é essa que estão atacando? Nós queremos transparência, queremos a verdade, queremos terminar umas eleições sem quaisquer desconfianças seja qual for o lado, queremos o bem do nosso Brasil, continuarmos sendo livres é uma ameaça a nossa liberdade no momento (...) queremos ter a certeza de que o voto de cada um de vocês, uma vez apertado o botão na maquininha, vá realmente para aquela pessoa, isso é democracia. Vimos agora pouco uma cartinha em defesa da democracia, olha quem assinou a carta o último que assinou é um cara que vive de amores e beijos ou vivia que alguns já morreram, como por exemplo o Fidel Castro, Chávez, Maduro, Lugo, Evo Morales entre outros”<sup>110</sup>.

---

<sup>106</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Lançamento da Carteira de Identidade Nacional - Palácio do Planalto, publicado em 24 de fevereiro de 2022.

<sup>107</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva ao 5G no Agro e a Entregas do Governo Federal, publicado em 1º de abril de 2022.

<sup>108</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na cerimônia de Lançamento do Programa Renda e Oportunidade - Palácio do Planalto, publicado em 25 de março de 2022.

<sup>109</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de União Apostólica, publicado em 19 de junho de 2022.

<sup>110</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Encontro Nacional do Agro, publicado em 30 de agosto de 2022.

Ao ativar teorias conspiratórias e *fake news*, segundo às quais o resultado das eleições de 2018 foi fraudado, afinal, Bolsonaro coloca em cena a necessidade de que o voto eletrônico seja substituído pelo voto impresso. Tal necessidade, entretanto, é articulada, por ele, não apenas como fruto de uma desconfiança pessoal em relação às urnas eletrônicas, mas com base na justificativa de que o voto impresso traria mais confiança ao eleitorado em relação ao sistema, na medida em que concederia maior transparência ao procedimento eleitoral. E, assim, acabaria por dar uma maior estabilidade a própria democracia no país. A “democracia de verdade”, para Bolsonaro, está pautada em uma gramática moral específica, que aparece, por exemplo, sob a defesa da honestidade como princípio de ação:

“Sempre ouvi que a democracia não tem preço. Temos recursos para comprar às zonas com as suas respectivas impressoras. O que a gente quer que o povo, após votar, tenha a certeza que o voto vá para aquele presidente, governador, senador ou deputado. E para que essa pessoa possa efetivamente representá-la no Parlamento”<sup>111</sup>.

“não é o Tribunal Superior Eleitoral quem conta os votos é uma empresa terceirizada, eu acho que eu nem precisava continuar essa explanação aqui, nós queremos obviamente, estamos lutando para apresentar uma saída para isso tudo, nós queremos confiança e transparência no sistema eleitoral brasileiro (...) Eu teria dezenas e dezenas de vídeos para passar para os senhores por ocasião das eleições de 2018, onde o eleitor ia votar e simplesmente não conseguia votar ou quando ele apertava número um e depois ia apertar o 7 aparecia o 3 e o voto ia para outro candidato, o contrário ninguém reclamou, temos quase 100 vídeos de pessoas reclamando que foram votar em mim e na verdade o voto foi para outra pessoa, nenhum vídeo de alguém que foi votar no outro candidato e porventura apareceu o meu nome. Nós queremos corrigir falhas, nós queremos transparência, nós queremos democracia de verdade”<sup>112</sup>.

Vale ressaltar que, curiosamente, Bolsonaro sinaliza para uma noção mais substantiva da “democracia de verdade”, ao passo em que repete o entendimento de que, assim como a “liberdade”, a “democracia é maravilhosa, mas devemos zelar por ela todos os dias, e não de 4 em 4 anos”<sup>113</sup>. Ou seja, há um reconhecimento de que não é apenas o voto que é suficientemente capaz de promover a manutenção do regime democrático. Mas a “democracia de verdade” defendida por Bolsonaro, por outro lado, é expressamente

---

<sup>111</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva à visita técnica à Barragem de Oiticica -Jucurutu/RN, publicado em 24 de junho de 2021.

<sup>112</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Encontro com Chefes de Missão Diplomática, publicado em 18 do julho de 2022.

<sup>113</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Encontro com a comunidade brasileira em Orlando (EUA), publicado em 11 de julho de 2022.

contrária à democratização das forças nacionais de segurança militares, do mesmo modo em que ela veta qualquer projeto social de controle ou regulamentação da mídia e das novas tecnologias de comunicação e informação, tais como o Twitter e o WhatsApp.

O argumento contrário à democratização das forças nacionais de segurança militares, mobilizado por Jair Bolsonaro, mescla elementos neoliberais com o ideário punitivista (Lacerda, 2019). O que prevalece, no entanto, é a ideia de que o aparato repressivo do Estado tem um objetivo bem delimitado, isto é, conter a violência social, inclusive, por meio do uso da própria violência, se necessário.

Assim, não seria possível, para ele, a adoção de valores democráticos nesse setor, como os direitos humanos, por exemplo, pois isso comprometeria a própria eficiência do serviço prestado pelos policiais militares. Esse raciocínio aparece de forma emblemática, em um trecho no qual, ele afirma: “Queremos uma Polícia Militar eficiente e que realmente cumpra o seu objetivo, mas falar em democracia para a Política Militar? Como é que ele vai tratar um sequestrador? Um narco traficante?”<sup>114</sup>

O veto ao controle ou regulamentação da mídia e das novas tecnologias de informação e comunicação, por sua vez, está fundamentado na defesa da “liberdade”, tal como discutido a seguir. Mas, cumpre assinalar, aqui, que, essa ideia pressupõe um entendimento de que a democratização desses dispositivos, em particular, seria uma forma de censura, na medida em que ela excluiria a possibilidade de contestação ou mesmo de oposição política. Sendo assim, mais do que defender qualquer sentido de democracia, de fato, comprometido com valores democráticos, como a igualdade, a laicidade e o respeito à diversidade, Jair Bolsonaro se entende como sendo um democrata porque defende a “liberdade”.

### **III.3 “Liberdade” como não-interferência**

A “liberdade”, desde o primeiro discurso presidencial de Jair Bolsonaro, realizado durante a cerimônia de posse no Congresso Nacional, aparece como sendo um dos principais valores defendidos pelo, então, presidente do Brasil.

---

<sup>114</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Lançamento do Programa Nacional de escolas Cívico-Militares - PECIM - Palácio do Planalto, publicado em 5 de setembro de 2019.

As afirmações de que a liberdade é um “valor que não podemos abrir mão em nenhuma hipótese”<sup>115</sup>; de que a liberdade é “sagrada” e “não tem preço”<sup>116</sup>; de que a liberdade “é o bem maior de um país que se diz democrático”<sup>117</sup>; de que a liberdade “é mais importante que qualquer coisa”<sup>118</sup>, “mais importante do que qualquer bem material”<sup>119</sup>, mais importante que “nosso ouro, nosso nióbio, nossas terras, nossa biodiversidade, nossa água ou nosso espaço”<sup>120</sup>, mais importante, inclusive, “que a própria vida, porque um homem ou uma mulher sem liberdade não tem vida”<sup>121</sup>; de que a liberdade é “o sonho maior de qualquer homem ou mulher”<sup>122</sup>; de que a liberdade “não é dissociada do oxigênio que respiramos”<sup>123</sup>; de que a liberdade “é o nosso oxigênio, sem liberdade não se vive”<sup>124</sup>; ou ainda, de que “podemos viver até sem oxigênio, mas não viveremos sem liberdade”<sup>125</sup>, não obstante, aparecem de diferentes formas, em diferentes contextos.

A partir daí, foi possível apreender que o principal sentido atribuído ao termo “liberdade”, por Jair Bolsonaro, remete a uma noção abstrata de “liberdade negativa”.

Esta ideia, conforme discutido por Isaiah Berlin (1981[1969]), traz um entendimento que o exercício da liberdade pelos sujeitos prescinde da primazia de uma redução escalonada de qualquer forma de intervenção ou coerção externa sob o domínio da ação individual. Trata-se, portanto, de uma visão segundo a qual “quanto mais ampla essa área de não-interferência, mais ampla a minha liberdade” (Berlin, 1981[1969], p.

---

<sup>115</sup> Declaração Conjunta à Imprensa do Presidente da República, Jair Bolsonaro - Buenos Aires/Argentina, publicado em 6 de junho de 2019.

<sup>116</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no encontro com comunidade brasileira de Raanana - Tel Aviv/Israel, publicado em 2 de abril de 2019.

<sup>117</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Marcha para Jesus, publicado em 21 de maio de 2022.

<sup>118</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na “Conferência Modeladas - A Presença e a Conferência e Hombridade - A Jornada da Masculinidade”, publicado em 28 de julho de 2022.

<sup>119</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega dos Residenciais Canaã I e II, publicado em 24 de junho de 2022.

<sup>120</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos da Escola de Especialistas de Aeronáutica - Guaratinguetá/SP, publicado em 21 de junho de 2021.

<sup>121</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade dos 300 dias de Governo - Palácio do Planalto, publicado em 5 de novembro de 2019.

<sup>122</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, após se reunir com o presidente da Venezuela, Juan Guaidó - Palácio do Planalto, publicado em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>123</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura da Semana das Comunicações - Palácio do Planalto, publicado em 5 de maio de 2021.

<sup>124</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na “Conferência Modeladas - A Presença e a Conferência e Hombridade - A Jornada da Masculinidade”, publicado em 28 de julho de 2022.

<sup>125</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Encontro com a comunidade brasileira em Orlando (EUA), publicado em 11 de junho de 2022.

137). Ou seja, a “liberdade negativa”, enquanto “liberdade de”, corresponde a uma “situação na qual um sujeito tem a possibilidade de agir sem ser impedido, ou de não agir sem ser obrigado” (Bobbio, 1997[1995], p. 48).

Berlin (1981[1969], p. 142), além disso, ressalta a existência de uma “liberdade positiva”, vinculada a noção de autonomia individual marcada pelo “desejo do indivíduo de ser seu próprio amo e senhor”. Sendo assim, sob a fórmula da “liberdade para”, ela corresponde “a situação na qual um sujeito tem a possibilidade de orientar seu próprio querer no sentido de uma finalidade, de tomar decisões, sem ser determinado pelo querer de outros” (Bobbio, 1997[1995], p. 51).

É verdade, porém, que, essa dicotomia, na prática, não deixa de ser contraditória em seus próprios termos. Norberto Bobbio (1997[1995], p. 53, grifos do autor), em virtude disso, considera “mais apropriado falar de liberdade de agir e liberdade de querer, entendendo-se, pela primeira, *ação não impedida ou não forçada*, e, pela segunda, *vontade não heterodeterminada e sim autodeterminada*”.

Cumprir notar que, como boa parte do pensamento liberal, nenhum deles aprofunda a discussão sobre o modo como o processo de formação das preferências individuais e coletivas são condicionadas por uma série de fatores estruturais, como os processos desiguais de socialização, por exemplo, que obstaculizam o próprio exercício cotidiano da liberdade (cf., entre outros, Biroli, 2013; Miguel, 2018). Apesar disso, ou por causa disso, creio que, a noção de “liberdade negativa”, em particular, resume bem o sentido da “liberdade” como não-interferência presente no *corpus* empírico da pesquisa, na medida em que ela está centrada em uma visão de liberdade que, ao contrário de negar o valor da autonomia individual ou coletiva, na prática, o leva ao extremo.

A “liberdade” apresentada por Jair Bolsonaro, afinal, é a um só tempo meio e fim do próprio exercício da “liberdade”. A ideia de “liberdade” como não-interferência, por outro lado, não é sinônimo de não-regulação das condutas. A ideia de “liberdade” como não-interferência, também, não é meramente um sinônimo de anti-estatismo. A ideia de “liberdade” como não-interferência, portanto, não ignora que determinadas formas de interferência são necessárias para que a própria não-interferência seja possível na prática concreta, ao contrário. A ideia de “liberdade” como não-interferência, na realidade, se configura a partir das disputas políticas e ideológicas em torno de quais são os domínios legítimos da interferência externa (estatal, individual/coletiva e/ou familiar) sobre o



exercício das liberdades e, ao mesmo tempo, das normas que constituem e organizam essas esferas e as relações interpessoais daí subsequentes.

O conteúdo analisado, em particular, ilustra essa percepção ao evidenciar o fato de que, conforme a palavra “liberdade” foi sendo adjetivada, por Jair Bolsonaro, é possível observar importantes deslocamentos internos ao próprio sentido de “liberdade” como não-interferência.

Ao tratar da “liberdade econômica” ou “liberdade de mercado”, por exemplo, o domínio da interferência, ou não, que prevalece é fundamentado na reorganização da relação entre Estado, indivíduo e mercado.

O Estado, na visão de Bolsonaro, é responsável por promover a “liberdade” e fornecer às condições necessárias para o seu exercício. Nessa perspectiva, isso se dá a partir do momento em que o Estado sai “do cangote daqueles que produzem, daqueles que investem e dos grandes empreendedores e o agronegócio”<sup>126</sup> e incentiva “a liberdade de criar e empreender”<sup>127</sup>. Sob esse último aspecto, o brasileiro é descrito como “um excelente empreendedor”, tendo em vista a sua “capacidade enorme de criar, de inovar”, sendo assim, o “que ele precisa é ter liberdade, é não ter o Estado atrapalhando o seu trabalho”<sup>128</sup>. Mas isso não é tudo.

Se, por um lado, Bolsonaro reitera que cabe ao Estado, oferecer a “garantia jurídica” aos investidores de que os “contratos serão respeitados”<sup>129</sup>, por outro, ele considera que “quem cria emprego”<sup>130</sup> não é o governo, ao contrário. A criação de empregos, na verdade, é expressamente descrita, por ele, como sendo de responsabilidade da “iniciativa privada”<sup>131</sup>, em particular. “O emprego”, em seus próprios termos, “é criado

---

<sup>126</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Abertura Oficial da Agrishow 2019 - Ribeirão Preto/SP, publicado em 29 de abril de 2019.

<sup>127</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Cúpula de Líderes do BRICS (videoconferência) - Palácio do Planalto, publicado em 17 de novembro de 2020.

<sup>128</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Visita à Confederação Nacional da Indústria - CNI - Brasília/DF, publicado em 11 de dezembro de 2019.

<sup>129</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Sessão sobre o Brasil do FII - Riade/Arábia Saudita, publicado em 30 de outubro de 2019.

<sup>130</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Seminário sobre Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade no Centro-Oeste – Dia de Campo- Cuiabá/MT, publicado em 19 de agosto de 2020.

<sup>131</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na “Conferência Modeladas - A Presença e a Conferência e Hombridade - A Jornada da Masculinidade”, publicado em 28 de julho de 2022.

pela iniciativa privada, mas o empreendedor tem que ter estímulo pra isso, ele tem que ter uma certa certeza que ele vai ser vitorioso naquilo que ele tá se propondo a fazer”<sup>132</sup>.

Daí, então, a importância de o aparato estatal garantir que os contratos serão respeitados, pois, para ele, é isso que produz confiança na iniciativa privada, esta esfera que a um só tempo depende da liberdade e da segurança. E quem fornece essa segurança? O Estado. O que pressupõe, então, a necessidade de que determinadas formas de interferência sejam regulamentadas, por meio de normas, gerando, então, uma zona de intervenção no âmbito das relações econômicas que é medida pelo Estado. Não à toa, ele afirma que o objetivo do seu governo é produzir “maior abertura e liberdade econômicas, mais competição e maior estímulo à iniciativa privada, reservando-se ao Estado, ao mesmo tempo, o papel que lhe cabe nas várias políticas públicas essenciais ao desenvolvimento”, a partir da negociação de “acordos econômicos amplos e modernos, que nos conectem ainda mais aos fluxos mundiais de comércio, investimentos, tecnologias e ideias”<sup>133</sup>. A Lei de Liberdade Economia (Lei n.º 13.874/2019), assim, é sempre citada como uma importante medida governamental que visa avançar nessa direção.

Prevalece aí, então, uma visão do “mercado” como uma esfera social que, ao mesmo tempo em que depende da liberdade, produz liberdade e realização pessoal. Como visto nos capítulos anteriores, esta ideia abstrata do mercado não é apenas falsa. Mas se vincula a manutenção de uma ordem social marcada pela dominação capitalista. A defesa da “liberdade” como não-interferência aí, então, assume uma gramática econômica. Isso, no entanto, não significa que a defesa da liberdade política não seja importante para Jair Bolsonaro. Mas ele adverte, por vezes, que “não pode haver liberdade política sem que haja também liberdade econômica. E vice-versa”<sup>134</sup> (Harvey, 2014[2005]; Brown, 2019).

Bolsonaro, ao tratar, mais diretamente, da liberdade política, contudo, dá uma ênfase antipolítica ao seu sentido, na medida em que ela aparece atrelada à importância da liberdade que ele teve para escolher os seus membros do seu governo. Em sua percepção,

---

<sup>132</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade de consolidação do Marco Regulatório Trabalhista Infralegal - Palácio do Planalto, publicado em 10 de novembro de 2021.

<sup>133</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Abertura do Fórum de Investimentos Brasil 2021 - Palácio do Planalto, publicado em 31 de maio de 2021.

<sup>134</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Abertura do Debate Geral da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)- Nova Iorque/EUA, publicado em 24 de setembro de 2019.

afinal, isso se deve ao fato de que a sua vitória eleitoral foi fruto de uma candidatura que não assumiu grandes compromissos com as elites políticas tradicionais e não firmou o famoso “toma-lá-dá-cá”,

o que, segundo ele, lhe permitiu selecionar as melhores pessoas para ocupar os cargos de indicação, qualquer viés político e rejeitando o aparelhamento do Estado:

“graças à forma como eu fui eleito, em especial, tive a liberdade de escolher o ministério que eu achava que melhor poderia servir a nossa Pátria. Estamos dando conta desse recado, mas o apoio popular, o apoio de vocês, é indispensável em qualquer situação. Não tem nenhum poder melhor do que o outro, nem um poder superior a outro, somos três poderes harmônicos e independentes e assim devemos continuar sendo; agora, o apoio de vocês é que realmente faz a diferença para que nós possamos conviver em paz, em liberdade e harmonia”<sup>135</sup>

“Escolhi os nossos ministros por critérios técnicos. Todos têm 100% de liberdade para escolher os seus subordinados”<sup>136</sup>.

Durante a pandemia, em virtude da necessidade de distanciamento e isolamento social, a fim de garantir que o vírus da Covid-19 fosse contido, uma série de normativas foram impostas, de forma descentralizada, por estados e municípios, tendo em vista a autonomia decisória conferida a eles pelo STF, frente ao negacionismo do governo federal. Tais decisões, na prática, foram vistas por Jair Bolsonaro como ataques abertos às liberdades individuais dos brasileiros. Desde aí, então, houve uma intensificação da defesa da “liberdade”, pelo presidente. E isso se deu de diferentes formas. Mas prevalece, porém, um foco na relação Estado e indivíduo em contraposição à sociedade.

Destaca-se, por exemplo, a defesa da liberdade médica para indicar medicamentos para o tratamento *off label* de casos de Covid-19, mesmo que sua eficácia não tenha seja cientificamente comprovada, afinal, segundo Bolsonaro, este domínio de decisão privada diz respeito à relação médico e paciente, e não ao Estado:

“quem decide qual medicamento deve ser aplicado no final da linha não é o Presidente da República, não é o governador e nem o prefeito: é o médico. O médico é o responsável por tomar essas decisões”<sup>137</sup>

---

<sup>135</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Cerimônia do Ato de entrega de Títulos de Propriedade Rural- Sorriso/MT, publicado em 19 de agosto de 2020.

<sup>136</sup> Discurso do Presidente Jair Bolsonaro, durante a abertura da reunião de gestores "Nação CAIXA" - Brasília/DF, publicado em 10 de maio de 2019.

<sup>137</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia alusiva à inauguração de estruturas e entregas de equipamentos à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal - Rio de Janeiro/RJ, publicado em 24 de setembro de 2020.

“o médico tem a liberdade total para trabalhar com o paciente, total esse é o dever do médico, é uma obrigação e um direito dele, não ter o remédio específico ele trata da melhor maneira possível”<sup>138</sup>

“Eu não sei como salvar vidas, eu não sou médico, não sou enfermeiro, mas eu não posso tolher a liberdade do médico ou até mesmo do enfermeiro (...) não podemos admitir, impor limite a médico. Se o médico não quer aceitar aquele medicamento, que não receite. Se outro cidadão qualquer, acha que aquele medicamento não tá errado, não tá certo, que não tem comprovação científica, que não use, é liberdade dele. O *off label*, fora da bula, é o médico com o paciente”<sup>139</sup>

Com relação ao esquema de vacinação, ainda, o discurso foi o mesmo. A decisão entre tomar ou não tomar a vacina é apresentada como uma decisão que cabe ao indivíduo, de forma voluntária, e não ao poder público ou a sociedade em geral. Não há, afinal, qualquer preocupação aí com coletivo, ao mesmo tempo em que prevalece um sentido antiestatal de gestão do social:

“como é que você pode obrigar alguém tomar uma vacina que não se completou a terceira fase ainda, está na experimental? (...) Nós estamos mexendo com vidas, cadê nossa liberdade? Que a gente fala tanto em liberdade? (...) não podemos obrigar aqui, nós vivemos numa democracia. Aqui não é Venezuela, aqui não é Cuba, e não temos ditadura aqui como a imprensa cansa de alardear, não persegui gay, não persegui mulheres, não persegui nordestinos, não persegui negros, liberdade total”<sup>140</sup>

“passaporte vacinal, inadmissível. Cadê a liberdade? É inadmissível obrigar, o Estado ou outro poder obrigar (...) É inadmissível. É o velho ditado: quem abre mão de um mínimo da sua liberdade para ter um pouco mais de segurança, não terá nem liberdade e nem segurança”<sup>141</sup>

Há, porém, outro exemplo. Trata-se da liberdade de reunião ou circulação. Em um contexto em que não era permitido aglomerações, em virtude da pandemia. O fechamento do comércio e a proibição de eventos públicos, como missas e cultos, por exemplo, também aparecem, na narrativa de Bolsonaro, como exemplos de medidas restritivas que colocavam em xeque o exercício da liberdade individual, não só porque prevalece uma coerção externa que limita o seu exercício, mas porque o modo como essa decisão se deu

---

<sup>138</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Entrega do Residencial Crixá IV e V - Brasília/DF, publicado em 5 de abril de 2021.

<sup>139</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Reunião de trabalho com o prefeito de Chapecó, João Rodrigues, publicado em 7 de abril de 2021.

<sup>140</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de assinatura de atos de apoio ao setor produtivo Aeroporto Internacional de Porto Seguro, publicado em 18 de dezembro de 2020.

<sup>141</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Lançamento da Carteira de Identidade Nacional - Palácio do Planalto, publicado em 24 de fevereiro de 2022.

é descrita como ilegítima, ou até mesmo anticonstitucional. Sendo possível notar, ainda, que a defesa da liberdade de reunião ou circulação não está dissociada da defesa da liberdade econômica e da liberdade religiosa:

“nós não teremos passaporte da Covid. Nunca apoiamos medidas restritivas, sempre estivemos ao lado da liberdade, do direito de ir e vir, do direito ao trabalho e da liberdade religiosa”<sup>142</sup>.

“Quem poderá contestar o artigo quinto da Constituição? O que está em jogo e alguns ainda ousam por decretos subalternos, nos oprimir? Que que nós queremos do artigo quinto de mais importante? A liberdade de cultos. Queremos a liberdade para poder trabalhar, queremos o nosso direito de ir e vir. Ninguém pode contestar isso”<sup>143</sup>.

“Nós temos um artigo quinto onde existe dezenas de incisos que nos dão garantias e também estão enrustidas nas causas pétreas da mesma o nosso direito de ir e vir, é sagrado, o nosso direito ao trabalho também, a nossa liberdade de culto também e eu lamento que muitos governadores no Brasil usurparam disso e fecharam o comércio, obrigaram o povo a ficar em casa, decretaram lockdowns e decretaram toque de recolher, tiraram o sustento dos mais humildes que apavorados não tinham como sobreviver. Essas atitudes, além de não recomendáveis, obviamente atingem a dignidade da pessoa humana. Esse presidente que vos fala não fechou um botequim sequer, muito pelo contrário, quando o povo começou a sentir necessidade pelo fechamento do comércio, criou o Auxílio Emergencial, somente no ano passado destinamos 300 bilhões ao Auxílio Emergencial, isso equivale a dez anos de Bolsa Família, é obrigação nossa atender os mais humildes”<sup>144</sup>.

Frente a esse cenário, me parece que o apelo à “liberdade”, por Jair Bolsonaro, opera como um oxímoro. Isso significa que, na prática política concreta, a defesa da “liberdade” como não-interferência pressupõe, de forma implícita ou explícita, a existência de relações de poder desiguais e assimétricas, nas quais o domínio da interferência considerada como sendo legítima está sendo disputado, tanto em termos econômicos e políticos como morais, de acordo com os interesses em conflito. Ou seja, o sentido atribuído à “liberdade” não é estático ou pós-político. E tampouco é abstrato. Mas ele é instrumental. E por essa razão não se restringe a um único conceito.

---

<sup>142</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega das Obras de Modernização do Aeroporto de Maringá e de Inauguração da Hidrelétrica de Bela Vista- Maringá/PR, publicado em 1º de outubro de 2021.

<sup>143</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura da Semana das Comunicações- Palácio do Planalto, publicado em 5 de maio de 2021.

<sup>144</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Entrega de Títulos de Propriedade Rural no estado do Pará Parque de Exposições José Francisco Diamantino, Marabá/PA, publicado em 18 de junho de 2021.

Não à toa, Bolsonaro julga que “a liberdade de expressão é a liberdade na sua forma mais ampla possível”<sup>145</sup>, afinal, o que vem a ser a “expressão” senão uma forma de contestação e/ou reprodução da ordem?

---

<sup>145</sup> Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cerimônia de Inauguração do Vice-Consulado do Brasil em Orlando (EUA), publicado em 11 de junho de 2022.

## Conclusão

Esta dissertação de mestrado se propôs a investigar possíveis sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Jair Bolsonaro, durante o período em que ele exerceu o cargo de presidente do Brasil (2019-2022). O objetivo deste trabalho, portanto, não foi discutir como e/ou por que Jair Bolsonaro foi eleito em 2018, nem mesmo explicar o que foram os quatro anos de governo Bolsonaro, ou ainda, abordar o que vem a ser o chamado “bolsonarismo”, especificamente.

O que motivou esta pesquisa, na realidade, foi a inquietação diante do fato de que, muito embora Jair Bolsonaro seja reconhecido por pesquisadores nacionais e internacionais, de diferentes perspectivas teóricas e políticas, como sendo um notório representante da extrema-direita contemporânea, nem por isso, ele abriu mão de se apresentar publicamente como defensor da “democracia” e da “liberdade”, ao longo dos anos em que foi mandatário do cargo de presidente do Brasil. Sendo assim, esta dissertação procurou apreender possíveis padrões nos sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por ele, nesse intervalo de tempo.

O desenho da pesquisa que deu origem a esta dissertação, diante disso, assumiu a forma de um estudo de caso, de caráter exploratório e interpretetativista, que procurou integrar a análise qualitativa de conteúdo dos 326 discursos e pronunciamentos oficiais proferidos pelo presidente em exercício, entre 2019 e 2022, que mencionaram às palavras “democracia” e/ou “liberdade”, com a discussão teórica a respeito da chamada “crise da democracia liberal” no século XXI.

Vale ressaltar, porém, que, a proposta de observar esses possíveis padrões nos sentidos atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Jair Bolsonaro não significa que eles sejam os únicos e tampouco que eles sejam menos ambíguos entre si. Chamo atenção, além disso, para o fato de que a preocupação em apreender os sentidos predominantes da “democracia” e da “liberdade” aí condensados mostra que não há um conceito bem delimitado do que vem a ser nenhum deles. A análise dos discursos e pronunciamentos oficiais realizados por Jair Bolsonaro, nesse período, porém, revela que há algo além do que uma mobilização propagandística, com meras finalidades eleitorais, dos termos “democracia” e “liberdade”.

Ao que parece, se trata, antes, de uma cooptação e instrumentalização estratégica que visa, ao fim e ao cabo, destituí-los de seus sentidos emancipatórios, historicamente, relacionados às lutas e agendas de movimentos progressistas por direitos e justiça social. Afinal, na medida em que Bolsonaro disputa os sentidos atribuídos à democracia e à liberdade, ele avança em direção à construção e legitimação de novos consensos, expressões e imaginários sociais em torno do que vem a ser – ou pode ser – entendido publicamente como sendo a “democracia” e a “liberdade”.

Em resumo, não tenho dúvidas de que é preciso muito esforço argumentativo e malabarismo terminológico para enquadrar Jair Bolsonaro como uma figura pública, de fato, comprometida com a construção de uma sociedade democrática, mais plural e igualitária, e, nesse sentido, menos injusta, entendidas aqui enquanto condições necessárias para o próprio exercício e garantia da liberdade e da autonomia de todos os cidadãos. Mas, por outro lado, me parece que apenas atestar que Bolsonaro é um político de extrema-direita, com inegável tendência fascista, pode ser um modo de perder de vista o que está em disputa no tempo presente. Jair Bolsonaro, afinal, fez muito do que fez e disse muito do que disse, entre os anos em que ocupou o principal cargo político do país, em defesa da “democracia” e da “liberdade”. Essa realidade, não obstante, traz desafios teóricos e políticos que, ao meu entender, não podem ser subestimados, tendo em vista os seus impactos nas normas e instituições, além de seus desdobramentos subjetivos e interpessoais.

É importante destacar ainda, como mencionado na introdução desta dissertação, que algo parecido vem acontecendo em outras partes do mundo. Em virtude disso, mais do que respostas definitivas, então, creio que esta dissertação ao partir do debate teórico sobre crise democrática atual, também acaba por contribuir com o mesmo, na medida em que chama a atenção para o fato de que os termos “democracia” e “liberdade” não representam simplesmente um conjunto de princípios abstratos, ao contrário. A interface da interpretação teórica com os aspectos empíricos levantados pela pesquisa traz evidências de que as disputas em torno dos sentidos da “democracia” e da “liberdade” estão relacionadas com os conflitos sociais presentes em uma determinada realidade social concreta. Não se trata, portanto, de negar o caráter normativo desses valores, o que está em questão, na verdade, é justamente o modo como, sob determinada correlação de forças, a própria normatividade é que está sendo o tempo todo disputada.



Daí, por exemplo, a importância de análises empíricas comparadas, a respeito do modo como a extrema-direita no tempo presente tem mobilizado esses termos em contextos específicos. Afinal, se, por um lado, não é possível ignorar as dimensões estruturais da crise atual, e tampouco perder de vista que a extrema-direita está muito bem organizada em nível transnacional, de modo que muitas das suas estratégias políticas sejam coordenadas, por outro, os padrões atribuídos aos termos “democracia” e “liberdade” por Bolsonaro evidenciam o modo como eles aparecem vinculados às – ao mesmo tempo em que são condicionados pelas – relações desiguais de poder presentes no interior da sociedade brasileira. Dessa forma, ainda que esta dissertação não tenha se debruçado sobre aspectos específicos da conjuntura política recente, a análise do conteúdo em questão evidencia que, sim, a conjuntura política importa. Mas nem tudo se resume a ela.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. (2019[1967]), *Aspectos do radicalismo de direita*. Tradução de Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp.

AGAMBEN, Giorgio. (2004[2003]), *Estado de exceção: homo sacer, II, I*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo.

AGAMBEN, Giorgio. (2020), *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. Tradução de Isabella Marcatti e Luísa Rabolini. São Paulo: Boitempo.

ALMEIDA, Debora Rezende de. (2015), *Representação além das eleições: repensando as fronteiras entre Estado e sociedade*. Jundiaí: Paco Editorial.

ANDERSON, Perry. (1996), “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Tradução de Luis Fernandes e Emir Sader. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, pp. 9-23.

ANDRADE, Daniel Pereira. (2019), “O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais”. *Revista Estado e Sociedade*, Brasília, vol. 34, nº 1, pp. 211-239.

ANTUNES, Ricardo. (2022), *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo.

AVRITZER, Leonardo. (2019), *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia.

BALLESTRIN, Luciana. (2018), “O debate pós-democrático no século XXI”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, vol. 4, nº 2, pp. 149-164.

BALLESTRIN, Luciana. (2019), “Post-democracy and neoliberalism in contemporary Latin America: the rise of the left turns and the brazilian democratic failure”. In: PUZONE, Vladimir; MIGUEL, Luis Felipe (eds.). *The brazilian left in the 21st century: conflict and conciliation in the peripheral capitalism*. New York: Palgrave-Macmillan, vol. 1, pp. 259-283.

BALLESTRIN, Luciana. (2022), “Junho de 2013 e a crise democrática no Brasil: notas finais”. In: TAVARES, Francisco Mata Machado; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo Fabrino (orgs.). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, pp. 225-233.

BARRETTO JR., Walter. (2021), *Bolsonaro e seus seguidores: 1.560 frases*. São Paulo: Geração Editorial.

BERLIN, Isaiah. (1981[1969]), “Dois conceitos de liberdade”. In: *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 133-175.

BIROLI, Flávia. (2013), *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo/Niterói: Editora Horizonte/Editora da UFF.

BIROLI, Flávia. (2018), *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

BIROLI, Flávia. (2020a), “Novo coronavírus, responsabilidade e precariedade”. *Folha de São Paulo*, São Paulo (online), 8 de abril. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/04/novo-coronavirus-responsabilidade-e-precariedade.shtml>>. Acessado em: 8 de abril de 2020.

BIROLI, Flávia. (2020b), “Care and The New Patterns of Precarity”. In: BAART, Andries; HOFFMAN, Jaco; VOSMAN, Frans (eds.). *The Ethics of Care: the State of the Art*. Oxford: Oxford University Press, pp. 209-231.

BIROLI, Flávia. (2020c), “Gênero, ‘valores familiares’ e democracia”. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, pp. 135-187.

BIROLI, Flávia e Débora Françolin QUINTELA. (2020), “Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da ‘defesa da família’”. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 343-357.

BLYTH, Mark. (2017[2013]), *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. Tradução de José Antônio Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária.

BOBBIO, Norberto. (2017[1984]), *Liberalismo e democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edipro.

BOBBIO, Norberto. (1997[1995]), *Igualdade e liberdade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro.

BORGES, Jorge Luis. (2009[1975]), *O livro de areia*. Tradução de Davi Arriguci Jr. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre. (1998[1989]), *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.

BRINGEL, Breno. (2015), “Social movements and contemporary modernity: Internationalism and patterns of global constestation”. In: BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício (eds). *Global modernity and social contestation*. London: Sage, pp. 122-138.

BROWN, Wendy. (2006), “American Nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization”. *Political Theory*, Sage Publications, vol. 34, nº 6, pp. 690-714.

BROWN, Wendy. (2015), *Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution*. New York: Zone Books.

BROWN, Wendy. (2019), *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press. [Edição brasileira: *Nas ruínas do*

*neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario A. Mariano e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019].

BROWN, Wendy. (2020), “O eleitorado americano e o suporte a Trump”. Tradução de Flávia Biroli. *Observatório das Eleições*. 6 de novembro. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/06/wendy-brown-o-eleitorado-americano-e-o-suporte-a-trump.htm>>. Acessado em: 12 de novembro de 2020.

BUTLER, Judith. (2019[2004]), *Vida precária*: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber e revisão técnica de Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

CAHILL, Damien, Melinda COOPER, Martijn KONINGS e David PRIMROSE. (2018), “Introduction: approaches to neoliberalism”. In: CAHILL, Damien; COOPER, Melinda; KONINGS, Martijn; PRIMROSE, David (eds.). *The SAGE handbook of neoliberalism*. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC/ Melbourne: SAGE, pp. 39-58.

CALLISON, William e Zachary MANFREDI. (2020), “Introduction: theorizing mutant neoliberalism”. In: CALLISON, William; MANFREDI, Zachary (eds.). *Mutant neoliberalism: market rule and political rupture*. New York: Fordham University Press, pp. 1-37.

CASTELLS, Manuel. (2018), *Ruptura*: a crise da democracia liberal. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar.

COOPER, Melinda. (2017), *Family values: between neoliberalismo and the new social conservatism*. New York: Zone Books.

CROUCH, Colin. (2004), *Post-Democracy*. Cambridge: Polity Press.

CROUCH, Colin. (2011), *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge: Polity Press.

DAHL, Robert. (2001[1998]), *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

DARDOT, Pierre e Christian LAVAL. (2016[2009]), *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.

DARDOT, Pierre e Christian LAVAL. (2019), *Never-ending night-mare: the neoliberal assault on democracy*. Translated by Gregory Elliott. London/New York: Verso.

DAVIS, Mike. (2020), *A peste do capitalismo*: coronavírus e a luta de classes. Tradução de Artur Renzo e Murillo van der Laan. São Paulo: Boitempo.

DIAMOND, Larry. (2015), “Facing up to the democratic recession”. *Journal of Democracy*, Baltimore, vol. 26, nº 1, pp. 141-155.

- DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. (2014), *Radiografia do novo Congresso: legislatura 2015-2019*. Brasília: DIAP.
- DUMÉNIL, Gérard e Dominique LÉVY. (2014[2011]), *A crise do neoliberalismo*. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo.
- DUNKER, Christian. (2020), *A arte da quarentena para principiantes*. São Paulo: Boitempo.
- FASSIN, Éric. (2019), *Populismo e ressentimento em tempos neoliberais*. Tradução de Heloisa Martins Costa. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- FINCHELSTEIN, Federico. (2017), *From fascism to populism in history*. Oakland: University of California Press. [Edição brasileira: *Do fascismo ao populismo na história*. Tradução de Jaime Araújo. São Paulo: Almedina, 2019].
- FINCHELSTEIN, Federico. (2020), *Uma breve história das mentiras fascistas*. Tradução de Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio.
- FOUCAULT, Michel. (1993[1977]), “O anti-édipo: uma introdução à vida não fascista”. Tradução de Fernando José Fagundes Ribeiro. *Cadernos Subjetividade*, v. 1, nº 1, pp. 197-200.
- FOUCAULT, Michel. (2008[2004]), *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão e revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes.
- FRASER, Nancy. (1997), *Justice Interruptus: critical reflections on the ‘postsocialist’ condition*. New York: Routledge.
- FRASER, Nancy. (2015), “Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism”. *Critical Historical Studies*, nº 2, pp. 157-189.
- FRASER, Nancy. (2020[2019]), *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária.
- FRASER, Nancy e Rahel JAEGGI. (2020[2018]), *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo.
- FUKUYAMA, Francis. (1992), *The end of history and the last man*. New York: Free Press.
- GAGO, Verónica. (2018[2014]), *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Tradução de Igor Peres e revisão da tradução de Lucía Santalices. São Paulo: Editora Elefante.
- GANDESHA, Samir (eds.). (2020), *Spectres of fascism: historical, theoretical and international perspectives*. London: Pluto Press.

HARVEY, David. (2014[2005]), *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, David. (2020), *Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva*. Tradução de Artur Renzo, Cauê Seigner Ameni e Murilo van der Laan. São Paulo: Editora Boitempo.

HOMEM, Maria. (2020), *Lupa da alma: quarentena-revelação*. São Paulo: Todavia.

HUNTINGTON, Samuel. (1991), *The third wave: democratization in the late twentieth century*. London: University of Oklahoma Press. [Edição brasileira: *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Editora Ática, 1994].

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (2022), *A invenção da “ideologia de gênero”*: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres.

KALIL, Isabela. (2018), *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

KLEIN, Naomi. (2008[2007]), *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução de Marco de São João. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

KONDER, Leandro. (2009), *Introdução ao fascismo*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

LACERDA, Marina Basso. (2019), *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk.

LACERDA, Marina Basso. (2022), “Paleoconservadorismo de Bolsonaro: o pesado brasileiro”. In: SINGER, André, Cícero ARAUJO e Fernando RUGITSKY (orgs.). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, pp. 321-375.

LACLAU, Ernesto. (2013[2005]), *A razão populista*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas.

LACLAU, Ernesto e Chantal MOUFFE. (2015[1985]), *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo/Brasília: Intermeios/CNPq.

LAZZARATO, Maurizio. (2019), *Fascismo ou revolução?: o neoliberalismo em chave estratégica*. Tradução de Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. São Paulo: N-1 edições.

LEMKE, Thomas. (2017), *Foucault, governamentalidade e crítica*. Tradução de Mario Antunes Mariano e Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

LEVITSKY, Steven e Lucan WAY. (2015), “The myth of democratic recession”. *Journal of Democracy*, Baltimore, vol. 26, nº 1, 45-58.

LEVITSKY, Steven e Daniel ZIBLATT. (2018), *Como as democracias morrem*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar.

LINZ, Juan J. e Alfred STEPAN. (1999[1996]), *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra.

MBEMBE, Achille. (2017), “A era do humanismo está terminando”. Tradução de André Langer. *Revista IHU on-line*, 24 de janeiro. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-dohumanismo-esta-terminando>>. Acessado em: 1 de novembro de 2021.

MELO, Demian. (2020), “O bolsonarismo como fascismo no século XXI”. In: REBUÁ, Eduardo et al (orgs.). *(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Morula Editorial, pp. 12-46.

MENDONÇA, Daniel de. (2010), “Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto”. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 25, nº 3, pp. 479-497.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. (2018), “Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 33, nº 98, pp. 1-24.

MIGUEL, Luis Felipe. (2014), *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp.

MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). (2016), *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp.

MIGUEL, Luis Felipe. (2017), *Consenso e conflito na democracia contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp.

MIGUEL, Luis Felipe. (2018), *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo.

MIGUEL, Luis Felipe e Gabriel Eduardo VITULLO. (2021), *Democracia como emancipação: olhares contra-hegemônicos*. Porto Alegre: Editora Zouk.

MIGUEL, Luis Felipe. (2022), *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. (2020), “Democracias no século XXI: causas, sintomas e estratégias para superar”. *Lua Nova – Revista de Cultura Política*, São Paulo, nº 111 pp. 15-49.

MOUFFE, Chantal. (2005[2000]), “Por um modelo agonístico de democracia”. Tradução de Pablo Sanges Ghetti e revisão da tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 25, pp. 11-23.

- MOUFFE, Chantal. (2013), *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso.
- MOUFFE, Chantal. (2019[2018]), *Por um populismo de esquerda*. Tradução de Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária.
- MOUNK, Yascha. (2019), *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- MUDDE, Cas. (2022[2019]), *A extrema direita hoje*. Tradução de João Marcos E. D. de Souza. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- NOBRE, Marcos. (2022), *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.
- NUNES, Rodrigo. (2022), *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora.
- OFFE, Claus. (1984[1972]), “Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas”. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 140-177.
- PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. (2017), “¿Podrá la democracia sobrevivir al siglo XXI?”. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nº 267, pp. 35-45.
- PIKETTY, Thomas. (2014[2013]), *O capital no século XXI*. Tradução de Monica Baumgarten de Bolie. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.
- PLATTNER, Marc F. (2015), “Is democracy in decline?”. *Journal of Democracy*, Baltimore, vol. 26, nº 1, pp. 5-10.
- PRZEWORSKI, Adam. (2020), *Crises da democracia*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar.
- ROCHA, Camila. (2021), *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia.
- RUNCIMAN, David. (2018), *Como a democracia chega ao fim*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Todavia.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e Leonardo AVRITZER. (2002), “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 39-82.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2017), *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SILVA, Fabricio Pereira da. (2019), *América Latina em seu labirinto: democracia e autoritarismo no século XXI*. Rio de Janeiro: Ponteiro.



SLOBODIAN, Quinn. (2018), *Globalists: the end of Empire and the birth of neoliberalism*. Cambridge/Massachusetts/London: Harvard University Press. [Edição brasileira: *Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo*. Tradução: Olivir Freitas. Florianópolis: Enunciado publicações, 2021].

SOLANO, Esther. (2018), “Crise da democracia e extremismos de direita”. *Análise (Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil)*, São Paulo, nº 42, pp. 3-28.

STREECK, Wolfgang. (2018[2013]), *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo.

TAVARES, Francisco Mata Machado e Matheus Hoffmann PFRIMER. (2020), “O outono da onda global: limites do ativismo contemporâneo no anoitecer da democracia e dos direitos sociais”. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 41, pp. 1-18.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (2000), “Os fascismos”. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX – O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 111-164.

TRAVERSO, Enzo. (2019), *The new faces of fascism: populism and the far right*. Translated by David Broder. London/New York: Verso.

VAROUFAKIS, Yanis. (2016[2015]), *O Minotauro Global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. Tradução de Marcela Werneck. São Paulo: Autonomia Literária.

V-DEM - Varieties of Democracy Institute. (2022), *Autocratization changing nature? Democracy report 2022*. University of Gothenburg: Department of Political Science. Disponível em: <<https://v-dem.net/publications/democracy-reports/>>. Acessado em: 20 de novembro de 2022.

VITULLO, Gabriel. (2001), “Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nº 17, pp. 53-60.

WOOD, Ellen Meiksins. (2011[1995]), *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo.

WOODLEY, Daniel. (2010), *Fascism and political theory: critical perspectives on fascist ideology*. London/New York: Routledge.

YOUNG, Iris Marion. (1990), *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.

YOUNG, Iris Marion. (2000), *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University.

ŽIŽEK, Slavoj. (2020), *Pandemia: COVID-19 e a reinvenção do comunismo*. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo.

ZUBOFF, Shoshana. (2018[2015]), “*Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*”. Tradução de Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz

e Bruno Cardoso. In: BRUNO, Fernanda et al (orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, pp. 17-68.